

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**Rio de Janeiro – Ano 11 – Nº 32
Maio/Agosto – 2005**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 11, Nº 32, (maio/ago.2005) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 160 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512/97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Telefax: (21) 2569-0276 – E-mail: pereira@uerj.br e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Délia Cambeiro Praça
Segundo Secretário:	Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzolillo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL
www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i>	05
A DONZELA MEDIEVAL PORTUGUESA NAS CANTIGAS DE AMIGO – <i>Maria Paula Lamas</i>	07
A FILOLOGIA E A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA – <i>Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz</i>	18
A POESIA PASTORIL NA GRÉCIA E EM ROMA: HISTÓRICO - <i>Márcio Luiz Moitinha Ribeiro</i>	30
DISCUTINDO O CARÁTER ACESSÓRIO ATRIBUÍDO AOS ARTIGOS – <i>Alex Swander</i>	46
HIPERTEXTO: UMA POSSIBILIDADE DE CRÍTICA TEXTUAL (CONTINUAÇÃO DO NÚMERO 31) – <i>Andréa Abrate Coimbra Machado e Nataniel dos Santos Gomes</i>	58
LA LENGUA EN LA INSCRIPCIÓN DE LA IDENTIDAD - <i>Olga M. Tiberi</i>	73
MOTIVOS BÍBLICOS DA <i>APOLOGIA</i> DE JERÔNIMO CONTRA RUFINO – <i>Luís Carlos Lima Carpinetti</i>	85
OS SEMITISMOS DO EVANGELHO SEGUNDO MARCOS NO CÓDICE GREGO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – <i>Paulo José Benício</i>	102
A REPETIÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA – <i>Carlos Alberto Gonçalves Lopes</i>	113
TRADUÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS – <i>Maria Aparecida Andrade Salgueiro</i>	133

ENTREVISTA

COM HELÊNIO FONSECA DE OLIVEIRA – por <i>Vito Manzollilo</i>	142
--	-----

RESENHAS

O FENÔMENO DO DIALOGISMO: ESTUDOS DA DIMENSÃO INTERATIVA DA LINGUAGEM – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	147
CANTIGAS DE AMOR E POESIA SENTENCIOSA DA ÉPOCA DOS STAUFER – <i>Álvaro Alfredo Bragança Júnior</i>	152
LITERATURA ROMANESCA DA ÉPOCA DOS STAUFER – <i>Álvaro Alfredo Bragança Júnior</i>	156
INSTRUÇÕES EDITORIAIS.....	160

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o trigésimo segundo número de sua *Revista Philologus*, com dez artigos, uma entrevista e três resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou linguístas: Alex Swander (46-57), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (152-159), Andréa Abrate Coimbra Machado (58-72), Carlos Alberto Gonçalves Lopes (113-132), Gil Roberto Costa Negreiros (147-151), Helênio Fonseca de Oliveira (142-146), Luís Carlos Lima Carpinetti (85-101), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (30-45), Maria Aparecida Andrade Salgueiro (133-141), Maria Paula Lamas (07-17), Nataniel dos Santos Gomes (58-72), Olga M. Tiberi (73-84), Paulo José Benício (102-112), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (18-29) e Vito Manzolillo (142-146).

Enquanto comemoramos a credibilidade que nossos colegas vêm dando a este paupérrimo e mal acabado periódico, lamentamos não poder publicar todos os bons artigos que são submetidos a seu conselho editorial, que se vê obrigado a fazer uma difícil seleção entre tantos trabalhos de excelente qualidade.

Podemos comemorar, por exemplo, o fato de já termos recebido artigos suficientes para completar o próximo número da revista, que só deverá ser dado a público no terceiro quadrimestre do ano, com os seguintes artigos já aprovados para publicação: “A língua portuguesa na era da Internet”; “Manuscrito 2437: o batismo e a tentação de Cristo no Evangelho segundo Marcos (capítulo 1, versículos de 9 a 13)”; “O artigo *o* e sua variante *el* na lexia *el-rei* em textos medievais portugueses em verso e em prosa”; “Subjetividade revisitada”; “A giesta *La Ginestra* de Leopardi: tradução e comentário”; “Algumas considerações acerca do termo essencial da oração *sujeito* em um livro didático da 6ª série”; “E a língua portuguesa tornou-se disciplina curricular”; “Flutuação de sentido: um estudo na ilha de Santa Catarina” e “Interferências fonético-fonológicas y factores sociales: un estudio con alumnos brasileños que aprenden español”, além da entrevista e das resenhas, duas das quais já foram transferidas deste número 32.

Agora, que a *SOLETRAS*: Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ começa a tomar

seu lugar na vida acadêmica dos docentes e pesquisadores das Letras, acreditamos poder dar mais segurança aos nossos credores de que mais artigos seus possam ser publicados por nós, principalmente porque a versão virtual daquele periódico disponibilizará também os artigos que não forem selecionados pelo conselho editorial para a sua publicação impressa, que é semestral.

A Diretoria de Publicações do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, que participará a partir deste ano da sessão de lançamentos e autógrafos do Congresso, anuncia também o primeiro lustro do *Almanaque CiFEFiL*, com a possibilidade de ser adquirido, durante o IX CNLF, com o *Livro de Resumos e Programação* e fotografias do evento já incluídas.

A *Revista Philologus* tem a sua edição digitalizada, com todos os números, desde o primeiro, assim como todas as demais publicações do Círculo, nesta publicação em CD-ROM, com a vantagem de que os textos não são protegidos, mas disponibilizados de modo a facilitar a sua utilização pelos pesquisadores, sendo possível o sistema de copiar e colar para fazer as suas citações nos seus trabalhos acadêmicos e demais situações em que desejarem citar os trabalhos de nossos autores.

Nossas publicações não são destinadas ao comércio, mas à divulgação mais ampla e facilitada possível dos melhores trabalhos acadêmicos que se-nos apresentarem, mas, nem por isto, deixamos de dar aos interessados a possibilidade de adquirir nossas publicações impressas e digitalizadas através do correio eletrônico divulgado no “EXPEDIENTE”.

A Direção desta *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas positivas e honestas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível que os seus recursos permitem.

Rio de Janeiro, agosto de 2005.

José Pereira da Silva

A DONZELA MEDIEVAL PORTUGUESA NAS CANTIGAS DE AMIGO¹

Maria Paula Lamas

RESUMO

As cantigas de amigo são preciosos testemunhos que espelham a vivência feminina na sociedade lusa medieval.

Nestas composições, surge a mulher solteira que revela, geralmente a uma confidente, o seu estado de alma relativamente ao namorado. Muitos e díspares sentimentos são manifestados pela menina, desde a timidez denunciadora da inexperiência amorosa, até à ansiedade de amar e ser correspondida.

A donzela move-se num cenário restrito, clarificando as atividades que lhe competiam no seu quotidiano, e, possibilitando uma melhor percepção do papel desempenhado pela mulher na sociedade portuguesa da Idade Média.

Palavras-chave: cantigas de amigo, Idade Média, donzela

As cantigas de amigo, inseridas na poesia galaico-portuguesa, são preciosos testemunhos literários que espelham a vivência da donzela lusa. Estas composições, de autoria masculina, denotam a visão do homem e a sua perspectiva perante a natureza feminina, sendo um contributo importante para clarificar a posição ocupada pela mulher, na sociedade medieval.

Na Idade Média, a jovem era educada, principalmente, tendo em vista o casamento e o seu futuro desempenho como mãe, de forma a garantir a transmissão do património familiar.² Durante toda a sua vida e em todos os seus estados, a mulher permanecia sob a supremacia masculina:³ enquanto solteira, tinha de obedecer ao pai, ou

¹ Comunicação apresentada nas *X Jornadas Medievales*, realizadas na Cidade do México, em setembro de 2004.

² Relativamente à mulher, na Idade Média, « (...) o legislador debruça-se sobre os três estatutos daquela: a jovem solteira, ou seja, «a manceba em cabelos», a mulher casada ou «mulher velada» e a viúva. (...) a preocupação, manifestada pelo legislador para com as mulheres, respeita única e exclusivamente a uma preocupação para com a família e a sua preservação, como pilar da sociedade que se define por um casamento monogâmico e *inter pares*.» Ferro Tavares, «A mulher e a sua condição na Idade Média portuguesa: da legislação à realidade», 67-83.

³ A Bíblia relata que Deus criou a mulher depois de ter criado o homem e a partir deste, ficando aquela consequentemente posicionada « (...) desde o ato da sua criação por Deus: secundária

ao irmão, no caso de ser órfã; depois de casada, tinha de submeter-se à vontade do marido, e, mesmo na viuvez, continuava condicionada na sua atuação como ser humano.

Essencialmente direcionado para Deus, o homem medieval considerava o corpo como o fulcro das tentações, às quais era imperioso resistir. A alma, parte imortal, teria de ser preservada, como o único meio de alcançar a ambicionada Salvação. A mulher, identificada com a Eva, que se deixou ludibriar pelo Diabo e conduziu o homem à condenação, traduzida pela morte, era considerada fonte de pecado, estando, pela própria essência, mais vulnerável a todo o Mal. Por conseguinte, era necessário vigiá-la permanentemente, sendo controlada pelos membros masculinos, e, na ausência destes, pelo agregado familiar feminino.

As atividades realizadas fora de casa estavam praticamente a cargo do homem, que dominava no campo social, político e jurídico, usufruindo, conseqüentemente, de muitos direitos, enquanto a mulher tinha inúmeros deveres relacionados com o matrimônio, a educação dos filhos e as tarefas realizadas no lar, considerado refúgio seguro.⁴ Para melhor domínio, desde a mais remota infância, a menina era fechada em casa, funcionando os muros desta como muralhas protetoras, que não podiam ser transpostas sem um motivo que o justificasse. Condicionada na sua liberdade, a mulher estava totalmente dependente do homem, o qual agia, segundo os próprios interesses, subalternizando o papel feminino.

Contrastando com a realidade, surge o lirismo galaico-português que se desenvolveu em Portugal, entre os séculos XII e XIV, e que se encontra coligido, entre outras compilações, nos *Cancioneiros da Ajuda*, da *Vaticana* e da *Biblioteca Nacional*. Nestas composições, a figura feminina é o centro das atenções, desde a jovem solteira, de condição humilde, patente nas cantigas de amigo,

em relação ao homem.» Ferro Tavares, «A mulher e a sua condição na Idade Média portuguesa: da legislação à realidade», 67-83.

⁴ «A casa não constitui para a mulher apenas o espaço no qual ela desenvolve o seu trabalho; mais ainda que espaço económico ela é espaço moral. Com as suas paredes e as suas portas, a casa encarna e representa fisicamente a custódia, circunscreve e isola o interior, preservando-o dos contactos e dos riscos que possam vir do exterior (...).» Vecchio, «A boa esposa», 143-184.

até à mulher casada, de elevada estirpe, que é venerada, nas cantigas de amor, e, inclusivamente, divinizada, perante o homem que simula ser seu súbdito, prestando-lhe vassalagem. Neste caso, a *senhor*, inatingível, representa o suserano, fingindo o trovador submeter-se ao código da *mesura*, em detrimento próprio, sofrendo a *coita de amor* que o leva à autodestruição. Compostas por homens, estas cantigas refletem a inacessibilidade do relacionamento pretendido, devido à desigualdade do estatuto social, sendo a poesia o único meio de que o trovador dispunha para aceder livremente à sua *dona*. Esta literatura oral apresentava sobretudo um caráter lúdico, versando os temas do simples quotidiano. Em estilo diferente, humorístico e satírico, as cantigas de escárnio e maldizer vão igualmente dar testemunho da sociedade medieval, através de críticas, implícitas ou explícitas, aos costumes e às mentalidades da época.

Estas composições brotaram, com naturalidade, devido às visitas constantes dos nobres portugueses ao reino vizinho e às respectivas relações de amizade e de parentesco. A comprová-lo as *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X de Castela, e a propensão poética herdada pelo seu neto, D. Dinis, rei de Portugal. De início, o gosto pelo versejar era monopólio da nobreza, passando progressivamente às outras classes sociais, desde os trovadores aos jograis, mais pobres, que, para ganharem a vida, deambulavam, de terra em terra, para divertirem os senhores, com a declamação musicada de poemas elaborados por si, ou de autoria alheia.

Nas cantigas de amigo, o compositor coloca na boca da donzela desabafos relativos a díspares sentimentos amorosos. A menina manifesta o seu estado de alma, que oscila entre a felicidade de amar e acreditar que é correspondida e a infelicidade face ao ciúme, ou à dúvida, que pode conduzir ao desinteresse pela vida. Em certos casos, o motivo para a decepção passional é desesperante e conducente à *morte de amor*, como sucede com a expectativa frustrada perante um encontro que acabou por não se concretizar, segundo nos canta D. Dinis:

Non chegou, madre, o meu amigo,
e oj`ést`o prazo saido;
ai madre, moiro d`amor
[(...)]
Por que mentiu o desmentido,
pesa mi, pois per si é falido;

ai madre, moiro d`amor (COHEN, 2003: 599)

A mãe, experiente e conhecedora das intenções dos jovens apaixonados, surge como confidente, aconselhando a filha a proceder adequadamente. Adotando uma atitude de permanente proteção, a progenitora zela pela felicidade da sua prole feminina, bem como pela preservação da sua inocência. Outras personagens assumem idêntico papel de confidentes, tais como a amiga, ou a irmã, preferencialmente mais nova, que, naquela sociedade hierarquizada, devia prestar-se às vontades da mais velha, servindo, por vezes, de elo entre os namorados.

Na impossibilidade de a menina desabafar com alguém, por razões de pudor ou com receio das conseqüências, a natureza pode assumir semelhante função. Deste modo, aparece personificada, ora numa atitude passiva, de simples ouvinte, abstendo-se de qualquer comentário, ora numa participação mais ativa, funcionando como adversária da jovem, ou, pelo contrário, como sua adjuvante. Desta última situação, dá-nos testemunho a seguinte cantiga do rei *Lavrador*:

- Ai flores, ai flores do verde pino,
se sabedes novas do meu amigo?
ai Deus, e u é?
[(...)]
- Vós me preguntades polo voss`amigo
e eu ben vos digo que é san`e vivo
ai Deus, <e u é>? (Cohen, 2003: 601)

O *verde pino*, à semelhança de vários elementos da natureza, é referenciado em diversas composições, como fazendo parte integrante da vivência diária da donzela medieval. No poema do trovador português Pero Gonçalves de Porto Carreiro, a menina demonstra a sua desolação por ter perdido, debaixo do pinheiro, a aliança oferecida pelo namorado:

O anel do meu amigo
perdi o so lo verde pino
e chor`eu bela

O anel do meu amado
perdi o so lo verde ramo
e chor`eu bela (Cohen, 2003: 323)

Em sinal de amor e de compromisso, era habitual o amigo dar à apaixonada presentes, designados por «doãs», que freqüentemente

assumiam um significado simbólico. No exemplo apresentado, o fulcro da questão é o anel, representativo de união e de fidelidade, sendo a sua perda prenúncio de separação.

Estando a jovem limitada no espaço físico, as composições cingem-se a poucos cenários,⁵ os quais revelam como era vivido o seu quotidiano. Para além do lar, há referência a outros locais, por onde a figura feminina deambulava, observando as flores, as árvores e os animais e partilhando as suas tristezas ou alegrias com estes. A ilustrar a felicidade, surge a composição do jogral Johan Zorro, *Bailemos agora, por Deus, ai velidas*, que apresenta plena sintonia, a nível de beleza e juventude, entre as *avelaneiras frolicas* e as donzelas que se encontram aí a bailar:

Bailemos agora, por Deus, ai velidas,
so aquestas avelaneiras frolicas,
e quen for velida, come nós velidas,
se amigo amar,
so aquestas avelaneiras frolicas
verrá bailar (Cohen, 2003: 395)

Para fazer face às tarefas quotidianas, a mulher era forçada a sair frequentemente. A água, na maior parte dos casos, apenas era fornecida através das fontes públicas, o que implicava frequentes idas e vindas, transportando potes e bilhas, destinados às lavagens pessoais, às lidas domésticas e à manutenção dos animais. A fonte era, assim, um percurso permitido à menina, que lá se deslocava, diariamente, servindo, muitas vezes, de lugar de encontro com o amigo. O mesmo se passava com o rio, onde as jovens lavavam a roupa da família, sendo também um local destinado ao banho, como se constata no poema que se segue do português Estevan Coelho:

Se o] o meu amigo
soubess`, iria migo;
e<u> al rio me vou banhar<e>,
al mare

⁵ Quanto aos locais « (...) não nos parece abusivo concluir que o espaço exterior ao lar que é reservado à mulher é restrito e tem como vértices principais, o rio, a fonte, o forno e o moinho. Estes, por sua vez, correspondem a todo um ciclo de atividades domésticas quotidianas, necessárias à subsistência da família (...).» Aguiar Andrade, «A mulher na legislação afonsina: o fuero real», 243-250.

Se o] el este dia
soubesse, migo iria;
eu al rio me vou <banhare,
al mare> (Cohen, 2003: 208)

Como afirma António José Saraiva, esta composição de Estevan Coelho é uma cena muda (Saraiva, 1990: 186), pois não há diálogo entre a menina e o namorado, funcionando como um pensamento daquela expresso em voz alta. Esta donzela encontra-se no rio, e, enquanto se prepara para o banho, recorda o namorado, com quem notoriamente gostaria de estar naquele momento.

Na Idade Média, era exigido à mulher discrição, não devendo esta exibir os seus dotes.⁶ O cabelo,⁷ por exemplo, por ser demasiado atrativo, não devia ser ostentado. Apenas as jovens solteiras poderiam servir-se dele como poder de sedução. Daí o auto-elogio que é uma constante neste tipo de cantigas e que vem associado à feminilidade e ao ruralismo, devido à beleza e à simplicidade. Tal narcisismo é manifestado por Johan Soarez Coelho, trovador lusitano, quando numa composição relata a confissão que uma filha faz à sua mãe. A *louçana*, ao deslocar-se à fonte, para lavar os seus cabelos, encontrou o amigo, *o senhor deles*, fato que a fez transbordar de alegria:

Fui eu, madre, lavar meus cabelos
a la fonte <e> paguei m`eu delos
e de mi, louçana
[(...)]
A la fonte <e> paguei m`eu deles;
aló achei, madr`, o senhor deles
e de mi, <louçana> (COHEN, 2003: 174)

Indubitavelmente os cenários traduzem os espaços onde a figura feminina se movimentava e que, à exceção do lar, eram locais exteriores, abertos e isolados,⁸ propícios a alguma liberdade e coadu-

⁶ Relativamente aos dotes físicos da mulher, eram relevantes os olhos e os cabelos: «Ora o magnetismo feiticista do cabelo, só comparável ao dos olhos, é (como o deles) potencialmente mortífero; assim, uma garrida malcasada declara num poema de Juan de Timoneda que se fosse solteira, / con estos cabellos / de bel parecer, / haría con ellos / los hombres perder (...).» Reckert, «Cinquenta cantigas de amigo», 71-248.

⁷ «Os cabelos compridos são um símbolo tradicional da sedução feminina e o sinal do perigo que as mulheres representam.» Frugoni, «A mulher nas imagens, a mulher imaginada», 461-512.

⁸ «A série lexical mais amplamente utilizada pelos autores de *cantigas d'amigo* para a ambientação do enredo (...) apresentada nos seus textos evoca uma paisagem bucólica primaveril,

nados com os encontros amorosos. Um trajeto também muito utilizado era a ida a um recinto de culto religioso, pois a Igreja assumia um relevante papel no cotidiano medieval. A religiosidade popular está patente nestas cantigas, verificando-se que as mães se deslocavam às ermidas, ou em peregrinação aos santuários, para orarem, ou pagarem promessas, e as filhas para namorarem. Estas romagens implicavam festividades, em louvor de Deus, dentro e fora dos templos do culto, ocasiões propensas a cânticos e bailes, onde todos conviviam. Assim, as romarias traduzem convites ao amor, sendo também um pretexto utilizado pelas jovens que habitualmente acompanhavam as progenitoras e que aproveitavam esta saída, para estarem *fremosas* e dispostas a encantarem os seus pretendentes, conversando e dançando com eles.

Sob a capa da ingenuidade, estava a desinibição das donzelas que seduziam os rapazes, usufruindo dos prazeres da vida e reservando para as mães as obrigações de cariz espiritual. No poema de Pero Viviaez, *Pois nossas madres van a San Simon*, (Cohen, 2003: 223), as meninas revelam abertamente o seu objetivo de se divertirem, enquanto as mães estiverem a queimar velas,⁹ tendo em conta as próprias intenções e as das filhas, o que simboliza a continuidade das gerações. Por sua vez, a jovem fazia as suas preces, quando tinha saudades do namorado e pretendia vê-lo, ou quando este corria qualquer risco, confirmando-se que a prioridade era a sua vida amorosa. Este relacionamento passava por um jogo de sedução, com uma linguagem própria, desde o olhar, ao vestuário, complementado pelo ritmo corporal das jovens.

As cantigas de amigo são aparentemente inocentes, sendo imperioso fazer leituras mais profundas, que passam pelo simbolismo das palavras e que remetem para o verdadeiro campo em que se situ-

dominada pelo verde da erva, mas rica de árvores em flor, sobretudo pinheiros e avelaneiras, com algumas romãzeiras, semeada de nascentes e fontes e atravessada por um ou outro rio (...). São frequentes as igrejas, as ermidas e os pequenos santuários locais (*igreja, ermida*) e raros, pelo contrário, os lugares habitados (...).» Tavani, *Trovadores e jograis*, 206-207.

⁹ «As velas acesas são os significantes de um significado bissêmico que corresponde a duas funções sociais distintas mas complementares, ligadas ao bem estar respectivamente material e espiritual da comunidade. (...) A função espiritual é própria das mães, visto terem elas já cumprido a outra, material, que agora toca às meninas em idade de casarem.» Reckert, «Semiótica da cantiga», 11-29.

am, ou seja, para o mundo físico. Estas composições, sendo da autoria de homens, acabam por manifestar, se bem que veladamente, os verdadeiros desejos e pensamentos destes, sob a capa da identidade feminina e das respectivas palavras ingênuas. Assim, para além do quotidiano simples denunciado nos versos, há que ter em conta o discurso, a nível metafórico, que, por vezes, conduz ao sensualismo, subjacente nas palavras e expressões que contêm segundos sentidos.

Helder Macedo fez o estudo da cantiga de D. Dinis, *Levantou s` a velida*, alertando para o fato de este poema não ter a inocência que aparenta.¹⁰ O vento, a lavagem da roupa e a cor alva¹¹ sugerem descodificações que extravasam uma análise imediata e simplista. Observemos os seguintes versos e a ambigüidade que lhes está implícita:

Levantou s` a velida,
levantou s` <aa> alva,
e vai lavar camisas
eno alto,
vai las lavar <a> alva
[(...)]
O vento lhas desvia;
levantou s` <aa> alva,
meteu s` <a> alva en ira
eno alto,
vai las lavar <a alva> (COHEN, 2003: 602)

O *vento* que surge nesta composição encontra paralelo no *cervo do monte que volvia a augua*, referido no poema *Digades, filha, mha filha velida*, de Pero Meogo, (Cohen, 2003: 425), pois ambos os vocábulos identificam-se com o elemento masculino. Pela sua subjetividade, a cantiga de D. Dinis tem suscitado diferentes leituras.

¹⁰ «No plano narrativo imediato o poema de Dom Dinis é efetivamente a pequena descrição de um episódio do quotidiano rural que parece ser apenas: uma rapariga levanta-se de madrugada e vai lavar roupa que o vento leva e que ela, zangada, segue. No plano metafórico, o significado do poema é muito mais complexo, e, para o leitor ingênuo, extremamente surpreendente porque sem relação imediata com o episódio narrado: descreve uma primeira experiência sexual que, por sua vez, caracteriza, no plano simbólico, o erotismo como uma força abstrata de cuja manifestação concreta o episódio narrado é uma exemplificação.» Macedo, «Uma cantiga de Dom Dinis», 59-70.

¹¹ «A polissemia de *alva* proporciona a coexistência de três sentidos para o 1º verso do refrão: levantou-se a (donzela) branca + levantou-se pura + levantou-se ao amanhecer. Terá sido intenção do poeta jogar com estes três sentidos? A verdade é que *alva* é, não só palavra-chave e palavra-rima, mas também modelo fónico da cantiga, cujo ritmo parece ter sido a primeira escolha do poeta.» Gonçalves, *A lírica galego-portuguesa*, 295.

Entre elas, a hipótese de simbolizar a recusa, por parte do namorado, ao convite amoroso da menina, daí a sua fúria contra o vento, que substituiria o amigo e que impossibilitaria a concretização dos seus desejos íntimos.¹² Maria do Rosário Ferreira considera que esta interpretação é aceitável,¹³ pela correspondência simbólica entre a cantiga *Levantou s` a velida* e a lenda de *Tristão*, que seria naturalmente do conhecimento da corte de D. Dinis. Argumenta este seu parecer, apresentando alguns elementos coincidentes nestas duas composições literárias, como sucede quando Isolda cavalga, ao longo de um riacho, e a água vai salpicando e percorrendo o seu corpo. Tal fato suscita-lhe comentários comparativos, entre o procedimento ousado deste elemento da natureza e o comportamento platônico de Tristão, que, segundo a história, não teria consumado o seu casamento com Isolda das Brancas Mãos, nome que igualmente remete para *alva* e que poderá identificar a *velida*, simbolizando, em ambos os casos, *virgem rejeitada*.

No seu estudo, Helder Macedo recorda o episódio da *Odisseia*, de Homero, em que a filha do rei Alcino, Nausica, vai lavar as vestes, como preparação para o seu anunciado casamento, salientando que a água e a lavagem das roupas assumem significados figurativos, remetendo para núpcias e feminilidade sensual, paralelamente à cantiga *Levantou s` a velida*. Igualmente o vento e o pólen por si transportado poderão conduzir ao mesmo campo metafórico, como nos refere Helder de Macedo, que ilustra este seu pensamento, fazendo alusão ao quadro, *O nascimento de Vénus*, de Botticelli. Nesta

¹² «Reinterpretemos a cena: a *velida* prepara-se para um encontro amoroso, como a *lavagem* índica; o amigo não vem; o *vento* substitui-se ao amigo, interagindo de forma simbolicamente erótica com a *velida* núbil, o que, por contraste, torna ainda mais vívida a ausência do amigo; a *sanha* da *velida* seria, então, a manifestação da sua decepção pelo fato de essa inesperada consumação amorosa simbólica se substituir à real, desejada. Ao contrário do que acontecia na composição de Meogo, onde a *água volvida* velava imagetivamente o êxtase sexual da *velida* «leda dos amores», em D. Dinis a *sanha* da *alva* descobre a frustração da *velida* perante uma vivência apenas fantasmática da sexualidade.» Ferreira, *Águas doces, águas salgadas Da funcionalidade dos motivos aquáticos na Cantiga de Amigo*, 135.

¹³ «De acordo com a interpretação proposta, esta cantiga de D. Dinis (...) representa simbolicamente uma cena paradoxal: a recusa masculina perante o convite feminino. Tal situação, surpreendente numa cultura em que a modelização literária do mundo equacionava simbolicamente o acesso à mulher e ao amor com a coroação do percurso do herói, constitui uma opção estética pelo menos curiosa.» Ferreira, *Águas doces, águas salgadas Da funcionalidade dos motivos aquáticos na Cantiga de Amigo*, 137.

obra de arte, e de acordo com a mitologia, a deusa do amor e da beleza teria emergido da espuma do mar, sendo apresentada pelo pintor sobre uma concha que paira nas águas e que é empurrada pelo deus Zéfiro e pela brisa Aura, em direção à terra. A figura de Vênus é extremamente sedutora, encontrando-se a deusa despida e tapando parte do corpo com o seu longo cabelo, pronta a ser envolvida pelo manto que lhe é fornecido por outra divindade. Constatase, deste modo, que os elementos da natureza presentes na composição *Levantou s` a velida*, de D. Dinis, originam diversas descodificações, à semelhança de muitas outras obras que só aparentemente são ingênuas.

Naturalmente, as cantigas de amigo, por serem de autoria masculina, manifestam mais a imagem elaborada mentalmente pelo homem em relação à mulher do que os desejos e sentimentos desta, sendo, no entanto, bem elucidativas sobre os costumes da época. Na realidade, a poesia trovadoresca é um jogo masculino, em que o homem entra para vencer, colocando ilusoriamente a mulher no fulcro das atenções, respeitando-a, e, inclusivamente, idolatrando-a, fictícia e contrariamente ao que acontecia no quotidiano medieval galaico-português.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Amélia Aguiar, «A mulher na legislação afonsina: o fuero real», in *Separata de Actas do Colóquio A mulher na Sociedade Portuguesa*, vol. I, Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

COHEN, Rip, *500 Cantigas d'Amigo*, Porto: Campo das Letras, 2003.

DIAS, Aida Fernanda, *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Verbo, 1998.

FERREIRA, Maria do Rosário, *Águas doces, águas salgadas Da funcionalidade dos motivos aquáticos na Cantiga de Amigo*, Porto: Granito Editores e Livreiros, 1999.

FRUGONI, Chiara, «A mulher nas imagens, a mulher imaginada», in *História das mulheres A Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber, vol. 2, Porto: Afrontamento, 1990.

GONÇALVES, Elsa, *A lírica galego-portuguesa*, Lisboa: Editorial Comunicação, 1983.

MACEDO, Helder, «Uma cantiga de Dom Dinis», in *Do Cancioneiro de Amigo*, 3ª ed., Lisboa: Assírio e Alvim, 1996.

MENESES, Paulo, *Trovadorismo galaico-português (vozes & afectos)*, Cascais: Patrimonia Literaria, 1998.

RECKERT, Stephen, «Cinquenta cantigas de amigo», in *Do Cancioneiro de Amigo*, 3ª ed., Lisboa: Assírio e Alvim, 1996.

———. «Semiótica da cantiga», in *Do Cancioneiro de Amigo*, 3ª ed., Lisboa: Assírio e Alvim, 1996.

SARAIVA, António José, *Poesia e Drama*, Lisboa: Gradiva, 1990.

TAVANI, Giuseppe, *Trovadores e jograis*, Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

TAVARES, Maria José Ferro, «A mulher e a sua condição na Idade Média portuguesa: da legislação à realidade», in *Estudos sobre as mulheres*, Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

VECCHIO, Silvana, «A boa esposa», in *História das mulheres A Idade Média*, dir. Christiane Klapisch-Zuber, vol. 2, Porto: Afrontamento, 1990.

A FILOLOGIA E A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

RESUMO

O resgate e a preservação da memória através da documentação manuscrita, que se acumula nos arquivos do Brasil e do mundo, representam hoje tarefas de diversas áreas do conhecimento. Preservar essa documentação do olvido se faz necessário porque ela revela mudanças lingüísticas; origens de famílias, de instituições, de cidades; relações de poder nos diversos níveis da sociedade, etc. Desvendar toda essa informação tem importância não só para a História bem como para a Lingüística, a Antropologia, o Direito, a Religião. Sendo assim, mostrar-se-á, a partir de alguns documentos selecionados em arquivos públicos baianos, a sua importância para a Filologia.

Palavras-chave: Filologia; Documentação Manuscrita; Preservação.

INTRODUÇÃO

O advento da escrita legou à humanidade a possibilidade de armazenar, de dar a conhecer à posteridade toda a sua história: repleta de emoções, intrigas, pensamentos, feitos heróicos, descobrimentos, conquistas... enfim, a escrita representa a própria memória do homem. Ela faz parte da civilização de tal modo que se define por si mesma e, nesse contexto, a história da humanidade se divide em dois grandes momentos: antes e depois da escrita; quiçá já estejamos vivendo um terceiro período – pós-escrita. No entanto, ainda estamos sob o seu reinado, pois as atuais sociedades têm por base o que está escrito: as leis orais foram substituídas pelas leis escritas, as convenções orais foram substituídas pelos contratos escritos, as religiões de tradição lendária cederam lugar às religiões escritas, ou seja, não existe história que não esteja fundamentada sobre textos escritos. Segundo Bowman e Woolf (1998: 5): “Os documentos escritos nos são mais valiosos que a palavra falada, tanto nos contratos financeiros quanto nas publicações acadêmicas.”

A cultura escrita¹⁴ permite ao indivíduo o desenvolvimento de

¹⁴ Nos últimos anos, em todo o mundo, vem crescendo muito o interesse pelos estudos da cultura escrita, com produção de enorme bibliografia, seminários, conferências, revistas e monografias especializadas.

suas potencialidades, tanto no campo pessoal quanto no social. A ausência dessa cultura provoca tanto o fracasso individual quanto o atraso econômico e político. No entanto, a cultura escrita não é um fenômeno isolado e não funciona como uma força autônoma no contexto da história. Ela não promove, por si mesma, crescimento econômico, racionalidade ou triunfo social. Não há grandes diferenças entre as formas de se comportar e de pensar de alfabetizados e analfabetos. Para um melhor entendimento das dimensões da cultura escrita é preciso se investigar sociedade a sociedade. Desta forma, deve-se enfatizar os usos dos documentos e da escrita. Assim, estudando-se documentos governamentais, códigos e leis, ou seja, textos não literários, verifica-se o poder dos que escreviam sobre aqueles a quem ou dos quais se escrevia, isto é, se estes textos eram destinados ao uso diário ou se apenas mostravam quem eram os detentores do poder. Mas, isso também se aplica aos textos literários.

A invenção da escrita não promoveu a revolução social ou intelectual, mas o conhecimento e a compreensão do mundo antigo dependem dos textos escritos, assim como o desenvolvimento das modernas concepções ocidentais, que perpassam pelas suas origens medievais, o protestantismo, o expansionismo europeu, o Iluminismo e a Revolução Industrial.

Mas, apesar de toda a produção escrita que ocorreu durante todos os períodos de sua existência, resta-nos apenas uma ínfima porção do total de textos escritos. Conseguiu-se recuperar muita coisa do mundo antigo, tais como: papiros gregos; tabuinhas de Vindolanda¹⁵; inscrições parietais das cidades vesuvianas¹⁶; que mostram como a escrita era usada em atividades diárias de indivíduos que não faziam parte das elites cívicas.

O MUNDO NO PAPEL

Todas as ações do homem estão postas no papel: sua literatu-

¹⁵ Tabuinhas de madeira escritas a tinta e encontradas em Vindolanda – um forte próximo à Muralha de Adriano, a partir de escavações realizadas nas décadas de 1970 e 1980.

¹⁶ Cidades que se encontram nas proximidades do vulcão Vesúvio, na Itália, como Pompéia e Herculano.

ra, sua ciência, seu direito, sua religião, etc. Tudo isso se constitui em artefatos da escrita. O homem, suas idéias e seu mundo são vistos através desses artefatos. Para Olson (1997: 10):

O tema da escrita tem a ver com as propriedades especiais e peculiares desses artefatos, com esse mundo de papel, com sua força e suas limitações, com seus usos e abusos, com sua história e mitologia; e tem a ver com os tipos de competência e com as modalidades de pensamento e percepção que intervêm na abordagem e na exploração desse mundo de papel.

A escrita está intimamente relacionada a esses artefatos, ou seja, ao mundo de papel – com toda sua força e suas limitações. O domínio da escrita é útil e importante e há quem afirme e sustente que esse domínio, tal como a circuncisão, o batismo ou a formação em escola privada, representa o acesso a uma elite privilegiada; havendo também quem garanta que, além de útil e importante, o domínio da escrita contribui para o desenvolvimento da racionalidade e da consciência.

A partir dos anos 1960 os estudiosos de diversas áreas: historiadores, lingüistas, antropólogos, psicólogos e pedagogos juntaram-se para explorar a escrita: o uso que se faz dela bem como o seu desenvolvimento ao longo da história. Buscou-se, com esses estudos, verificar não só o que está envolvido no aprendizado da escrita e da leitura bem como esclarecer o que ocorre com as instituições e as atividades: comerciais, legais, religiosas, políticas, literárias e científicas cujos documentos escritos têm papel central; além de determinar o que acontece quando um número significativo da população sabe ler e escrever e, partindo daí, explora esses documentos.

Esses estudos demonstraram que não há uma distinção nítida e radical entre as culturas que empregam a palavra escrita e as que não a utilizam. Todas as culturas sobreviveram. A tônica atual dos estudos de cultura escrita é mostrar que os sistemas de escrita existentes preservam e fixam as formas orais no espaço e no tempo. A escrita é importante porque não só ajuda o homem a lembrar o que pensou e o que disse como o leva a considerar um e outro de maneira diferente. A escrita não representa apenas a capacidade de decodificar palavras e frases e sim a capacidade de ingressar em outro mundo, o mundo do papel. A escrita contribui para que o homem tenha o seu entendimento de mundo e de si mesmo.

A VARIEDADE DE DOCUMENTOS

Há uma grande variedade de documentos que se apresentam sob diversas formas: livros, panfletos, inscrições, documentos administrativos e grafites. Toda essa documentação está relacionada tanto com as camadas de pessoas cultas quanto com as camadas de pessoas mais modestas e que se encontram hoje em museus, bibliotecas, arquivos e acervos particulares em todo o mundo.

A documentação escrita

Atualmente, todo evento significativo prescinde de uma documentação escrita: contratos são selados através de uma assinatura escrita; as mercadorias nos supermercados estão dispostas conforme o que está escrito; os nomes das ruas e dos destinos dos ônibus vêm escritos; as placas informativas em estações ferroviárias e rodoviárias e nos aeroportos; as lápides nas sepulturas, etc. – tudo isso apresentado a partir de um texto escrito. Todas as atividades complexas são registradas através da escrita, seja em livros de receitas culinárias, seja em manuais de aparelhos eletroeletrônicos, seja em livros que ditam a moda. Os créditos que são atribuídos a uma invenção ou a uma realização científica dependem do seu registro escrito.

As sociedades ocidentais têm como uma de suas preocupações a alfabetização e esta envolve a aquisição de uma competência genérica na escrita. Após a aquisição desta competência passa-se à obtenção de conhecimentos específicos de história e ciência, por exemplo. Há mais de um século que as políticas governamentais, de muitas democracias ocidentais bem como de países em desenvolvimento, têm como prioridade a alfabetização, pois esta é uma condição do exercício da cidadania. A alfabetização tem implicações econômicas e sociais. A maioria dos povos que usa a escrita a considera fundamental para a forma como a sociedade letrada se vê: instruída e civilizada. Sendo assim, a invenção e o emprego de sistemas de escrita foram úteis para a formação das sociedades burocráticas modernas. O domínio da escrita representa a capacidade de entender e usar o legado cultural oferecido por cerca de três mil anos de diferentes tradições escritas. A escrita permitiu o acúmulo de preciosos tesouros guardados em textos.

A tradição escrita x a tradição oral

A tradição escrita foi precedida por uma tradição oral. O registro escrito é considerado como a expressão imprecisa de intenções e serve apenas como uma assinatura de autenticação. Até a Idade Média os registros escritos eram pensados e tratados como lembrete em lugar de representações. Antes da larga utilização dos documentos, as transações, como uma transferência de propriedade por exemplo, eram feitas oralmente e com a presença de testemunhas e a entrega de algum objeto simbólico. Com o uso do documento escrito, que era assinado e selado, este pôde servir como acordo. As transações orais eram feitas através de juramentos, que tinham valor de documento. Com o uso do texto escrito, o juramento perdeu seu valor diante do manuscrito. Mas, mesmo assim, durante muito tempo o texto escrito servia como lembrete, como um recurso para conferir a memória, ou seja, a escrita era uma recordação. Para Isidoro de Sevilha (*apud* OLSON, 1998, p. 197) o uso das letras era para “permitir-nos voltar a ouvir e reter na memória a voz e as palavras daqueles que estão ausentes”.

Segundo Olson (1998, p. 203) “a história da escrita é em parte o aprendizado da construção de documentos que possam incorporar o sentido e servir-lhe de árbitros”.

A IMPORTÂNCIA DE SE PRESERVAR A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Desde a Antiguidade que os gregos já se preocupavam em salvar suas obras clássicas do esquecimento e da degradação, criando, a partir do séc. III a. C., a Filologia, com o intuito de editar criticamente os textos de Homero e de outros autores. Para Auerbach (1972: 11):

A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente. Tal necessidade se fez já sentir na época dita helenística da Antiguidade grega no terceiro século a.C., quando os eruditos que tinham seu centro de atividades em Alexandria registraram por escrito os textos da poesia grega, sobretudo de Homero, dando-lhes forma definitiva.

Quando o homem pára e analisa o mundo a sua volta percebe que vive cercado de papel: todo o crédito do mundo consiste em milhões de bilhetes de banco, de letras e talões, certificados, despachos de advogados, os registros das populações, os arquivos dos Ministérios, recibos, cartas, informes, ofícios – tudo resumido a um pedaço de papel. A matéria prima da vida moderna não é mais do que o papel. Antigamente os homens escreviam utilizando diversos suportes, tais como: moedas, mármore, madeira, bronze, papiros e pergaminhos. Hoje, o suporte não é tão resistente e nem tão duradouro como os de antes. O que se utiliza em larga escala desde o Humanismo é o frágil papel. A umidade, a poeira, os fungos, o sol, os insetos em geral podem desfazer e destruir a imensa massa de papel em que está depositada toda a história da humanidade, ou seja, aquilo que lhe é mais caro e precioso.

Analisando-se todo esse processo, verifica-se que a preservação de toda a documentação manuscrita é a chave para a construção de uma identidade sócio-histórica-cultural. No entanto, a tarefa de preservar encontra uma série de dificuldades, seja ela em relação à simples atividade de classificar e armazenar, pois há uma enorme massa documental, bem como o compromisso que se traduz entre *conservação* e *acesso*. Para a UNESCO, uma das missões essenciais dos serviços de arquivos e bibliotecas é a de tornar acessíveis os documentos dos quais têm a guarda, a fim de que o patrimônio fique vivo e possa ser objeto de pesquisa. Outra missão é a de conservar os documentos a fim de que o patrimônio possa ser transmitido intacto às gerações futuras, para que a sociedade vindoura conheça o seu passado. Mas, essas duas missões são, à primeira vista, antagônicas, pois como seria possível tornar acessível sem por em risco de degradação? E como conservar sem permitir a comunicação deste documento? É necessário, contudo, elaborar uma política de preservação cujo objetivo seja o de prevenir, de parar ou retardar a deterioração dos documentos e, se possível, de melhorar as condições de conservação ou de preservar ao menos o conteúdo dos documentos sob a forma de documento de substituição.

A tão propalada tecnologia digital oferece a possibilidade de fornecer aos usuários cópias de alta qualidade, ao mesmo tempo em que está preservando os artefatos originais de manipulações desnecessárias. Mas, mesmo assim não está livre de correr riscos, pois a

informação digital está mais sujeita à adulteração e à ação de vândalos. Os suportes computacionais são frágeis e perecíveis e estão subordinados aos complexos sistemas de *hardware* e *software*, além de sofrerem com o rápido avanço da tecnologia digital que faz com que se perca o acesso aos acervos.

A trabalho de edição de documentos baianos

Objetivando salvar determinados textos dos estragos do tempo, o Grupo de Edição de Textos da UEFS¹⁷ vem desenvolvendo dois projetos de pesquisa: “Documentação de Feira de Santana: um trabalho lingüístico-filológico” e “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, e tem por objetivos: 1. Permitir a leitura dos documentos a partir do trabalho filológico de edição semidiplomática, o que possibilitará o acesso mais rápido de pesquisadores de outras áreas do conhecimento a esses documentos; 2. Resgatar parte da história baiana, referente aos séculos XVIII ao XX, através das edições semidiplomáticas dos documentos selecionados; 3. Tornar conhecida a existência desta documentação com o propósito de evidenciar a sua importância para diversas áreas do saber, tais como: Religião, Geografia, Direito, Genealogia, Antropologia, Sociologia, dentre outras; 4. Estudar o desenho da letra enquanto manifestação artística; 5. Editar semidiplomaticamente os documentos, visando sua publicação e posterior veiculação, não só nos meios acadêmicos, como para o público em geral, permitindo assim o conhecimento do documento sem a necessidade de manuseá-lo.

O *corpus* que vem sendo editado é constituído por documentos eclesiásticos – livros de batismo, casamento e óbito, e livro de tombo – e cíveis: cartas de alforria, queixa-crime, inventários, certidões de venda, declaração de venda, cartas imperiais, correspondên-

¹⁷ O Grupo de Edição de Textos (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq) é composto por profissionais de diversas áreas, a saber: Letras, História, Artes Plásticas e Administração, além de estudantes de graduação (bolsistas de iniciação científica); cujos nomes são: Pesquisadores - Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (líder), Suani de Almeida Vasconcelos, Luiz Cleber Moraes Freire, Antônio Wilson Silva de Souza, Josivaldo Pires de Oliveira; Estudantes: Ana Emília Silva Cordeiro, Ana Jaci Mendes Souza Carneiro, Augusto César Andrade Pinheiro, Eveline Souza Messias, Fabrício dos Santos Brandão e Liliane Lemos Santana.

cias pessoais, queixas de defloramento, livro de notas de compra e venda de escravos etc. Estes textos referem-se a diversos municípios do Sertão e do Recôncavo baianos, dentre eles estão: Água Fria, Cachoeira, Conceição da Feira, Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Santo Amaro, São Gonçalo dos Campos, São José, Serrinha e Tanquinho; com uma possível incorporação de documentos referentes à Chapada Diamantina, especialmente de Lençóis.

A edição de alguns fólhos

Apresentaremos, a seguir, a edição semidiplomática do primeiro fólho de dois diferentes documentos. Para a realização deste tipo de atividade é necessário o estabelecimento de algumas normas, a saber: 1. Respeitar fielmente o texto: grafia (letras e algarismos), linha, fólho, etc; 2. Indicar o número de fólho, à margem direita, fazendo a chamada com asterisco; 3. Numerar o texto linha por linha, indicando a numeração de cinco em cinco, desde a primeira linha do fólho; 4. Separar as palavras unidas e unir as separadas; 5. Desdobrar as abreviaturas apresentando-as em itálico e negrito; 6. Utilizar colchetes para as interpolações; 7. Utilizar chaves para as letras e palavras expurgadas; 8. Indicar as rasuras ilegíveis com o auxílio de colchetes e reticências; 9. Expontuar as letras de leitura duvidosa.

Queixa-crime

Illustrissimo Senhor Dellegado

Perante *Vossa Senhoria* queixas Manoel Justiniano de Moura e Albuquerque que na noute do dia 15 do corrente pelas 10 oras [...] estando durmindo em sua
5 propria cama e axamos agazalhada toda a sua
a família e excepção da mulher do supplicante foram
arrombadas as portas do quintal e da salla do interior com tanta velocidade que sua dita mulher
quando ouviu o estrondo que com o arrombamento fi-
10 zerão as mencionadas portas querendo levantar-
se de uma rede *que* se achava já foi de encontro
com os agressôres os quais erão Joze Venceslao,
Bento da Roxa, um mulato de nome *Alexandre* escravo
de Irmação Joze Pinto Canguçú e o crioulo Francelino es-
15 cravo de João da *Silva* Barros todos capitaniados
por Leolino Pinto Canguçú os quais assim detento-

res do interior da caza se dirigirão ao quarto e surprehendendo-o ao *supplicante* na cama *inquanto* se axava durmindo della o arrancarão ainda
20 mal acordado tudo com tanta rapidez que a mulher do *supplicante* não teve tempo de an=te cipar=se para prevenillo; apezar de ser

Diário de Dr. Remédios Monteiro

O acaso fez com que eu me encon=trasse uma tarde em um leilão de livros com o dr Domingos Jacy Monteiro. Tinha eu provavelmente
5 nessa época vinte annos elle vizi=velmente mais moço. Eu já cursava o 2º anno medico [...], elle ain=da não se havia matriculado na Es=cola de Medicina. Concordamos em
10 uma permuta dos livros comprados nesse leilão. Fui para isso no dia seguinte a sua casa, na rua do
15 perto da minha, em outra rua. Seria muito longo narrar aqui como se evoluiu o nosso primeiro co=
nhecimento até tornar-se na ami=sade mais antiga, mais dellicada, ma
20 is sollicita, mais fiel. Basta dizer que nelle encontrei um amigo since=ro.
Enquanto estivemos em Pariz fo=
mos inseparaveis. Elle havia ido

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante séculos o homem vem registrando, através da escrita, os seus feitos. Esta, por um longo período, foi realizada por meio manuscrito que, mesmo depois da invenção da imprensa, continuou a ser utilizado. Deste modo, há uma vasta documentação, em todo o mundo, manuscrita. Todo este legado encontra-se em bibliotecas, museus, arquivos públicos e privados etc. Este acervo contém textos diversos, sendo eles literários – dos autores que deixaram seus manuscritos, ou não literários – documentos das administrações: ecclesiásticas, jurídicas, monárquicas, senhoriais, públicas e privadas. O texto escrito ganhou tal importância, em todos os tempos, que o homem que aprendeu a escrever se tornou “rei”. A tarefa de saber escrever se fez tão essencial que as sociedades, tanto do Velho quanto

do Novo Mundo, trataram de, ao menos, saber escrever o próprio nome, quando não o sabiam recorriam aos serviços de escravos. Desta forma, a escrita, além de ser uma manifestação cultural, tem também um caráter de difusora social.

A UNESCO classifica como patrimônio cultural todo o patrimônio documental e digital. Referindo-se a uma documentação manuscrita, que se acumula em arquivos, bibliotecas, museus etc., esta é um grande legado cultural. No entanto, em se tratando de Brasil, este patrimônio vive ameaçado de extinção. Os documentos referentes à nossa história estão entregues, em muitas situações, às traças, aos cupins, aos insetos em geral, bem como à ação do tempo – ou seja, a depender do local onde estão acondicionados, à chuva, ao sol, ao vento, ou à ação do próprio homem, que os danifica achando que não são importantes. Os pesquisadores que têm como objeto de estudo textos manuscritos conhecem bem esta verdade. Sendo assim, faz-se necessário que preservemos a nossa história, a nossa identidade, a nossa cultura que, neste caso, está traduzida através de uma vasta documentação manuscrita.

No intuito de amenizar toda esta situação, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES pretende destinar, ainda este ano, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a preservação de acervos. Em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo (30/07/04), o presidente do BNDES, Carlos Lessa, declarou:

Há uma centena de coleções em papel, manuscritos (...) em risco por estarem em locais inapropriados. (...) Não somos levianos de prometer restaurar esses acervos, o que demanda muito dinheiro e mão de obra especializadíssima. Vamos cuidar para que as coleções parem de sofrer a ação das intempéries. (...) Na verdade, vamos atuar nos subterrâneos dessa memória.

Esse tipo de notícia alegria a todos que trabalham com acervos. Há um grande empenho por parte dos profissionais, que mesmo não sendo tão especializados buscam um melhor tratamento aos documentos sob a sua responsabilidade. Uma política de preservação é sempre o melhor instrumento para a missão de salvaguarda e proteção dos acervos institucionais, o que contribui sobremaneira para a estruturação de uma identidade nacional. Destarte, salvemos nossa memória, através da preservação da nossa documentação manuscrita.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BLASSELLE, Bruno. *À Pleines pages: Histoire du livre*. Paris: Gallimard, 1997. v. 1.
- . *Le triomphe de l'édition: Histoire du livre*. Paris: Gallimard, 1998. v. 2.
- BNDES INVESTE NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 30 jul. 2004.
- BOTTÉRO, Jean et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Ática, 1996.
- CEPEDA, Isabel Vilares. O manuscrito medieval. **In:** *Tesouros da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Inapa, 1992. p. 28-74.
- CHARTIER, Roger. *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. 2ª reimp. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.
- DIRINGER, David. *A Escrita*. Tradução Armando Luiz. Lisboa: Verbo, 1971.
- EISENSTEIN, Elisabeth L. *A Revolução da imprensa no início da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1996.
- GEORGES, Jean. *La Escritura: memoria de la humanidad*. Traducción Enrique Sánchez Hormigo. Barcelona: Ediciones B. S. A., 1998.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra escrita*. 2ª ed. ilustr., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1996.
- OLSON, David R. *O Mundo no papel*. São Paulo: Ática, 1996.
- PAPEL Y PLUMA*. Madrid: Fundación Colégio Del Rey, 1986.
- QUEIROZ, Rita. Manuscritos, livros e computador: o progresso cultural da humanidade. *Tribuna Feirense*, Feira de Santana, 21 nov.

2004. *Tribuna Cultural*, p. 3.

———. Documentação manuscrita: legado cultural. *Tribuna Feirense*. Feira de Santana, 01 ago. 2004. *Tribuna Cultural*, p. 2.

———. Edição diplomática de documentos históricos feirenses. CONGRESSO DA ALFAL - Região Norte da Europa, 2000. *Actas...* Groningen (Holanda): Universidade de Groningen, 2000. Disponível em: <http://elies.rediris.es/elies13/queiroz.htm>. Acesso em: 12 out. 2004.

REYNOLDS, Leighton D.; WILSON, Nigel G. *Copistas e filólogos: las vías de transmisión de las literaturas griega y latina*. Madrid: Gredos, 1986.

VALLE JR., Eduardo Alves. *Sistemas de informação multimídia na preservação de acervos permanentes*. 2003. 128 fl. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Instituto de Ciências Exatas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

UNESCO. Disponível em: <http://webworld.unesco.org/safeguarding/>. Acesso em: 23 ago. 2004.

A POESIA PASTORIL NA GRÉCIA E EM ROMA HISTÓRICO

Márcio Luiz Moitinha Ribeiro
(UERJ e Seminário São José de Niterói)

RESUMO

Focalizaremos no decorrer da nossa pesquisa a origem da poesia pastoril na Grécia com Teócrito e em Roma com o poeta Virgílio. Também veremos que o bucolismo é um gênero de caráter híbrido.

Foram pesquisados vários livros de críticos literários franceses, portugueses e brasileiros sobre este assunto pastoril que certamente servirá à formação de nossos discentes de graduação e pós-graduação no curso de Letras.

Enfim, serão estudados os poetas supra citados no que diz respeito à vida, ao estilo e às suas obras mais relevantes.

Palavras-chave: Teócrito, Virgílio, Bucolismo, Grécia e Roma

Discorreremos, inicialmente, neste trabalho, sobre “gênos” da poesia pastoril na Grécia, focalizando a vida e o estilo de Teócrito e a origem deste tipo de poesia em Roma, com Virgílio.

A literatura bucólica compreende idílios e éclogas nas quais as figuras representam pastores e outras personagens dos campos e dos montes. Cecília Lopes (ARAÚJO, 1995: 8 – 9) defende a idéia de que o bucolismo tem caráter híbrido. Neste gênero, o lirismo está patente, assim como as características do épico e do dramático. Embora seja o bucolismo um gênero de caráter misto, pois apresenta características do lírico, épico e dramático, a poesia bucólica é classificada como lírica pelo fato de expressar a subjetividade. Sabemos que nenhum gênero apresenta somente suas características próprias. Destarte, o bucolismo também se utiliza de características de outros gêneros, como a expressão do mundo, ora subjetivo, quando percebemos, na poesia, as emoções e sentimentos, ora objetivo, quando a personagem (ou poeta) faz a descrição do ambiente pastoril e da natureza. Notamos, outrossim, a presença de um narrador em terceira pessoa, quando o poeta fala a respeito dos pastores Córídon e Aléxis, como ocorre na segunda *Bucólica* de Virgílio, versos 1-5. A poesia

bucólica apresenta características de gênero dramático, quando há a presença de um desafio poético ou um diálogo entre pastores.

Guillemín (1968: 63) também é desta opinião de que o bucolismo é um gênero híbrido, pois há nele também os gêneros narrativo, dramático e o lírico.

Cecília Lopes de Albuquerque Araújo (1995: 8-9) outrossim nos ensina sobre o surgimento da poesia bucólica na Grécia a respeito do qual há várias hipóteses.

De acordo com a primeira, afirmam alguns que se originou dos lacedemônios, quando Xerxes, o rei dos Persas, fez uma viagem à Grécia. As mulheres espartanas não puderam cuidar do altar da deusa Diana, com zelo, na cidade dos pastores, como era costume, por causa do inimigo. Mesmo assim, elas celebraram o evento religioso com cânticos desarmoniosos, chamando-os de canto bucólico.

Numa segunda variante, dizem que Orestes, quando esteve na Sicília, dedicou o gênero bucólico à Diana, deusa dos campos, depois de furtar a imagem da divindade e escondê-la num feixe de lenha.

Para outros, a poesia bucólica foi dedicada a Mercúrio, pai de Dáfnis, príncipe de todos os pastores e rebanhos. Julgam ainda outros ter sido a poesia bucólica escrita em honra de Pã, deus pastoril, protetor dos pastores e rebanhos, inventor da flauta de sete canos, a sýrinx, (♦◆❖□)(X)Yo☒①☞ Junito de Souza Brandão (1950: 5), na tese *Os idílios de Teócrito e as Bucólicas de Virgílio*, esclarece que o bucolismo teve, é quase certo, suas origens no solo helênico. As próprias condições geográficas, políticas e sociais da Grécia muito contribuía para o surto da poesia bucólica.

Há uma relação muito íntima entre as origens do bucolismo e as festas das colheitas e das vindimas, bem como as tumultuosas festas dionisíacas e fálicas, festejos estes que se realizavam nos campos.

Os camponeses festejam sua padroeira divina, a deusa Ártemis, cuja luz suave lhes ilumina os folguedos noturnos. Grupos de pastores e trabalhadores do campo enchem a região da Sicília e da Itália Meridional, diminuindo o cansaço do labor com canções, nas quais o sentimento da natureza modera as ânsias do amor. Por isso, o

bucolismo traduz a esperança de uma época de paz. A poesia bucólica tem ainda sua origem ligada a certos hábitos de vida, como a agricultura e a pastorícia.

Já que estamos discorrendo sobre as origens da poesia pastoril, passemos ao campo da etimologia dos vocábulos a ela referentes.

Veremos o significado etimológico (CHANTRAINE, 1999) de *idílio*, *écloga* e *bucólica*. Sabemos que modernamente, todos estes nomes se equivalem, contudo primitivamente são diferentes.

O *idílio*, do grego *eidýllion* (ἔιδυλλον), era composição poética breve, poesia curta. É o diminutivo de *eídos* (εἶδος). Entretanto, os modernos passaram a dar uma significação mais restrita a esta palavra, já que as composições sobre assuntos pastorais apareciam em maior número neste tipo de poesia, associando-se então o idílio à idéia de poesia pastoral.

Costumamos chamar idílios aos poemas de Teócrito. Em latim, como Albin Lesky ([s/d]: 751) nos informa, Plínio o Jovem (4,14,9) foi o primeiro a empregar a palavra idílio, no sentido de poesia de curta extensão. Sua origem é obscura, mas consta que o seu significado primitivo não tinha nada a ver com a poesia pastoril, nem tão pouco com o idílio tal como o entendemos agora. Pois, empregava-se este tipo de poema com o sentido bastante diverso.

A *écloga* ou *égloga*, do grego *eklogé* (ἐκλογή), significa etimologicamente, “escolha”, “extrato” e num sentido mais amplo “poesia ou trecho seletor”. Só modernamente se emprega como sinônimo de composição pastoril.

A *bucólica*, do grego *boukólikon poíema* (βουκόλικον ποίημα) seria uma composição, na qual o protagonista era o boieiro ou vaqueiro. Tirou-se deste termo o nome do gênero bucolismo ou poesia bucólica.

O termo *pastoral*, designativo de uma composição que se move num quadro rústico e num ambiente de pastores, não é usado na Antigüidade Clássica.

Assim, com a explicação etimológica dos nomes, acima mencionados, entendemos melhor o conceito de poesia bucólica. *Stricto*

sensu é uma forma de poesia na qual o protagonista é o *boucólos*, (Ϟ□◆&Ϟ□❖●□><), isto é, o boieiro ou vaqueiro, com predomínio para o guardador de gado bovino, por ser o mais antigo entre os pastores. *Lato sensu*, seria o gênero literário, em verso, em que figuravam, num cenário campestre, os guardadores de gado como principais atores, podendo ser boieiros, vaqueiros, pastores de cabras ou de ovelhas.

Modernamente, há uma preferência para o nome *pastoral* ou *pastoralismo*, em virtude de ter sido a de pastor de cabras ou de ovelhas a ocupação mais freqüente.

Na lírica antiga, não poderia haver uma dissociação da poesia com a música, por isto, na Grécia, surgem o canto e as disputas poéticas, graças, não só, às condições geográficas que favoreciam este surgimento pela existência da atividade pastoril, como também, graças ao pastor que vigiava os seus rebanhos e, solitário, muitas vezes, tinha a disponibilidade suficiente de tempo para se sentar, para cantar, para tocar, para conversar e para fazer disputas poéticas com outro pastor.

Por causa do desenvolvimento da canção, na Grécia, surgiram os festivais. Segundo Zélia de Almeida Cardoso (CARDOSO, 1989: 53-4), em seu livro *Literatura Latina*, o canto desempenhava papel secundário e de características religiosas, e depois passou a ter função artística. Concursos foram organizados, surgiram competições e muitas premiações. Dessa maneira, a atividade artística foi, paulatinamente, se aperfeiçoando.

Quando falamos da origem da poesia pastoril, logo nos lembramos do poeta grego Teócrito, considerado o criador deste gênero. Este, contudo, não se desenvolveu apenas na Grécia. Virgílio o praticou em suas *Bucólicas*, em Roma, e foi ele retomado pela posteridade no Renascimento e no Arcadismo, representando-se em boa parte da literatura européia.

Dizem que Teócrito nasceu por volta do ano 310 a.C., provavelmente em Siracusa, colônia grega situada na Sicília. Viveu na ilha de Cós e em Alexandria, no período helenístico, no qual a cultura e as atividades artísticas se deslocam de Atenas para Alexandria. Esta torna-se um grande centro urbano e, sob a proteção dos monarcas

que ali reinam e com o auxílio de excelentes bibliotecas, aparecem muitos poetas e prosadores, nesta época.

Para Albin Lesky ([s/d]: 749-50) três foram os lugares do Mediterrâneo que desempenharam na vida do poeta papel relevante: Siracusa, onde nasceu; Alexandria, cujo movimento intenso e cuja pequena burguesia foi descrita em alguns de seus poemas. Certamente, Alexandria constituiu uma importante etapa no curso da vida de Teócrito. E por fim, a ilha de Cós, na qual conquistou um círculo de amigos, do qual sabemos algo pelo sétimo *idílio*, *As Talísias*. Foi também em Cós que Teócrito conheceu e fez amizade com o médico Nícias de Mileto, ao qual o poeta se refere nos *idílios* 11, 13 e 28 e no epigrama 8.

Siracusa, Alexandria e Cós: os três nomes designam fundamentalmente o cenário da vida de Teócrito, dos seus *idílios* e epigramas. Teócrito foi muito prestigiado em todo o mundo helênico. Escreveu no dialeto dórico, em hexâmetro datílico, e, na maior parte de sua obra, na forma de diálogo. Seus poemas são retratos ou pequenas cenas do ambiente bucólico. Albin Lesky ([s/d]: 756) também nos lembra de que o mérito de Teócrito e de seus poemas reside na arte da *mimesis*, com a qual não há muita comparação na poesia antiga. Antes de tudo, nos seus *idílios* bucólicos, Teócrito não é apenas um retratista do mundo grego, mas faz parte integrante dele. Há muitas vezes passagens repletas de mitologia que refletem as lendas do mundo pastoril. Os pastores com seus amores felizes ou infelizes são os personagens de Teócrito.

Para Albin Lesky ([s/d]: 751-53), foi através dos poemas de caráter bucólico que Teócrito fundamentou a tradição da poesia pastoril. É mister afirmar também que o poeta siracusano fez ressaltar em seus *idílios* a preponderância de elementos oriundos do Mediterrâneo oriental para explicar o sentimento da natureza desta poesia. O poeta, em alguns de seus poemas, apresenta os mesmos personagens da *Comédia Nova*. Primeiramente, porque há personagens do mundo burguês e outros do meio popular; há o jovem apaixonado que perdeu o seu amor, como no *idílio* XIV, e há a presença dos deuses do Olimpo que participam das aventuras familiares.

Teócrito se filiou também em três *idílios* (II, XIV e XV) ao gênero literário conhecido como mimo. Este pode ser definido como

um gênero dramático, no qual pequenas cenas da vida quotidiana são abordadas de maneira bastante realista. O mimo literário era provavelmente recitado, e não encenado. As origens deste gênero são bastante obscuras. Sabemos que companhias de saltimbancos percorriam certas cidades gregas a apresentar pequenos trechos dramáticos de caráter bastante popular com imitações (○)✕(◊○□)✕(⊙ de cenas da vida quotidiana ou da mitologia, nas quais não estavam ausentes as vulgaridades. De qualquer forma, Teócrito adaptou o mimo à sua arte refinada, despindo-o de vulgaridades.

O que predomina nos idílios é a observação da rudeza dos pastores e um claro sentimento das belezas da natureza. Antônio Augusto de Carvalho Júnior em *A expressão poética dialetal de Teócrito em As Siracusanas*, nos ensina que o poeta siracusano é um especialista em ilusão. Através de vários recursos estilísticos, Teócrito nos ilude todo o tempo com uma simplicidade aparente em suas poesias. Em seus poemas, encontram-se a perfeição das descrições e a vivacidade das passagens dramáticas. Teócrito foi considerado um dos maiores poetas gregos da época helenística.

A literatura alexandrina cultuava o gosto pelo campo e os sentimentos dos pastores, entre outras coisas. Teócrito observa as realidades do campo e as retrata de uma forma tão pessoal, que todos reconhecem que foi a partir de sua obra que o gênero bucólico ficou definitivamente constituído. Ainda (LESKY, [s/d]: 756), Teócrito, em seus *Idílios*, escreveu sobretudo no dialeto dórico, como já afirmamos acima. Contudo, vale enfatizar que há alguns poemas dele, escritos nos dialetos eólico e jônico. Em Roma. Sabemos que os romanos surgiram de uma pequena aldeia de agricultores, no séc. VIII a.C. Eles eram eminentemente agricultores e por isto se identificavam com o campo e a agricultura; As *Bucólicas* de Virgílio foram escritas numa época em que a sociedade romana se achava envolvida nas lutas civis. A leitura dos poemas virgilianos, que retratam a simplicidade do campo, deveria agradar ao romano, cansado das agitações políticas.

Ettore Paratore (1983: 377) explica que Virgílio viveu numa época cheia de conflitos, mas apesar de tudo, venceu os obstáculos, pautando-se na filosofia epicurista de Lucrecio com o intuito de esquecer as vicissitudes pelas quais passou, por isto criou uma obra

poética voltada à natureza, lugar de paz, harmonia e amizade verdadeira. Em Bellessort (1965: 43-5), a idéia de escrever as *Bucólicas*, bem como as suas duas outras obras monumentais, nasceu das necessidades de seu tempo. Bellessort também afirma, quanto à origem da poesia pastoril, que esta sempre existiu, desde a época em que os pastores tocavam as suas flautas, durante o trabalho. A poesia pastoril reflete a simplicidade da vida, os prazeres de uma raça pobre e paisagens habilmente sugeridas.

Os personagens são ou parecem ser pastores, verdadeiros boieiros, verdadeiros guardiães de cabras. O poeta sente com delicadeza o valor estético de seus gostos e de suas atitudes. Vale lembrar, também, seguindo o pensamento de Bellessort, que os romanos haviam chegado a um ponto em que deviam aspirar ao poema, como a última flor do gosto clássico da Grécia.

Bellessort (1965: 48) nos mostra o por quê de Virgílio escrever sobre a poesia pastoril. Pois, ele mesmo passou por uma existência turbulenta, própria dos homens da cidade, e sentiu nostalgia do campo, quando esteve em Roma. Bellessort também notou que a sociedade sofria pelo excesso de prazeres e que Virgílio podia fazer o bem oferecendo-lhe quadros rústicos e cantos de pastores. Virgílio, dessa maneira, parece querer ensinar ao homem que se vive bem melhor no campo do que em Roma.

Virgílio escolheu a poesia, pois achava que nela o homem poderia realizar-se e viver bem com a natureza. Assim, pensa Perret (1959: 63):

Il faut ici partir des *Bucoliques*. Virgile y avait défini la poésie comme la seule tâche digne de l'homme, la seule par laquelle il pût lui-même s'accomplir, et prendre place dans la nature sans la déshonorer. C'est aussi par la poésie que l'homme pouvait induire la nature à être pleinement elle-même.

Virgílio escreveu as *Bucólicas* como uma maneira de recordar a sua infância, conforme nos informa Bellessort (1965: 14), em seu livro, *Virgilio, su obra y su tiempo*. Para Guillemín (GUILLEMIN, 1968: 26-28), a poesia pastoril apresenta dois aspectos: um de elemento dramático e o outro, do musical. Quanto ao musical o que mais nos interessa é canto. Sua origem é pastoral, ao passo que o

elemento dramático é de origem literária. Enquanto o gado pastava, o pastor passava o tempo com o canto.

Guillemín nos diz que, na Sicília, mesclavam-se o positivismo dos povos latinos e o idealismo da raça helênica. A Sicília foi uma das pátrias da pastoral e teve como protetor Dáfnis que ocupa um grande lugar, nesse país. Consoante Guillemín, Virgílio, de vez em quando, em suas éclogas, também alude a outra escola pastoral, na Grécia Continental, a Arcádia e a seus pastores. Nesta escola, encontra-se Pã, deus grego dos rebanhos e pastores e criador da gaita musical de sete canudos, que chamou de *sýrinx*, em honra da ninfa do mesmo nome desejada por ele e transformada num junco para poder livrar-se do deus.

Com Teócrito, a pastoral havia chegado ao mais alto grau de perfeição. Teócrito retratava, em seus idílios, Alexandria, seus habitantes e fazia alusões ao rei Ptolomeu. A convenção do gênero exigia que os pastores fossem artistas delicados, deviam conhecer todos os segredos da arte e deveriam proferir na floresta, estrofes bem medidas, bem equilibradas.

Note-se que Virgílio não foi o criador da pastoral, mas trouxe contribuição ao gênero, imprimindo nele uma feição romana. Coube-lhe o mérito de ter aclimatado o gênero bucólico em Roma. E, indubitavelmente, sob a influência de Teócrito, compôs uma obra original e bela. Segundo Bellessort (1965: 48-49), Virgílio, nas *Bucólicas*, traça a sua nova Arcádia, lugar no qual se concebe a ambição de amar e de ser amado e o dever de cantar, harmoniosamente. Lugar do pastor, do amor e da árvore.

Para Teócrito, a Arcádia era, apenas, uma região, como a Sicília, freqüentada por Pã. Para Virgílio, a Arcádia era a pátria dos tocadores de flauta. Vive-se na companhia dos deuses e semi-deuses, não se tem necessidade de dinheiro e não se faz política.

Brisson (1980: 102) faz referências aos pastores em Virgílio que eram árcades, como Coridão e Tírsis.

A Arcádia não foi o lugar escolhido para as ficções pastoris. A terra da poesia bucólica, cujo modelo foi fornecido a Virgílio por Teócrito, era a Sicília. Virgílio, por sua vez, foi original, em sua obra *as Bucólicas*, quando decidiu colocar esses pastores árcades se deba-

tendo às margens do Múncio, rio que se situa na Gália transpadana. Brisson (1980: 103) afirma que Virgílio sobrepõe à realidade do círculo dos poetas cisalpinos a idéia de uma comunidade literária fundada sobre a amizade e que ele buscou caracterizar pela ficção da Arcádia. Qualquer um poderia ser árcade, mais especificamente no território de Mântua.

Para Bayet (1965:199) havia um grupo de admiradores que se chamavam árcades e se configuravam em torno de Virgílio. Para o Poeta da *Eneida*, a Arcádia era a sociedade ideal dos poetas rústicos, na qual qualquer um poderia encontrar as razões suficientes de sua felicidade. O motivo pelo qual Virgílio ter escolhido o nome Arcádia não sabemos. Diziam que os árcades eram povos antigos e que havia uma ligação deles com as origens de Roma.

Para Perret (1959: 36), os árcades dos tempos, os verdadeiros antigos da Arcádia, província da Grécia, faziam da música a pedra angular de sua civilização. A música para os árcades era extremamente útil aos homens, levava-os ao repouso e servia de alicerce para a formação dos religiosos, dos guerreiros e dos costumes. A música, chave de toda a vida espiritual, também tinha um caráter paidêutico e tornava o jovem apaixonado pela poesia.

Como diz Perret (1959: 37), o amor, que conduz ao campo, pela vida simples, livre e despojada, inclinada sobre o essencial, aparece nas lições de Epicuro. No campo, os pastores se exaltam e cantam. Essa é a vida do homem árcade.

Compartilhamos a idéia de Guillemin (1968, 19), segundo a qual as *Éclogas* retratam a terra e a história da região da Cisalpina, terra conturbada de Virgílio.

Virgílio ao elaborar as suas *Bucólicas*, também demonstrou nelas traços de sua originalidade: mostrou paisagens da sua infância, dos seus campos, dos seus prados, dos seus bosques, das suas flores, das suas personagens e de alguns dos seus costumes.

A natureza faz parte da sua terra, assim como seus pastores são romanos com seu caráter, suas personalidades e com suas paixões, embora tenham nomes gregos. Já os cantores, muitas vezes, são da Arcádia e só conhecem as suas ovelhas, o seu campo e a hora do seu descanso, no qual Pã passeia. Guillemin (1968: 58-61) nos

apresenta: os homens do campo, como Virgílio viu e conheceu, e o sentimento da paisagem incorporado ao trabalho da terra e à frugalidade da vida do campo.

Embora as *Bucólicas* sejam artificiais, como afirma Perret (1959: 35) Virgílio teve a sua originalidade de pensamento e de sentimento. Perret, também, faz referência à Arcádia, lugar no qual há harmonia e paz. Para Virgílio, a Arcádia não é um país e seus pastores cantam, não na Grécia, mas na Itália, à margem do Múncio. Para Virgílio, a Arcádia com sua natureza levava o homem a buscar a paz e a harmonia; era o lugar no qual o homem também se purificava, se refazia e descobria um sentido para a sua vida. A Arcádia era a palavra que Virgílio encontrou para caracterizar a atmosfera das *Bucólicas*.

Para Virgílio, a Arcádia não é um país; trata-se, apenas, de uma certa maneira de viver. O nome também designa um grupo de amigos, um cenáculo ao qual pertence o poeta Virgílio.

Segundo Perret (1959: 40), não só a presença da natureza, como também dos deuses fornece o equilíbrio da vida árcaica. Ele afirma que a natureza é sagrada e grandiosa, e o homem deve elevar-se ao melhor que puder, no plano da poesia. Misteriosas trocas tornam-se possíveis: os ecos respondem, os pinheiros falam e a natureza dá a sua voz. O homem na poesia cede a voz à natureza e é assim que encontramos nas *Bucólicas*, um ponto de convergência entre o homem e a natureza.

A temática de Virgílio é eminentemente romana, seus personagens vêm de recordações da sua infância, da sua terra e dos seus costumes campestres. O crepúsculo que cai em algumas *Bucólicas* também é algo de original que só encontramos na obra virgiliana.

Perret (1959: 67) diz que é natural em um poeta, a mudança de atitude espiritual que ressoa imediatamente nas imagens. Por exemplo, as *Bucólicas* são o poema das horas patéticas. Essencialmente, o poema do meio-dia, a hora na qual Pã opera seus prestígios; no lazer, a cigarra grita, tudo parece viver. A noite é ausente, está é duração, ao passo que os dias são os momentos; ausentes também são os astros que acalmam, enquanto o sol exalta. As *Bucólicas* são o poema do momento, dos acontecimentos e da natureza, sendo que esta tem a

sua participação registrada com a sua voz, com as suas frutas e com as suas flores.

Para os antigos gregos e romanos, o ato de imitar uma obra por um poeta ou prosador era aceito e elogiado por todos, bem diferente do nosso tempo. O professor Junito de Souza Brandão (1950: 13-4) esclarece, em sua tese à catedra de Latim do Colégio Pedro II, *Os Idílios de Teócrito e as Bucólicas de Vergílio*, que os antigos faziam da imitação um conceito bem diferente que fazemos em nossos dias. Também afirma que os antigos entendiam o prazer estético de modo diverso de nós – a imitação era um lugar de destaque na criação poética. O público preferia a tradição à originalidade, o já comprovado ao novo.

Em *A Arte Poética*, (ARISTÓTELES, [s/d]: 239) Aristóteles dizia que toda poesia, como toda expressão artística, era uma imitação *mimesis* (○✕❖○♣♦✕↓). Vale ressaltar também que, no capítulo XXVI da mesma obra, Aristóteles afirmava que o poeta era um imitador, como o pintor ou qualquer outro criador de figuras.

Ruth Junqueira de Faria (1974: 11), em sua dissertação, *Aspectos lexicais e estilísticos do bucolismo vergiliano*, acha que, na antiguidade, o escritor só alcançaria êxito se trabalhasse elementos anteriormente elaborados.

Partindo do modelo, o poeta desenvolvia a obra literária segundo seu talento e sua maneira de sentir o universo. Enquanto atualmente a originalidade é elemento de valor estético, na época clássica acontecia o inverso. A idéia de imitação dominava a estética antiga que pode caracterizar-se com as expressões: *Mimesis: Poësis* (imitação, fabricação).

Virgílio se inspirou em seu modelo Teócrito, porém o nosso poeta mantuano não foi um mero imitador, pois também teve a sua originalidade naquilo que acrescentou ao seu modelo.

Perret (1959: 23) acredita que a poesia é um jogo. Para ele, é necessário conhecer bem a época de Virgílio para nos deleitarmos com o poeta. A sua poesia é pessoal e está ligada a duas palavras: imitação e fabricação ou criação poética.

Perret (1959: 25) também diz que os poetas da antigüidade tinham o costume de imitar textos antigos. Assim, Virgílio teve como modelos Teócrito, Hesíodo, Aratos e Homero, sendo este último na épica.

O poeta romano Virgílio inspira-se nos textos gregos, sobretudo, nos de Teócrito. E, tal procedimento dificilmente poderia ser diferente. Deste modo, concordamos com Zélia de Almeida Cardoso (1989: 24) quando ela diz que: “ (...) a “moda” literária da época preconizava essa atitude: se havia modelos perfeitos, a perfeição deveria ser imitada.”

Virgílio, a nosso ver, em muitos momentos de sua obra, soube ser original e romano. Para Bayet (1965:200), Virgílio foi, deveras, original. Sem dúvida, ele teve a influência do alexandrinismo que lhe deve a atitude do trabalho muito minucioso e do gosto da expressão sóbria e plena. Contudo, o temperamento de Virgílio o preservou das friezas, dos artificios e do esnobismo da arte pela arte.

De fato, graças aos gregos que sustentavam nele a sua inspiração e que desenvolveram nele a sua imaginação.

Sabemos que Virgílio nasceu em Andes, no ano 70 a.C., numa aldeia perto de Mântua. Seus pais eram camponeses. Ele se dedicou aos estudos literários e à poesia. Possuiu uma propriedade, às margens do Múncio que, mais tarde, lhe foi confiscada, fato este que lhe causou grandes dores em vida. Virgílio consegue reconquistar a propriedade graças à intervenção dos magistrados Asino Polião, Alfeno Varo e Cornélio Galo aos quais o poeta é muito agradecido e este acontecimento deu origem às suas *Bucólicas* I e IX.

A obra de Virgílio é caracterizada pelo amor à natureza campestre, pelo amor à paz, à ordem e à tranqüilidade, pelo amor à simplicidade e à naturalidade, enfim pelo amor à Pátria. Todas estas qualidades reunidas constituíram as três idéias fundamentais das obras de Virgílio: rústico-bucólica, social e patriótica.

Virgílio quis voltar à sua terra natal, mas poderíamos nos perguntar o por quê desse retorno às suas origens, se ele poderia viver em Roma, onde teria grandes chances de encontrar mais sucesso, em sua carreira literária. Brisson (1980: 84) em seu livro intitulado, *Virgile son temps et le nôtre*, nos explica que lá Virgílio encontrou con-

dições favoráveis às suas ambições poéticas e muito tempo para se inspirar, na elaboração de seus versos.

Brisson (1980: 85-6), em seu livro *Virgile son temps et le nôtre*, afirma que Virgílio foi um adepto dos alexandrinos e se preocupava, como estes, com a impressão, com o detalhe e com o desenvolvimento de um tema bucólico qualquer. Também, há uma preocupação do poeta com a sugestão e não com a explicação do poema.

Guilhemin (1968: 33-4) afirma que Virgílio foi um discípulo dos alexandrinos. Atenas, na época de Virgílio, deixou de ser a pátria da arte; e todos os sábios do mundo grego se voltaram para Alexandria e para o reinado dos Ptolomeus que os patrocinavam. Havia, lá, a famosa biblioteca e verdadeiros poetas.

Houve, consoante Guillemmin (1968: 48-50), uma profunda influência de Alexandria, em Virgílio, no que diz respeito à simplicidade, à ingenuidade dos pastores, ao realismo e às artes figuradas. A conquista do realismo foi uma das grandes vitórias da arte, diante do qual a arte chegou a penetrar nos segredos das almas. O realismo nasceu em Alexandria e encontrou o seu terreno privilegiado na Itália.

Brisson (1980: 91-2) afirma que Virgílio escreve as *Bucólicas* sobre o campo, sobre o seu país e sobre a sua terra natal, Mântua, na qual sua infância fora despreocupada e a paz em sua terra contribuiu para a sua formação como homem na fase adulta. Virgílio está convencido de que só o campo pode oferecer coisas boas para o homem ao passo que a cidade é um “locus” de luxo, de prazer desmedido e das ambições, como já afirmava Lucrécio, no *De Natura Rerum*. Também Brisson diz que Virgílio acreditou que a felicidade humana só seria possível longe dos centros nevrálgicos de uma civilização que são as cidades. Ainda Brisson (1980: 94), uma outra explicação nos é dada, para mostrar o motivo pelo qual Virgílio, em suas *Bucólicas*, escreveu sobre o campo em oposição à cidade e ao seu luxo, por influência comprovada do epicurismo e provavelmente por influência de Lucrécio. Lucrécio elogiava os campos e toda a existência pastoral, lugar que levava à felicidade o homem. Bellessort (1965: 30-31) também nos ensina que Virgílio aprendeu as doutrinas epicuristas com o filósofo Siro. Os sistemas da filosofia são ideais para satisfazer a todos os que os buscam.

Vale ressaltar que Virgílio não foi um epicurista e sempre respeitou as tradições de seu país, como diz Bellessort (1965: 31). Mas, tomou do epicurismo o entusiasmo pela ciência. Virgílio achava que era extremamente perigosa uma violenta ruptura com o passado.

Para Brisson (1980: 96) Virgílio escolheu o gênero bucólico porque neste o nosso poeta poderia retratar algumas de suas convicções epicuristas e retornar às fontes gregas que poderiam inspirá-lo. Também afirma Brisson que a vida doce patente nos pastores, o amor pelo frescor das sombras e as margens verdejantes do Múncio derivam do ensinamento de Epicuro e do elogio de Lucrecio que tinha abordado a felicidade no campo.

Virgílio procurou pôr, em sua obra as *Bucólicas*, um pouco do que aprendeu com seu mestre Siro. Nelas, Virgílio busca a felicidade, aliada ao exercício da poesia alexandrina, da qual havia tomado o gosto. O amor para Virgílio não é motivo de desordem, nem inquietudes, pois, o epicurismo condenava todo tipo de paixões, sobretudo, o amor. Perret (1959: 37) ressalta a relevância de Teócrito na inspiração e na criação de *As Bucólicas*.

Para Bayet (1965: 200-201), Virgílio se inspirou no modelo dos *Idílios* rústicos do siracusano Teócrito, para elaborar as suas *Bucólicas*. Neles, havia a objetividade realista, a plasticidade, as cruezas pelas quais o poeta grego tinha procurado agradar ao público corrompido. Nos encontros dos pastores, havia o desafio de improvisações poéticas em torneios. Assim se fazia na Sicília: os pastores cantavam versos alternados, chamados amebeus que permitiam, além do poeta multiplicar e variar as impressões, sair mais livremente do quadro dramático de sua peça. Havia o amor e os galanteios, os disfarces das personagens reais, curiosidades mitológicas e as alusões sutis queridas ao alexandrinismo. Virgílio, utilizando com extrema agilidade, pela “contaminatio”, algumas passagens emprestadas de Teócrito, transformou inteiramente seu modelo. Pois, o poeta mantuvo apresentou a paisagem e a atmosfera, não gregas, mas da Cisalpina; os pastores se exprimiam com mais polidez e delicadeza do que os de Teócrito. Há, em Virgílio, como afirma Bayet, uma superabundância de impressões sensoriais, que fazem crer num gênero eminentemente lírico; mas, de um lirismo pitoresco que não se desfigura no detalhe.

Concluimos este artigo, afirmando que as características bucólicas são fatores relevantes na obra virgiliana, embora a quarta *Bucólica* esteja mais próxima, pela temática e pela estruturação, do canto épico. O pastor de Virgílio é poeta, músico e cantor. Perret (1959: 29-30) fala sobre o trabalho do cesteiro e compara-o com a preocupação do poeta em esmerilhar e polir o seu poema. O trabalho da “cestaria” é impelido a um alto grau de refinamento. Virgílio, no fim de sua última *Bucólica*, compara-se a um cesteiro que trança um cesto. Esta imagem caracteriza a sua arte poética, a sua preocupação com a perfeição, o seu jogo contrastado com os principais temas paisagísticos, sentimentais e mitológicos. O poeta decide colocar todo o seu labor em uma gaveta e deixa repousar as suas lembranças. Alguns dias depois, quando ele relê o texto a fio, provavelmente, dará um maior brilho e polimento em seu poema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, C. L. de Albuquerque. *A Poesia Bucólica em Nemesiano*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- ARISTÓTELES. *Arte Poética e Arte Retórica*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].
- BAYET, Jean. *Littérature latine*. Paris: Armand Colin, 1965.
- BELLESSERT, André. *Virgilio su obra y su tiempo*. Madrid: Editorial Tecnos, 1965.
- BRANDÃO, J. de Souza. *Os Idílios de Teócrito e as Bucólicas de Vergílio*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1950.
- BRISSON, Jean-Paul. *Virgile son temps et le nôtre*. Paris: François Maspero, 1980.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *Literatura Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.
- CARVALHO JÚNIOR, Antonio Augusto de. *A Expressão Poética Dialeto de Teócrito em As Siracusanas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ. 1990.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris: Klincksieck, 1999.

FARIA, Ruth J. de. *Aspectos Lexicais eEstilísticos do Bucolismo Vergiliano*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

GUILLEMIN, A.M. *Virgilio poeta, artista, y pensador*. Buenos Aires: Paidós, 1968.

LESKY, Albin. *História de La Literatura Griega*. Versión española de José M. D. Regañon y Beatriz Romero. Madrid: Gredos, [s/d.]..

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Trad. de Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulgenkian, 1983.

PERRET, Jacques. *Virgile*. Bourges: “Ecrivains de Toujours” aux editions du Seuil, 1959.

DISCUTINDO O CARÁTER ACESSÓRIO ATRIBUÍDO AOS ARTIGOS

Alex Swander
(CiFEFiL, UNIVERSO, CNPq, UERJ)

RESUMO

Este trabalho é uma análise crítica acerca da classificação dos artigos como “termos acessórios”. Pretendemos mostrar que tal terminologia contempla apenas o aspecto sintático. Para tal, nossos apontamentos encontram-se norteados pelo Funcionalismo norte-americano, que é uma Escola lingüística preocupada com o aspecto funcional da língua. Segundo este modelo teórico, a codificação lingüística encontra-se vinculada às funções desempenhadas pelas palavras nas situações de interação. Utilizaremos o Princípio da Iconicidade de *Talmy Givón*, buscando mostrar a relação que há entre função e forma, posto que para cada construção lingüística, há diferentes possibilidades de significado. Assim sendo, apresentaremos as implicações semânticas que se instauram a partir do uso do artigo definido e da alternância pelo artigo indefinido, bem como em sentenças em que o artigo está ausente.

Partindo da teoria que adotamos, questionaremos o papel que é conferido ao artigo, visto que para alguns autores, sua importância é servir de adereço (acessório). Com o objetivo de fundamentarmos a nossa proposta de análise, apresentaremos algumas definições encontradas sobre termos acessórios na visão tradicional, e aplicaremos o Princípio da Iconicidade às sentenças de nosso interesse de estudo no conto *Uma esperança* da autora modernista Clarice Lispector.

PALAVRAS-CHAVE: Iconicidade, Funcionalismo, acessório.

METODOLOGIA

Corpus

Este trabalho tem como *Corpus* o conto “Uma esperança” da autora modernista Clarice Lispector.

Tratamento dos dados

O trabalho foi desenvolvido com base no Princípio da Iconicidade do Funcionalismo Lingüístico. Os comentários se concatenarão mediante um levantamento das definições apresentadas por alguns livros didáticos acerca dos termos acessórios. Confrontaremos a

visão tradicional do artigo como termo acessório com a abordagem sintático-semântica funcional. Fomentaremos nossa proposta a partir das perspectivas possíveis de significados que encontramos no conto “Uma esperança” da autora modernista Clarice Lispector.

SUPORTE TEÓRICO

Entendamos preliminarmente o que vem a ser o Princípio da Iconicidade; segundo Givón, as formas lingüísticas nascem motivadas iconicamente e a arbitrariedade na codificação lingüística ocorre devido às pressões diacrônicas corrosivas a partir da erosão provocada pelo atrito fonológico, e a mensagem acaba sendo alterada em decorrência da elaboração criativa. Tais pressões provocam ambigüidades quanto ao código (ocorrência de uma forma e várias funções - homonímia e polissemia) e quanto à mensagem (várias formas e uma função - sinonímia). No conto “Uma esperança” de Clarice Lispector veremos que será exatamente o artigo, ora se alternando entre definido e indefinido, ora sendo omitido, que será crucial na instauração da ambigüidade.

O princípio da iconicidade apresenta três subprincípios:

A) O princípio da quantidade:

Sua base cognitiva encontra-se vinculada a áreas de maior esforço e atenção.

Assim, temos:

A-1) Uma parcela maior de informação receberá menor grau de codificação.

A-2) A informação que for menos previsível receberá maior material de codificação.

A-3) A informação que tiver maior relevância também receberá maior material de codificação.

Observemos o seguinte esquema:

SN pleno > pronome > anáfora zero

Exemplo: Eu vi uma esperança entrar pela janela, **ela** era verdinha, era muito magrinha.

B) O princípio da adjacência:

Quanto à codificação lingüística, quanto mais integrados os conceitos estiverem no âmbito cognitivo, maior será a integração sintática. Tal princípio se concatena a partir do postulado de que uma vez acionado determinado conceito, outros conceitos a ele relacionados são ativados.

C) O princípio da ordenação linear:

segundo o subprincípio acima, cognitivamente, a informação que for mais importante e imprevisível, ou aquela que for menos acessível ocuparão uma posição primordial na cadeia lingüística, visto que o elemento introdutório do fluxo discursivo é o que detém maior atenção e é mormente memorizado.

ANÁLISE

Para darmos prossecução à nossa análise, volvamos a atenção para o significado dicionarizado da palavra acessório:

Adjetivo; que não é fundamental; junto a uma coisa, sem fazer parte integrante dela; s.m. aquilo que se junta ao objeto principal, ou é dependente deste; complemento, atributo. (BUENO, 1992: 39)

Acreditamos ser viável um questionamento da terminologia “acessório” utilizada tradicionalmente para a nomeação de alguns elementos na cadeia lingüística, enfocando, evidentemente, o artigo, nosso objeto de estudo. Até que ponto este termo pode ser considerado não fundamental? É evidente que não estamos aqui discutindo o grau de hierarquização de termos nucleares e satélites. Entretanto, insistimos em dizer que um termo cuja ausência implica em deslocamento do sentido semântico, não pode ser considerado como algo que não é fundamental.

Passemos à varredura das “definições” de termos acessórios apresentadas nos livros didáticos que constituem parte do *corpus* do nosso trabalho.

“Como o próprio nome indica, termo acessório é aquele que não é fundamental. Sua função é a de acrescentar informações secundárias tanto aos nomes quanto aos verbos.” (TERRA & NICOLA, 2000: 41)

A definição apresentada apenas reforça a nossa hipótese quanto ao contraste que há, uma vez confrontada à visão funcionalista. Além disso, essas “informações secundárias” merecem um questionamento, pois como já afirmamos, como pode ser secundária uma informação crucial quanto ao sentido?

“São três os termos acessórios da oração: o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto.” (TERRA & NICOLA, 2001: 115)

É interessante observarmos que os autores nem sequer definiram termos acessórios, o que nos causa um certo estranhamento, pois os mesmos autores em trabalho anteriores traçaram uma definição sobre os termos referidos.

“Os termos acessórios não são imprescindíveis ao entendimento do enunciado. No entanto, acrescenta uma informação nova, determinando e qualificando outros termos.” (FARACO & MOURA, 1999: 420)

Para os autores os termos acessórios não são imprescindíveis, isto é, sua ausência é absolutamente contornável, a grosso modo, “não fazem falta”. Insistimos que essa “informação nova”, que determina ou qualifica outros termos, é um fato relevante ao entendimento da sentença.

“Como o próprio nome indica, termo acessório é aquele que não é fundamental. Sua função é a de acrescentar informações secundárias tanto aos nomes quanto aos verbos.” (TERRA & NICOLA, 1995: 29)

Tecer comentários quanto à definição acima é redundante, a mesma definição é apresentada por estes autores em outro trabalho já referido.

“São três os termos acessórios da oração: o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto.” (TERRA & NICOLA, 1993: 155)

“São três os termos acessórios da oração: o adjunto adnominal, o adjunto adverbial e o aposto.” (TERRA, 1987: 191)

“Termos acessórios da oração são aqueles cuja função é secundária, podendo ser totalmente dispensáveis ao sentido da oração.” (MESQUITA & MARTOS, 1990: 229)

A definição acima apresenta uma grande falha se analisada pela ótica do Funcionalismo. Considerar termos acessórios como “totalmente dispensáveis”, significa dizer que o artigo não é importante numa oração. Julgamos ser necessário revermos tal posição, pois de acordo com o aparato teórico que estamos utilizando, temos diferentes formas discursivas para diferentes funções. Assim, a ausência do artigo, ou a alternância entre definido e indefinido, terão diferentes possibilidades de leitura conforme constataremos no conto “Uma esperança” da autora modernista Clarice Lispector que na seqüência apresentamos:

UMA ESPERANÇA

Clarice Lispector

Aqui em casa pousou uma esperança, não a clássica que tantas vezes verifica-se ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre, mas a outra, bem concreta e verde: o inseto. Houve um grito abafado de um dos meus filhos:

- Uma esperança! E na parede bem em cima de sua cadeira! Emoção dele que também unia em uma só as duas esperanças, já tem idade para isso. Antes surpresa minha: esperança é coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim sem ninguém saber, e não acima de minha cabeça numa parede. Pequeno rebuliço, mas era indubitável, lá estava ela, e mais magra e verde não podia ser.

- Ela quase não tem corpo, queixei-me.

- Ela só tem alma, explicou meu filho. E como filhos são uma surpresa para nós, descobri com surpresa que ele falava das duas esperanças. Ela caminhava devagar sobre os fiapos das longas pernas, por entre os quadros da parede. Três vezes tentou renitente uma saída entre os dois quadros, três vezes teve que retroceder caminho. Custava a aprender.

- Ela é burrinha, comentou o menino.

- Sei disso, respondi um pouco trágica.

- Está agora procurando outro caminho, olhe, coitada, como ela hesita.
- Sei, é assim mesmo.
- Parece que esperança não tem olhos, mamãe, é guiada pelas antenas.
- Sei, continuei, mais feliz ainda.

Ali ficamos, não sei quanto tempo olhando, vigiando-a como se vigiava na Grécia ou em Roma o começo de fogo do lar para que não apagassem.

- Ela se esqueceu que pode voar, mamãe, e pensa que só pode andar devagar assim.

Andava mesmo devagar - estaria por acaso ferida? Ah não, senão de um modo ou de outro escorreria sangue, tem sido sempre assim comigo. Foi então que farejando o mundo que é comível, saiu de trás de um quadro uma aranha, não uma aranha, mas me parecia “a” aranha, andando pela sua teia invisível, parecia transladar-se maciamente no ar. Ela queria esperança. Mas nós também queríamos e, oh! Deus, queríamos menos que comê-la. Meu filho foi buscar a vassoura. Eu disse francamente, confusa sem saber se chegara infelizmente a hora certa de perder a esperança:

- É que não se mata aranha, me disseram que traz sorte...
- Mas ela vai esmigalhar a esperança! Respondeu o menino com ferocidade.
- Preciso falar com a empregada para limpar atrás dos quadros.
- Falei sentindo a frase deslocada e ouvindo certo cansaço que havia na minha voz. Depois devaneei um pouco de como eu seria sucinta e misteriosa com a empregada; eu lhe diria apenas; você fez o favor de facilitar o caminho da esperança.

O menino, morta a aranha, fez um trocadilho, com o inseto e com a nossa esperança. Meu outro filho, que estava vendo televisão, ouviu e riu de prazer. Não havia dúvida: a esperança pousara em nossa casa, alma e corpo, mas como é bonito o inseto: mais pousa que vive, é um esqueleto verde e tem uma forma tão delicada que isso explica porque eu que gosto de pegar nas coisas, nunca tentei pegá-la. Uma vez, aliás, agora que me lembro, uma esperança bem menor do que esta, pousara no meu braço, não senti nada, de tão leve que era, foi só visualmente que tomei consciência de sua presença. Encabulei com a delicadeza. Eu não mexia o braço e pensei: e essa agora? Que devo fazer? Em verdade nada fiz. Fiquei extremamente quieta como se uma flor tivesse nascido em mim. Depois não me lembro mais o que aconteceu. E acho que não aconteceu nada.

A primeira leitura do conto indica no artigo *uma* apenas a definição que é proposta para a palavra *esperança*. E assim entrare-

mos no conto impulsionados pela necessidade de recortar a sua significação. É interessante observarmos que, se permutarmos “uma esperança” por “a esperança” ou por “esperança”, nas três frases a ambigüidade se faz presente. A explicação é simples: recordando o princípio da iconicidade, a polissemia é resultado de um processo de erosão provocada pelo atrito fonológico, de sorte que a mensagem acaba sendo alterada em decorrência da elaboração criativa.

Aqui em casa pousou uma esperança.

Em *uma esperança* a singularidade é plural, mesmo sem fazer uso da conotação, comporta mais de uma possibilidade: um estado de desejo, um inseto e um estado de desejo e um inseto.

Não a clássica que tantas vezes verifica-se ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre.

A dubiedade de *esperança* provoca a explicação de uma recusa, que embora formulada categoricamente, não conseguirá eximir o acontecimento da ambigüidade própria da linguagem. É nesse contexto que julgamos absolutamente viável um questionamento acerca da visão tradicional em que o artigo é considerado um termo sem muita importância. Ora, no trecho “*Não a clássica*”, o artigo desempenha uma função de elemento anafórico, isto é, sua presença resgata o sentido da sentença a partir de uma referência à palavra *esperança*, que se encontra anterior na cadeia lingüística.

Mas a outra, bem concreta e verde: o inseto.

Como no trecho anterior, novamente o artigo como elemento anafórico: “*Mas a outra*”. No trecho “*o inseto*”, o artigo define o substantivo inseto. Vejamos o deslocamento da leitura semântica se permutarmos por “um inseto”; neste caso, a palavra *esperança* passa a ter menor valor conceitual.

Houve um grito abafado de um dos meus filhos

A presença do artigo indefinido instaura a possibilidade de uma *leitura* em que a marca do inesperado assume papel de relevo. Se alterarmos para “*Houve o grito abafado*”, haverá uma maior função enfática, isto é, a carga semântica de grito assume nova configuração.

Uma esperança! E na parede bem em cima de sua cadeira!

A ambigüidade em torno da palavra esperança se desfaz por um processo de referenciação catafórica, isto é, pelo resgate do sentido a partir do contexto que se segue. Assim, o sentido mais previsível para a palavra esperança é tratar-se de um inseto.

Emoção dele também que unia em uma só as duas esperanças, já tem idade para isso.

Aqui, o artigo definido -as- tem função crucial; sua ausência implicaria em outra leitura semântica, ou seja, não seriam as duas esperanças (inseto e sentimento), mas dois insetos de nome esperança, ou até mesmo duas esperanças no sentido conotativo, isto é, duas vontades, dois desejos.

Antes surpresa minha: esperança é coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim, sem ninguém saber, e não acima de minha cabeça numa parede.

Notemos que aqui a palavra esperança aparece sem nenhum artigo, o que reforça uma leitura ambígua acerca da sua significação.

Ela caminhava devagar sobre os fiapos das longas pernas, por entre os quadros da parede. Três vezes tentou renitente uma saída entre dois quadros, três vezes teve que retroceder caminho. Custava a aprender.

Neste fragmento, a presença do artigo reforça a dimensão perceptual da cadeia lingüística. A ausência deles representaria, do ponto de vista funcionalista, menor grau de transitividade (no presente trabalho não discutiremos tal propriedade funcional da linguagem, mas apenas para efeito didático, entendamos que o termo referido, diferentemente da aceção que recebe na visão tradicional, encontra-se vinculado não somente ao aspecto sintático, mas também à dimensão perceptual dos fatos, de sorte que quanto mais determinantes existirem numa sentença, maior será a transitividade).

- Ela é burrinha, comentou o menino.

Se retirarmos o artigo, estaremos instaurando uma incoerência, até porque a função do artigo no presente fragmento é a de determinante do substantivo “menino”.

- Está agora procurando outro caminho, olhe, coitada, como ela hesita.

Observemos que em *procurando outro caminho*, não temos o artigo. Se alterarmos a sentença para: *Procurando o outro caminho*, desta feita não se trata de qualquer caminho, mas de um caminho bem definido e conhecido.

Foi então que farejando o mundo que é comível, saiu de trás de um quadro uma aranha.

Não uma aranha, mas me parecia “a” aranha.

A correção do artigo (*uma / a*), nos leva de volta ao título do conto. Se UMA ESPERANÇA indicava simultaneamente singularidade e indefinição, o artigo definido restringe e particulariza, retira a eventualidade para substituí-la pela determinação. “A” aranha aqui é o lugar do antagonismo e da fatalidade. Em outras palavras, do ponto de vista funcional a alteração que se verifica ilustra efetivamente a motivação icônica da linguagem, posto que formas diferentes de construção implicam em formas diferentes de significação.

Andando pela sua teia invisível, parecia transladar-se maciamente no ar. Ela queria esperança. Mas nós também queríamos e, oh! Deus, queríamos menos que comê-la.

A aranha é igualada ao menino e ao adulto, no seu desejo - duplo - da esperança. Temos a ambigüidade na palavra esperança, fortalecida pela ausência do artigo. Assim, é viável interpretarmos a sentença de maneira a entendermos que a aranha queria comer o inseto, ou a aranha tinha esperança de comer o inseto.

Meu filho foi buscar a vassoura. Eu disse francamente, confusa sem saber se chegara infelizmente a hora certa de perder a esperança.

Meu outro filho, que estava vendo televisão ouviu e riu de prazer. Não havia dúvida: a esperança pousara em nossa casa, alma e corpo

É evidente que no trecho acima a palavra esperança assume um papel notoriamente polissêmico, sendo inteiramente possível interpretarmos “a esperança” como sendo o inseto, ou o sentimento.

Entretanto, convém ressaltarmos que, do ponto de vista icônico, há uma forte motivação icônica quanto à previsibilidade acerca do sentido da palavra esperança, quando esta se encontra determinada pelo artigo. Acaso estivesse ela introduzida por um artigo indefinido, tal previsibilidade diminuiria.

CONCLUSÃO

Como foi visto ao longo desse trabalho, o lexema mais importante dá título ao conto: “Esperança”. Este lexema é ora empregado em sentido denotativo como “inseto verde”, ora em sentido conotativo como “o sentimento que nos permite viver”.

Outro ponto a ressaltar é o emprego dos determinantes de “esperança”: se é um artigo indefinido (uma), pode ser lido como qualquer esperança e aí o lexema passa a ser polissêmico. Se esperança tem como determinante o artigo definido (a), o seu significado não é mais “o de qualquer esperança”. Em outros termos, é como se fosse “esta” ou “aquela” esperança determinada e com sentido expressivo. Se ocorre supressão de determinantes, “esperança” ganha um campo significativo bem maior, porque a supressão de determinantes implica na possibilidade de mais de uma leitura, instalando a ambigüidade. É importante acrescentarmos que a ambigüidade muitas vezes se faz presente mesmo em sentenças em que o artigo é definido. A explicação mais coerente é que, segundo a visão do Funcionalismo lingüístico, a transferência significativa entre as palavras se faz por intermédio do princípio da iconicidade. Assim, diacronicamente, a tendência é que ocorra um desgaste fonológico que confluirá para a existência das ambigüidades. Acreditamos que diante da abordagem funcionalista, é preciso ter um certo cuidado com relação às palavras. Não podemos ser taxativos em definições metalingüísticas que concebem a língua como um sistema arbitrário, fechado e acabado. É imperativo que a entendamos como um sistema adaptativo em que várias intenções funcionais representam várias formas expressivas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. J. A. de. Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português. **In:** *Veredas* - revista de estudos lingüísticos, v.3, n.2, jul./dez.

———. A convergência entre a pragmática e o funcionalismo lingüístico no estudo de um marcador conversacional próprio do português europeu. **In:** *Gragoatá* - revista do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. n.5, 2º semestre de 1998.

BOSI, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix 1969.

CADERNOS DE LETRAS: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói: O Instituto, 1990.

FARACO & MOURA. *Língua e literatura*, 3ªed. São Paulo: Ática, 1999.

FILLMORE, E. “Em favor do caso” **In:** LOBATO, Lúcia Faria Pinheiro. *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 275-369.

GARCIA, O. M. *Comunicação em Prosa Moderna*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1964.

ILLARI, R. *Semântica*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1985. Série Olímpios.

JÚNIOR, J.M.C. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

KEMPSON, R. M. *Teoria semântica*. Rio de Janeiro: Zanhari, 1980.

LAPA, R. *Estilística da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MAIA, J. D. *Língua literatura e redação*. 2ª ed. 3º volume. São Paulo: Ática, 1990.

MARTELOTTA, M.E. et alii (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil* - uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996a.

MESQUITA, M. & MARTOS, C. R. *Gramática pedagógica*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

NEVES, M.H.de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TERRA, E. *Curso prático de gramática*. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 1987.

TERRA, E. & DE NICOLA, J. *Gramática & literatura para o 2º grau*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1993.

———. *Curso prático de língua, literatura & redação*. Volume III, 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1995.

———. *Coleção novos tempos*. 1ª ed. 2ª impressão. São Paulo: Scipione, 2000.

———. *Gramática, literatura & redação para o Ensino Médio*. 1ª ed. 4ª impressão. São Paulo: Scipione, 2001.

VILARES GANCHO, Cândida. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, [s/d.].

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, [s/d.].

VOTRE, S. et alii (orgs.). Marcação e iconicidade na gramaticalização de construções complexas. In: *Gragoatá* - revista do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. n° 5, 2º sem. de 1998.

**HIPERTEXTO:
UMA POSSIBILIDADE DE CRÍTICA TEXTUAL
(Continuação do número 31)**

Andréa Abrate Coimbra Machado (UNESA)

Nataniel dos Santos Gomes (UNESA)

O TEMPLO DO SABER

**Uma biblioteca é a melhor imitação possível,
por meios humanos, de uma mente divina, onde
o Universo é visto e compreendido ao mesmo
tempo. (ECO, 2003)**

O livro em sua forma mais antiga é conhecido como rolo de papiro que era confeccionado com uma planta de mesmo nome e utilizado por egípcios, gregos e romanos para escrever (SPINA. 1977: 23). O papiro em grego era chamado *biblos*, que significava “o livro” e tem origem na palavra *Biblos*, nome do porto do fenício de onde eram exportados os tais objetos. O plural de *biblos* era ta bíblia, o que significava ao pé da letra “os livros”, que foi utilizado pelo latim eclesiástico para designar “o conjunto de livros” ou “o lugar onde cataloga e empresta livros e outros impressos ao público” (HOUAISS, 2001: 58). Nem sempre foi assim.

As primeiras escritas apareceram na Mesopotâmia, onde também surgiram as primeiras civilizações urbanas, entre o sexto e o primeiro milênio a.C. Essas civilizações eram administradas por um único governante que para administrar melhor, costumava registrar o número de sacos de grãos e cabeças de gado. Para isso contava com os escribas, que registravam esses cálculos em tábuas de argila que eram secas ao sol. A escrita utilizada era a cuneiforme (em forma de cunha), que foi uma criação dos sumérios. Essa escrita era monopolizada pelos sacerdotes e por letrados. Para marcar essas tábuas eram usados metais, ossos e marfins pontiagudos.

Já no Egito, existiram três sistemas de escritas: os hieróglifos, que era o mais complexo, sendo utilizado somente pelos escribas; o hierático, que era sagrado e monopolizado pelos sacerdotes; e o demótico, que era simplificado e de cunho popular. Se estivermos pensando em termos de bibliotecas, essas primeiras escrituras nas pare-

des também representam a necessidade do homem de eternizar seus pensamentos, sua cultura (MELLO, 1985: 37).

Assim a palavra bíblia, passou a ser utilizado pelo latim eclesiástico para definir este lugar tão venerado pelos padres da Igreja na Idade Média. Ali se guardavam coleções de livros. Todo esse processo está ligado ao colecionismo e ao poder. Ao colecionismo, por que está unida a idéia de posse, logo ao poder. Os livros eram objetos caríssimos e trabalhosos de serem confeccionados e só os possuíam, homens ligados diretamente à Igreja, como padres ou monges, ou aqueles que de alguma maneira mantinham ligações com esse poder, além dos estudiosos (GRECO).

Ao preservarem essas coleções, os homens queriam na verdade, imortalizar em seus livros, seu patrimônio cultural. Foi a maneira encontrada para perpetuar suas idéias e sentimentos que estavam ali descritos.

Nesse primeiro momento, os livros eram tão somente parte de coleções inteiras de idéias e sentimentos, e só podiam ser abertos com a autorização da Santa Igreja, pois seu uso era restrito ao clero e aos homens ligados ao poder, tais como reis e imperadores. O saber estava aprisionado para que se pudessem manipular, através do medo e da coação, aqueles que desconheciam seu conteúdo.

Foi durante o Renascimento, época em que houve uma grande revolução cultural, na qual a preocupação dos homens era a busca pela cultura antiga em oposição à cultura medieval, a qual desprezavam, como veremos posteriormente, que houve uma abertura maior em relação à cultura e o uso de literatura, pois os humanistas, que eram clérigos ou protegidos por mecenas (homens de dinheiro e influência que financiavam os artistas), buscaram por essa liberação.

Conforme foi dito anteriormente, com o passar do tempo e com a chegada do Renascimento, o uso das bibliotecas se aproxima daquele que conhecemos hoje, pois a investigação à cultura Clássica permitiu esse acesso, mas somente depois da Revolução Francesa que essas bibliotecas, consideradas por muitos antropólogos como museus públicos, tornaram-se “instrumentos de democratização do saber”.

Como pudemos ver, as bibliotecas tinham e têm como pre-

missa a conservação e a eternização de idéias e sentimentos.

Biblioteca da Alexandria, a maior biblioteca da Antigüidade

As bibliotecas, ao longo dos séculos, têm sido o meio mais importante de conservar nosso saber coletivo (ECO, 2003).

A Alexandria foi fundada pelo Imperador Alexandre Magno, por volta de 332 a.C., entre o lago Mareotis e o Mar Mediterrâneo, no Egito. Era uma cidade célebre pelo seu farol de mais de 400 m de altura, o qual auxiliava o grande movimento que havia naquele porto. Foi um centro cosmopolita onde circulavam pessoas de todas as nacionalidades, onde reinava a liberdade de culto. A cidade alcançou um grande tráfico comercial, pois ali era o ponto de convergência de vários lugares tais como Grécia, Egito, Oriente e todo o Mediterrâneo. Era para a época, a Nova York de nossos tempos.

Foi o célebre arquiteto “Deinócrates, que orientou a construção do templo de Diana de Êfeso (*Enciclopédia*, p. 304)”, foi quem cuidou de todos os detalhes da construção da cidade, dando-lhe uma forma de clâmide grega, em outras palavras, um desenho geométrico característico das cidades modernas daquela época.

O Imperador Alexandre Magno foi educado nos moldes da cultura grega e por isso acabou se empenhando em propagar essa cultura por todo o mundo, inclusive no Egito que durante séculos e séculos foi autônomo em termos de cultura, o que favoreceu o crescimento daquela sociedade no que diz respeito ao crescimento intelectual.

A Alexandria possuiu a maior biblioteca do mundo na Antigüidade, que chegou a guardar mais de 700 mil textos em volumes diversos. Tudo nos mostra que o surgimento dessa biblioteca deve-se ao fato de que Demétrio Falério, talentoso filósofo exilado, insistiu a Ptolomeu I Sóter, faraó do Egito, que reinou que a construísse, mas há quem defenda a idéia de que ela surgiu da biblioteca pessoal de Aristóteles.

Esta biblioteca foi o maior monumento da sabedoria e da memória na Antigüidade. Todos os tipos de ciências eram nela en-

contrados: matemática, astrologia, mecânica, medicina e tantas outras. Um lugar que servia de referência em termos de comércio e ciência, onde podíamos encontrar todos os tipos de pessoas, de todas as nações, circulando neste local, pois era uma cidade portuária. Por tudo isso, a cidade recebia influência de todos os lugares.

Os *Ptolomeus* eram considerados os “Patrocinadores do conhecimento”. Foi à dinastia dos *Ptolomeus* que mais cuidaram da construção, elaboração e crescimento da Biblioteca da Alexandria. Foi *Ptolomeu I Sóter (Salvador)*, que iniciou a construção, sendo terminada por *Ptolomeu II Filadelfo*. Este ergueu o famoso farol e abriu o canal que ligava o rio Nilo ao Delta. Percebeu a importância de transformar a biblioteca num templo de saber e não apenas num lugar de antiguidades.¹⁸

O último dos *Ptolomeus* foi Cleópatra, que mesmo depois de César tomar a maior parte da cidade da Alexandria, ela o solicitava em sua caminhada diária a biblioteca onde buscava por novas narrativas. O conquistador romano ficava encantado com sua vivacidade intelectual.

A biblioteca tornou-se, fazendo uma comparação, algo igual a uma Universidade, onde havia mestres e alunos, que buscavam pelo conhecimento, através de pesquisas e estudos sem fim. Eram, como dito anteriormente, astrólogos, matemáticos, e filósofos e outros tantos que estavam ali a prontos a pesquisas. Todos eram assalariados. *Ptolomeu Filadelfo* era um entusiasta da ciência, e resolveu integrar as culturas grega e egípcia, por isso o grego era a língua utilizada na biblioteca.

Grandes pensadores viveram nela e nela cresceram intelectualmente falando, deixando sua contribuição para o mundo: Arquimedes, Aristarco de Samos, Apolônio de Perga, Heron de Alexandria.

Para organizá-la, havia um bibliotecário-mestre, que era quem cuidava de todos os escritos, coordenava as cópias feitas pelos copistas da biblioteca, classificava os textos, além de orientar o gosto e a leitura dos príncipes reais.¹⁹

¹⁸ <http://www.educatererra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/002.htm>, em 18/04/2004.

¹⁹ <http://www.educatererra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/001.htm>, em 18/04/2004.

Eles eram filólogos e humanistas encarregados de organizar grandes obras da Antigüidade, por isso suas funções ultrapassavam as habituais. A esses escritos antigos se somavam o *Pentateuco*, os 70 manuscritos que continham o Velho Testamento, no qual trabalharam 72 filósofos convidados por *Ptolomeu Filadelfo* para traduzi-los do hebraico para o grego, na Alexandria. Quando um intelectual grego era convidado a ocupar esse cargo, era como chegar ao ápice de sua vida intelectual.

Alguns dos principais desses principais bibliotecários seguem abaixo:²⁰

Bibliotecário-chefe	Período
Demétrio de Faléreo	284 a.C.
Zenódoto de Éfeso	284 a 260 a.C.
Calímaco de Cirene	260 a 240 a.C.
Apolônio de Rodes	240 a 235 a.C.
Erastóstenes de Cirene	235 a 195 a.C.
Apolônio Eidógrafo	180 a 160 a.C.
Aristarco de Samortácia	160 a 145 a.C.

O grande acervo sofreu com vários incêndios, sendo que o primeiro de grande proporção em 48 a.C., e outros muitos ainda, ao longo dos anos, atingiram o templo do saber, durante alguns conflitos com os Romanos, mas em 641 houve um incêndio que destruiu tudo. Alguns atribuem a destruição definitiva ao califa mulçumano Omar.

A Biblioteca da Alexandria, por sua referência em termos de pesquisa e pelo volume de saber existente dentro dela, foi de suma importância. Era a memória de todo o povo daquela época, o retrato de uma civilização.

²⁰ <http://www.educatererra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/001.htm>, 18/04/2004.

Hipertexto: a chave para a mega biblioteca

Uma pessoa capaz de guardar em sua mente a informação suprida em uma grande biblioteca emulária, de certo modo, com a mente de Deus. (ECO, 2003)

O hipertexto, por sua constituição, favorece ao usuário da Internet, o acesso a uma gama de informações nunca antes vista ou acessadas em um só lugar, ou melhor, em um só contexto.

Se uma biblioteca é o templo que reúne todos os saberes numa **memória vegetal** (grifo meu), como disse Umberto Eco (2003), em sua palestra na Biblioteca da Alexandria, a Internet é a memória em carbono. Se a biblioteca é um templo, que tem por finalidade maior a guardar os saber coletivo, para eternizar as idéias e os sentimentos humanos, além de favorecer o homem com o acesso, a Internet, é com certeza, a maior biblioteca já vista de todos os tempos.

Tanto quanto uma biblioteca convencional, a Internet guarda em sua memória de carbono, grandes obras literárias e diversas análises sobre elas, ensaios universitários, teses, histórias sobre civilizações antigas, comparações antropológicas de sociedades diversas, bem como também podemos ter conhecimento de qualquer assunto que julgemos existir.

A estrutura que permite a qualquer usuário o acesso, a todo tipo de informação, é o hipertexto. Ele, através de seus ícones, sentenças ou palavras marcadas, imagens e tantos outros itens, possibilitam o link, que nada mais é que uma viagem a outro contexto, como a que fazemos na nossa memória do corpo humano, quando buscamos lembrar de algo.

Segundo Eco, “o hipertexto é uma rede multidimensional ou um labirinto em que cada ponto ou nó pode ser potencialmente ligado qualquer outro nó”, o que significa dizer que o hipertexto é chave que nos liga a “Grande Teia” (www). Ele é o instrumento de acesso a essa mega biblioteca, ou essa macro enciclopédia, “Mãe de todos os Hipertextos”, chamada Internet.

RENASCIMENTO: O INÍCIO DOS TEMPOS MODERNOS

O mundo todo está cheio de pessoas sábias, de preceptores eruditos, de grandes bibliotecas; parece-me que nem no tempo de Platão ou de Cícero havia condições de estudo como agora...
(PANTAGRUEL, *apud* ARRUDA, 1984, p. 35)

Segundo José Arruda, Assistente Doutor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o Renascimento foi à época da História Universal que deu início aos tempos modernos na Europa, tendo seu ápice entre os séculos XV e XVI. O termo Renascimento foi resultado da preocupação dos homens em recuperar valores da cultura antiga, fazendo oposição à cultura medieval a qual desprezavam.

Os homens renascentistas eram conscientes da diferença existente entre a sua época e a anterior, Idade Média, julgando a cultura medieval consideravelmente, inferior a da Antigüidade, fazendo uma oposição, permanente, entre uma e outra. Julgavam viver num período de luz depois das “trevas”. (ARRUDA, 1984: 31)

O Renascimento surge na Europa, mais exatamente na Itália e só foi possível devido a uma série de fatores da história italiana que favoreceram seu surgimento.

Muita gente enriqueceu em função do comércio e do crescimento das cidades italianas, o que beneficiou os artistas que eram protegidos e financiados por esses comerciantes. Esses protetores eram chamados de *mecenas*. Ser um mecenas trazia prestígio e respeito além de créditos para divulgar as atividades de suas empresas, em outras palavras, o interesse social e econômico auxiliou o Renascimento em seu desenvolvimento.

As idéias renascentistas foram disseminadas na Europa, bem mais tarde, através das guerras da Itália com outros países, porém nenhum outro foi tão “enriquecedor”, “profundo”, “completo” quanto na Itália. Cada país, ao desenvolver as idéias renascentistas, adquiriu características próprias, só tendo em comum o apego ao intelectual e artístico.

Além de trazer a tona à cultura greco-romana, o renascimento permitiu ao homem redescobrir os valores do próprio homem, mo-

vimento que chamamos de antropocentrismo, pois o homem, seus desejos e valores, estão à frente de Deus, que era o centro de tudo na cultura medieval (teocentrismo). Outra característica importante é o fato dos homens renascentistas serem racionalistas, uma vez que tinham a convicção de havia sempre uma explicação lógica encontrada na razão do homem ou nas ciências.

O Humanismo foi essa revolução literária e científica vivida nesta época do Renascimento. Os protegidos dos mecenas ou os homens da Igreja envolvidos nas produções artísticas e que necessitavam de investimento ou apoio financeiro eram denominados *humanistas*.

As idéias humanistas foram amplamente disseminadas graças à invenção da imprensa, que tornou mais fácil a publicação de livros, que antes eram confeccionados pelos copistas, tornando o livro mais acessível e mais barato, além de poder fazê-los em grande escala para a época.

A Itália foi o principal centro humanista da Europa e do Mundo, ao final do século XV. Os estudos iniciaram com a chegada de homens vindos de Constantinopla, cidade do Oriente, também principal centro cultural daquela região. Em Florença, Lourenço de Médicis fundou uma academia de pensadores, onde homens notáveis tentavam criar parâmetros entre o pensamento antigo e pagão, e os ideais cristãos, numa tentativa de conciliar a filosofia de Platão e o Cristianismo. Por sua vez, os humanistas pagãos criticavam o Cristianismo, fazendo estudos sobre a história da Antigüidade, comparando-os aos textos sagrados.

Os *humanistas* tendiam ao individualismo, reflexo do antropocentrismo; acreditavam no potencial do homem e no seu progresso. Tinham uma “sede de aprender, tudo que fosse possível”. Extremamente cultos e admiradores da cultura antiga, os humanistas, buscaram por todo o Mundo, os textos desenvolvidos na Antigüidade, para copiá-los, corrigi-los e comentá-los. Para isso precisaram aprender o grego, o hebraico e outras línguas antigas.

Assim, esses estudos filológicos iniciados pelos humanistas, ainda na época do Renascimento, resultaram em uma técnica, que “procura apurar um texto, buscando sua genuinidade”, a edição crítica. (SPINA. 1977: 59).

A crítica textual

A Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do Homem e das obras de arte escritas nessa linguagem. (AUERBACH, 1972: 11)

A Filologia, segundo citação de J. Mattoso Câmara Jr., em seu Dicionário de Lingüística e Gramática, é “o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e dos textos em prosa e verso, que servem para documentar”. É uma ciência que se propõe, num estudo diacrônico, entre outras atividades, buscar a genuinidade de um texto. Essa atividade específica é a crítica textual.

Como vimos anteriormente, a crítica textual, surge na Renascença, com o objetivo de buscar a última vontade do autor.

Muitos foram os filólogos que se destacaram nessa atividade, ainda na Renascença, mas foi após Lachmann (1793-1851), que os estudos tomaram posições “teóricas e metodológicas (...)”, sendo ele, a partir de então, considerado o criador da crítica textual” (grifo meu) (SPINA, 1977: 64).

Antes de Lachmann, a hermenêutica e a crítica era a base para o trabalho que resultava nas edições de textos gregos e latinos, sendo até muitas delas não superadas.

Segundo Segismundo Spina, autor de *Introdução à edótica*, Lachmann, ao redigir o prefácio de sua edição a Propércio, ainda com 22 anos, fez uma crítica sobre a forma que se editavam os textos, entendendo que ao se utilizar um texto autorizado para nele fazer modificações, tornava-o uma edição crítica. Essa edição era subjetiva, pois o filólogo ao cumprir a fixação do texto não dava satisfações sobre esse procedimento. O editor elegia um texto sagrado, um texto canônico, e corrigia, avaliava, alterava face a face com um códice (o códice pertence à tradição manuscrita, era feito a partir de tronco de madeira, coberto com uma cera especial que possibilitava receber escrita (SPINA, 1977: 23). Lachmann, em suas edições, estabelece um sistema de crítica objetiva, uma vez que sempre havia criticado o antigo método. O método lachmanniano se caracteriza pela objetividade, sendo também racionalista e mecânico, talvez por conta de sua procedência alemã. Mesmo assim, somente quando faz a edição crítica do Novo Testamento é que reconhece a inflexibilidade de seu

método, diante da necessidade de adaptação do texto.

Um texto crítico é o resultado de uma investigação filológica, que o reconstitui, sendo essa ainda a etapa mais importante, tanto em um texto manuscrito, quanto num texto impresso. “Editar um texto consiste em reproduzi-lo”, segundo Spina, e quatro são as formas de reprodução de um texto:

1 – Reprodução mecânica – é aquela feita por instrumentos de cópia tais como fotografia ou a xerografia, que são formas de reprodução com fidelidade ao texto, como o fac-símile. Daí a denominação foto mecânica ou fac-similar.

2 – Reprodução diplomática – Como o próprio nome diz, reproduz, tipograficamente, de maneira fiel, os manuscritos em sua grafia, ligaduras, abreviações, erros, sinais, lacunas e qualquer outra passagem. Recomenda-se que esta edição seja acompanhada de outra de fac-símile, do original.

3 – Transcrição diplomático-interpretativa – É uma tentativa de melhora do texto, pois “elimina as dificuldades de natureza paleográfica” pertencentes à escritura em questão, tornando-a uma forma interpretativa do original.

4 – Texto Crítico – é reprodução mais fiel ao texto original, pois o editor crítico procura de toda forma, chegar à vontade última do autor, porém sem macular o texto, sem contaminá-lo. Neste são aplicados às normas da crítica textual, porém de texto pra texto, deverá o crítico encontrar maneiras e técnicas próprias de chegar ao seu objetivo final, o texto original, porque não há uma receita única para esse tipo de análise.

Os dois primeiros tipos, edição mecânica e diplomática, de análise ou cópia textual, são direcionados aos especialistas, pois os erros, os tipos de manuscritos, as inúmeras lacunas, a falta de sinais de pontuação, e outros tantos itens, dificultam a leitura dos mesmos. Os dois últimos tipos, porém, têm um público mais amplo.

As etapas estabelecidas por Lachmann para o trabalho crítico com os textos são:

Recensio – é o momento em que o filólogo faz o levantamento dos dados relacionados ao texto em questão. Muitas vezes o texto

que temos acesso, poderá se encontrar em transmissão direta, ou seja, quando após a revisão, permanece a vontade última do autor, ou indireta, que tem sua relevância, pois ela, mesmo com presença de lacunas, poderá auxiliar o trabalho de edição crítica, por conter informações relevantes. A transmissão direta é a fundamental, mas nem por isso devemos desprezar a transmissão indireta.

A *recensio* poderá ser feita de duas formas:

Aberta – Quando o texto só poderá ser estabelecido pelos critérios internos do juízo crítico, pois ele não leva em consideração os critérios quantitativos e automáticos. É quando há uma manipulação, ou contaminação, de acordo com o crítico textual, que irá alterar o conteúdo do códice ou do impresso, de acordo como dito anteriormente, com seu juízo crítico.

Fechada – Quando as fontes textuais são fiéis ao original, não “contaminando” o texto com alterações vindas do editor crítico.

Collatio – após o levantamento, *recensio*, é feita uma análise que busca identificar os pontos comuns nos textos manuscritos ou impressos que estejam disponíveis. O tipo de *recensio* será determinante nessa etapa, pois será missão do crítico selecionar os textos que serão utilizados.

Eliminatio codicum descriptorum – com o resultado do *collatio*, nessa etapa em que se exclui os códices que são meras cópias, salvo aquelas que possam contribuir com o “estabelecimento crítico do texto”, o editor crítico traça o caminho para o seu trabalho. Quando o texto está impresso, fazer a distinção entre os textos reduplicadores, torna-se mais fácil, ao contrário da tradição manuscrita, que requer uma escolha mais cuidadosa.

Emendatio – nesta etapa somente se emenda o que for erro, deslize evidente ou gritante contra-senso. Quando um texto é corrigido por conjectura, há uma interferência do editor, que procura adequar os erros lingüísticos e culturais da época em que o mesmo foi elaborado. Outras ciências auxiliam a correção tais como a Paleografia, Escripologia, Diplomática, Grafemática e Codicologia. Somente quando essas ciências não preenchem as lacunas existentes é que o editor crítico poderá então interferir.

Constitutio textus – Esta é a etapa final, a qual está dividida em duas partes: a Introdução e o Texto propriamente. Na primeira parte, a Introdução, deverá conter todos os procedimentos, históricos e metodológicos que envolveram as etapas anteriores. A segunda parte, o Texto, é o próprio com o aparato crítico, ou seja, todos os textos e cópias, sua genealogia e variantes.

Todas essas etapas lachmannianas, descritas por Leodegário A. de Azevedo Filho, em Iniciação em Crítica Textual, nos mostram a importância de trabalho com cunho científico e metodológico para os estudos filológicos.

A apuração do texto literário é uma das mais importantes funções da filologia, através da Edótica, tão pouco cultivada por nós, pois fornece base indispensável ao entendimento não só do texto, como também conhecimento sobre as culturas de outros tempos. Mais que isso, nos permite ter a visão de vida, de mundo, visão de tudo que cerca a sociedade em questão.

É possível fazer crítica textual no texto virtual?

Qualquer edição crítica é uma representação, sempre, uma tentativa de restauração de um texto, provisoriamente definitiva enquanto não surjam outras baseadas em novos achados ou em diferentes perspectivas metodológicas que possam lançar novas luzes sobre o original. (SPINA, 1977: 127)

Muitos dos textos da Antigüidade passaram pelas mãos habilidosas dos copistas e mais adiante de filólogos, que ansiosos por dissecarem o texto e a sociedade a qual o mesmo foi produzido, não perdiam tempo em analisá-lo detalhadamente.

Para que pudessem ser trabalhados, esses textos precisavam ser reconstruídos, palavra a palavra, linha a linha, parágrafo a parágrafo, como pudemos ver anteriormente.

Essa tarefa era muito trabalhosa, pois exigia que o pesquisador buscasse as cópias existentes espalhadas por diversos lugares no mundo, separar os códices que realmente interessavam, que pudessem enriquecer o trabalho de pesquisa, em busca sempre da vontade

última do autor.

É importante ressaltar que todos os textos escolhidos pelos pesquisadores eram de uma maneira geral, textos canônicos, textos que atravessaram séculos e séculos, de maestria e delicadeza. Mas e o que dizermos dos textos virtuais, os hipertextos, tão fugazes, objetivos, superficiais? Seria possível, desse texto, fazermos uma crítica textual?

Ao acessarmos um site e nos interessamos por um determinado texto ou uma imagem, tendemos a salvá-los em nossos arquivos. Muitas vezes, recortamos o que nos interessa e simplesmente “colamos” no programa Word, para dali salvamos para os nossos documentos e arquivos. Se este for utilizado em uma pesquisa, sabemos de antemão que teremos que anotar o dia e a hora de acesso, pois como foi dito anteriormente, o hipertexto, é um texto, que tem como principal característica a mudança rápida de seu conteúdo.

Quando utilizamos o Word, um editor de texto do programa Windows, e ocorre uma queda de luz, por exemplo, o próprio programa, em defesa do seu trabalho, faz um backup, para mais tarde fazer uma recuperação do texto trabalhado, em um arquivo temporário. Esse arquivo tem esse nome, pois ficará a disposição do usuário por pouco mais de 3 (três) semanas.

Há em nossos computadores um diretório, que tem como objetivo maior fazer um backup de todo texto, arquivo, imagem que é explorada ou acessada da Internet, como garantia de que o arquivo não se perderá facilmente. No Windows ele também tem a função de auxiliar o sistema a carregar novamente a página acessada, diminuindo o tempo de acesso a rede. É o diretório Windows/ Internet Temporary Files.

Nele, arquivos e páginas de sites são armazenadas durante 3 (três) semanas pelo menos, o qual podemos acessar, facilmente, através do Windows Explorer. Todo o hipertexto, com ícones, imagens e textos é encontrado facilitando o trabalho do editor, que na busca do último desejo do autor, poderá ali encontrar material para reconstruir o hipertexto.

CONCLUSÃO

Com este trabalho, conseguimos concluir que há possibilidade de realizarmos crítica textual no hipertexto, pois ao estudarmos a Internet, apontamos para o fato de que quando acessamos uma página ou “carregamos”, “copiamos” e “colamos” um hipertexto, este fica armazenado em um diretório de arquivos temporários *tmp, no Word, por exemplo. Eis a fonte para realizarmos a crítica textual, pois se esta visa buscar a última vontade do escritor, nada melhor do que termos o texto na íntegra, como se fosse com uma certa fidelidade, a produção do autor.

Texto, biblioteca e Internet: passos largos até chegar ao que temos hoje, o hipertexto.

Em nosso estudo acabamos concluindo, também que há probabilidade de realizar as críticas genéticas em hipertextos, e, por isso o caminho seria saber antes a origem do próprio texto, buscando onde nasceram os sites, quem sabe nos bankbones, que são gerenciadores de informações da Internet, mas isso seria um outro estudo.

Há muito para discutirmos a respeito da crítica textual no hipertexto. Não conseguimos aqui encerrar este assunto, até porque não era esta a nossa intenção; e sim iniciarmos uma discussão que ainda tem muito para render.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *História Moderna e Contemporânea* 17ª ed. São Paulo: Ática, 1984.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Presença; [São Paulo]: EDUSP, 1987

AUERBACH, Erich. *Introdução aos Estudos Literários*. 2ª ed. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

CAMARA Jr., J. Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ECO, Umberto. “Muito além da Internet”. Palestra na Biblioteca da Alexandria publicada na *Folha de São Paulo* no caderno “Mais!”

Tradução Rubens Figueiredo. Em 14/12/2003.

Enciclopedia de la Biblia. Barcelona: Garriga, [s/d.].

GRECO, Vera Regina Luz. *Jornal do MARGS*, nº 83.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Minidicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida; COSTA, Luís César Amad. *História antiga e Medieval: Da comunidade primitiva ao estado moderno*. São Paulo: Abril Educação, 1985, p. 37.

PLATÃO & FIORIN. *Lições de texto: leitura e redação*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

RAMAL, Andre Cecília. *Educação na Cibercultura: Hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto alegre: Artmed, 2002.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1977.

www.educatererra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31.002.htm, em 18/04/2004.

www.educatererra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/001.htm, 18/04/2004.

www.hotlink.com.br/suporte/suporte_manual/manual2.php, em 21/04/2004

www.hotlink.com.br/suporte/suporte-manual1.php, em 21/04/2004.

www.hotlink.com.br/suporte/suporte-manual5.php, em 21/04/2004.

LA LENGUA EN LA INSCRIPCIÓN DE LA IDENTIDAD

Olga M. Tiberi

(Universidad Nacional de Rosario)

RESUMEN

Los conceptos de lengua e identidad son convocados en la intimidad del querer-decir del logocentrismo, con el propósito de fundar una cierta homogeneidad en cuya superficie se ‘presenta’ la institución de la verdad y del sentido. Esta estrategia no es meramente un ejercicio teórico o especulativo, sino un hacer concreto, efectivo y político por el cual se pretende el imperio de un pensamiento único. Por tanto, la identificación es diseñada mediante un procedimiento de autoridad delimitante de dominios de prestigio y de marginalidad que la lengua desdice y vuelve inconsistentes desde su propia naturaleza, puesto que ella, al no dejarse definir como propia ni como ajena, resiste todas las instancias desatadas por las violencias de la apropiación, manteniendo vigente una alteridad que le es necesaria y constitutiva.

La lengua, en tanto lugar irreductible de la diferencia, se formaliza, entonces, en esa pregunta inquietante que construye una identidad que jamás se identifica consigo mismo y, conservando en sí a lo otro sin disolverlo ni identificarse, concurre en la inscripción de una singularidad que no cesa de interpelar las respuestas dadas por la herencia y por lo por-venir.

Palabras claves: lengua-identidad-diferencia

De modo que bajo las palabras de nuestra lengua actual se dejan oír frases –pronunciadas dentro de esas mismas palabras o casi- por hombres que aún no existían y que hablaban de su nacimiento futuro. (M. Foucault, *Siete sentencias sobre el séptimo ángel*, p. 19)

No se puede poner sordina a todo aquello que resuena al caer, nunca mejor dicho (como una bellota, cae que ni pintado), sobre el tambor de las lenguas. (Jacques Derrida, *Tiempo de una tesis*, p. 47)

LENGUA E IDENTIDAD COMO REPETICIÓN/GENERALIDAD DE LO MISMO

Tal vez, la relación lengua / identidad no se deje entender más que en esa barra que intenta deslindar los respectivos campos conceptuales, aunque yuxtaponiéndolos en un espacio de pertenencia común. La simultaneidad propuesta por esa frontera que, en su mis-

mo gesto de escisión, une a quienes separa, parece soportar todo el peso de la historia, todo el andamiaje de una metafísica de la presencia, por el cual el querer-decir del logos ha encriptado las implicancias entre uno y otro término. A manera de protagonistas imprescindibles de un mismo acto de enunciación se supone, a ambas, en tanto partes constitutivas de una unidad que declara su certeza y anuncia su propio sentido. Y, en realidad, en esta construcción de carácter fundacional, con el consiguiente matiz de olvido acerca de la violencia en que tanto la lengua como la identidad logran legitimarse, se entreteje históricamente, una cercanía irreductible. Entonces, aunque sustentadas más en aquello que se abandona al arbitrio de las márgenes que en la centralidad del concepto, más en lo evitado que en la praxis de la memoria, lengua e identidad formalizan un silencioso compromiso de asistencia íntima. En esta ‘catástrofe genealógica’ (Cf. DERRIDA, 2001: 222 y sgtes) se constituye el lugar donde se produce la inscripción de las cuestiones de un saber que al presentarse, territorializa una verdad que hace coincidir, siempre, con el destino de sus propios límites.

En este aspecto, esta relación se adscribe a la aseveración que Emanuel Lévinas hiciera, precisamente, con respecto de la historia: “ceguera a lo otro y (en) laboriosa procesión de lo mismo” (*Apud* DERRIDA, 1989: 127). Para la consecución de ese propósito ambas, se erigen en construcciones paradigmáticas a partir de un episodio fáctico: aquel que les ha permitido una dominancia cierta, la certeza de una imposición. Por tanto, los términos de identidad y lengua, - figuras de intercambio y de generalizaciones-, son interlocutores de ese diálogo del poder simbólico que W.Mignolo llamara ‘atribución de sentido’²¹ y que, se materializa como tal, en la tarea de asignación y de designación, mediante la cual se nombra y se instituye una realidad. Sin embargo, ese intersticio sesgado por la barra, inscribe la borradura de una huella que torna indecible el mismo vacío que pretende evitar. A la vez construye, insaturable, una cierta ambigüe-

²¹ Cf. W.Mignolo “La colonización del intelectual porteño”, entrevista de Pilar Ferreyra, Clarín, 20/8/01. En ese artículo, el filósofo argentino afirma: “La identidad no tiene que ver con esencias sino con diálogos de poder... Quien tiene el poder simbólico establece lo que yo llamo ‘atribución de sentido’... Quienes no se sienten cómodos con la identidad otorgada establecen una ‘reasignación de sentido’ ... La identidad es una cuestión de atribución y reasignación de sentidos de quienes son controlados por ciertas categorías identitarias”.

dad que, en su desvarío, no hace sino mantener en vigencia los bordes de una clausura en cuyas estribaciones ninguno de los dos términos deja detener la marcha de la significancia.

Si bien una y otra cuestión, la de la lengua y aquella de la identidad, se declaran arcaicas, en la acepción más íntima del atributo: aquella que, en la nominalidad de la palabra 'arké', las privilegia con la potencia denominadora en tanto principio y custodia de aquello mismo que definen y fijan como tal, no pueden sustraerse al juego de una diferencia imposible de suturar; desbordadas por ese 'plus' de la lengua²² que destituye el límite, y denuncia los 'con-fines' de la pretendida circunscripción natural elaborada en la performatividad del concepto.

Desde esos imprecisos orígenes, entonces, se ha pretendido sustantivar una lógica de la homogeneidad que otorga certezas a un orden paradigmático, un constructo que al decir de J. Derrida es desde siempre usurpador, una "especie de modelo artificial que ya procede de una tejné....un artefacto,...un referente construido,...una cripta para guardar celosamente su secreto en el momento de su mayor exposición" (DERRIDA, 2001: 207 y sgtes.). Pero el origen no es el pasado sino la posibilidad misma del lenguaje y la experiencia del pensamiento que se arriesga en lo por-venir. En tal sentido, la diacriticidad de la lengua corroe, desde su propia interioridad, las pretensiones identitarias; y atravesando toda la problemática y, al mismo lenguaje, formaliza a ambos en una textualidad ilegible; es decir, siempre dada a la lectura.

De manera que la cuestión de la identidad parece trabar más relación con la diferencia que con aquel orden analógico de semejanzas mediante el cual se intenta crear una correspondencia directa con la lengua. En todo caso, la juntura de ambos términos se produce en esa 'gramática del sesgo' (DERRIDA, 1997: 382) por la cual una lengua no se realiza jamás por el conjunto de las palabras dichas", y por tanto no es jamás actual, sino que, precisamente, por esa inactualidad obliga a pensar la identidad, como un pasado hipotético y potencial, en el destiempo del pensamiento, como soporte acallado de

²² Precisamente, ese 'plus' de la lengua, es quien interviene de manera decisoria en el trabajo de la deconstrucción. Cf. Derrida, 1997: 4.

la temporalidad que, no obstante, “instituye y salvaguarda la historicidad del devenir, de cada segmento o intersticio del devenir” (VIRNO, 2003: 147), a la vez que desbarata, a su paso, el carácter cerrado de ese proceso.

La lengua es identidad y esta no puede sino constituirse en el quehacer de aquella. Sin embargo, esa contundencia del verbo ser, puerto seguro adonde arriban los interrogantes de Occidente, se desdita en la estrictura²³ que convoca y tensiona a ambos términos, toda vez que se intenta traspasar la pregunta ¿qué es?, puesto que en tal respuesta, “no pasa nada, no ocurre nada que no haya sido ya anticipado bajo su forma más general: el *ser*²⁴” (DERRIDA, 1997a: 41). Una respuesta que no convoca a la responsabilidad en el responder, sustituyendo, de antemano, esta decisión, en la preeminencia de su propia teleología trascendental.

Precisamente, si el saber occidental descansa sobre la piedra fundamental de una ontología como filosofía primera, es porque se ha llamado a sí misma a erigirse en una filosofía del poder, de poder designar, denominar, establecer límites conceptuales y también políticos y económicos. Se ha constituido ella misma en acontecimiento y permitiendo y avalando la configuración de una tautología incapaz de contener en la estrechez de sus límites cualquier debate acerca de la identidad, oblitera la irrupción de lo ‘otro’, de lo que se pueda decir y de aquello que aún quede por decir. En esa unidad circular y de dirección unívoca entre lengua e identidad ha tenido lugar el acaecimiento de lo mismo que añora apenas, en su solo estar, una ilusión de otredad. En este contexto, M. Foucault, señala “creemos que contemplamos el estallido de la subversión de lo Otro, pero en secreto la contradicción trabaja para la salvación de lo idéntico” (FOUCAULT, 1995: 32).

Es en esta confabulación, en la que el logocentrismo ha entretejido la sucesión de la serie lengua-identidad-cultura-colonización.

²³ J.Derrida, apela a este término para significar el trabajo de la escritura, por el cual se vuelve imposible ‘tirar’ un solo hilo del entramado textual sin que ello no tenga implicancias en todo el texto, sometido desde a ese ‘double bind’ del análisis que hace de éste, precisamente, una cuestión interminable y que requiere, por tanto, de la decisión de quien analiza, Cf. DERRIDA, 1997c: 50 y sges.

²⁴ La cursiva corresponde a J.Derrida.

Mientras las dos primeras son instituidas en una correspondencia de necesidad imperativa, las dos últimas comparten el hacer de una raíz en común, de esa tarea de cultivar, cuidar, practicar y honrar el arrendamiento de una heredad. La identidad vendría a constituirse en una ardua práctica de laboreo llevada a cabo en la materialidad misma de la ajenidad, en el territorio de una lengua propia que no es tal más que si se la entiende como lengua del otro. Esta marca lingüística, señala y denuncia la falta a expensas de la que se ha formalizado lo identitario: aquello que desconoce ‘la universalidad de los derechos y cultiva diferencias exclusivas, transforma la diferencia en oposición; una oposición que tiende también ‘ a borrar, paradójicamente, las diferencias’ (DERRIDA, 2003: 302).

El concepto de identidad, es entonces, arriesgado en ese peligroso extremo sobre el cual descansan los fundamentos constitucionales que instituyen y validan a los nacionalismos y a las modernas tecnociencias que , en “la literalidad del idioma²⁵” (DERRIDA, 2003: 300) y en nombre del progreso de la humanidad, -es decir, una vez más, autorizadas por la nominalidad de la denominación-, se constituyen en manipulaciones de un querer-autodeterminante y de un poder incondicional que provocan el desarraigo y la desterritorialización del hombre, de la lengua y de la identidad.

LENGUA E IDENTIDAD COMO REPETICIÓN/ DIFERENCIA

Ninguna identidad cultural se presenta como el cuerpo opaco de un idioma intraducible, sino siempre, por el contrario, como la irremplazable *inscripción* de lo universal en lo singular... (DERRIDA, 1992.: 61).

Hacer retornar la palabra al ruido, en el revés de la trama de una armonía de sonidos tranquilizadores, implica la tarea de tener en cuenta aquella fuerza silenciosa de lo posible, de lo aún-no-todavía que M. Heidegger adjudicaba a la tradición e irrumpir, entonces, en un concepto de identidad como mediadora de un proceso de deshistorización y de suspensión de la historia, en tanto representación

²⁵El idioma...es una lengua particular, y el término remite por extensión a la manera de expresarse propia de una época, de un grupo social, de una persona. Según Jacques Derrida, lo idiomático es “una propiedad de la que no es posible apropiarse. Lo rubrica sin pertenecerle...” (N.del T, en DERRIDA-E.ROUDINESCO, 2003: 15)

simbólica de un pasado que pretende liberarse de toda cronología. En ese devenir, el encuentro del yo con el otro como separación, del otro en tanto inapropiable, nunca podrá totalizarse en un concepto de relación puesto que el concepto es materia del lenguaje y éste, siempre dado a lo otro, no puede cerrarse sobre lo otro, ni comprenderlo. Esa única abertura posible que se formula en el tiempo es, tal vez, lo que no puede ser neutralizado políticamente, puesto que “el lenguaje como facultad” de enunciar, “lejos de fundar la correspondencia entre palabra y objeto, la contraviene de raíz” (VIRNO, 2004: 85), y constantemente.

Esta imposibilidad de traducción quiebra la posibilidad de denominación y del acto de dominar, porque la escena del discurso ya no puede ser hegemonizada por el carácter representacional del lenguaje: ninguna presencia se reitera en su presente puesto que nunca ha estado allí, o por lo menos, nada ni nadie puede testimoniar tal acontecimiento. El lenguaje, solo retras (z)o de ese instante original, no puede sino constituirse en envío, en residencia de continuos remitos, desde siempre, dobles y contaminados por las argucias de la ambigüedad, en una repetición que ya comprende la diferencia.

La identidad, entonces, se constituye en la errancia de esa ‘síntesis disyuntiva’ del lenguaje; en la diferencia y, si la lengua aparece como denotación de la identidad, logra esa pertinencia en razón de aquella que, en su continuo movimiento, hace posible un pensamiento de la divergencia; “un pensamiento afirmativo cuyo instrumento sea la disyunción” (FOUCAULT, 1995: 33).

“Lo propio de una cultura es no ser idéntica a sí misma. No el no tener identidad, sino no poder identificarse...no poder tomar la forma del sujeto más que en la no identidad consigo... (sino)...en la diferencia consigo” (DERRIDA, 1992: 17). Por tanto la secuencia identidad / lengua, nos instala, bajo el signo de la responsabilidad, en relación con la memoria, con la herencia y la promesa del porvenir. Y ello no se constituye en la gratuidad de lo dado sino en una donación que exige el compromiso de la decisión en una respuesta que no puede nunca abstraerse de esa unión raigal gestada en tal palabra, es decir, de la responsabilidad.

Heredar una lengua y una identidad constituye el gesto mismo de entender la multiplicidad de lo singular y la ajenidad de toda po-

sesión; implica “responder a una suerte de doble exhortación, a una asignación contradictoria: primero hay que saber y saber *reafirmar* lo que viene ‘antes de nosotros’, y que por tanto recibimos antes incluso de elegirlo, y comportarnos al respecto como sujetos libres. Sí, *es preciso...*” (DERRIDA, 2003a: 12). J. Derrida marca gráficamente los términos reafirmar y es preciso para señalar que este mandato está desde siempre inscripto en la propia herencia recibida y en esa inscripción se significa la insobornable aventura de libertad del hombre, de: “...hacerlo todo para apropiarse de un pasado que se sabe que en el fondo permanece inapropiable, ya se trate por otra parte de memoria filosófica, de la precedencia de una lengua, de una cultura, y de la filiación en general...No solo aceptar dicha herencia sino reactivarla de otro modo y mantenerla con vida. No escogerla (porque lo que caracteriza la herencia es ante todo que no se la elige, es ella la que nos elige violentamente), sino escoger conservarla en vida. En el fondo, la vida, el ser-en-vida, se define...por esa tensión interna de la herencia, por esa reinterpretación de la circunstancia del don, hasta de la filiación...Habría que pensar la vida a partir de la herencia, y no a la inversa...” (DERRIDA, *op. cit.*, 12).

Hereder una lengua y una identidad se configura en pensar en una interrogación continua, e incluso pensarnos a nosotros mismos, en el destiempo de la historia, en la contradicción de la lengua, en la desmesura de una memoria sin fondo, en el exceso de una experiencia que desborda, gozosa, los límites de toda ‘incautación conceptual’ (Cf. DERRIDA-ROUDINESCO, *op. cit.*, pág. 13). Significa que el hombre no está obligado a responder en nombre de ningún más allá trascendental, sino por imperio de su propia finitud. Ella es quien “obliga a escoger, a preferir, a sacrificar, a excluir, a dejar caer...para responder al llamado que lo precedió, para responderle y para responder de él, tanto en su nombre como en el del otro ... (por) lo que lo precede pero también ante lo venidero....” (DERRIDA, *op. cit.* pág. 14).

La deuda de quien hereda sorprende, furtiva, siempre en una duplicidad irreductible, de allí, en consecuencia, que no sea fácilmente saldable y que, por el contrario, permanezca tan incumplida como la promesa del lenguaje. En esta demora residen lengua e identidad, aguardando no la utopía sino lo imposible, en espera de una democracia por-venir en tanto ésta se reconozca en una constante

“inadecuación a su modelo” (DERRIDA, 2003: 324) y de continuo, en apertura a lo otro y a la alteración, para su perfectibilidad.

En esta espera, la identidad constituye aquello ‘in-sabido (Cf. DERRIDA, 1997: 76) en el cuerpo mismo de una lengua, en tanto exenta de todo cálculo y de toda especulación, en respuesta de inclusiones y exclusiones promovidas como efectos de lectura de lo ilegible, en un lector aún por constituirse y “en consonancia con la cosa que no es” (DERRIDA, 1997: 76). De este modo, la identidad resiste a ser disociada de la alteridad constituyéndose en lo indecible y también en lo indecidible por lo que jamás podrá tomar decisiones sobre y por el otro sin recurrir a su propia ex-propiación.

Esta imposibilidad construye la condición de posibilidad de una identidad que, al diseminar la performatividad del verbo ser, ya no quedará apresada en los límites de una conceptualidad, sino extendida en la praxis de la diferencia, en la divergencia del pensamiento, en el doble curso de una lengua que, al inscribirse, borra las huellas y duplica sus trampas y engaños. Y si una huella imborrable, deja de ser tal, puesto que denuncia una intencionalidad y un procedimiento de autoridad, su borradura se constituye en lugar de posibilidad del otro, en estancia inaugurante de lo otro.

Tal vez, la paradoja planteada por la relación lengua / identidad no se resuelva más que en una suerte de aporía que gesta su permanencia en la continuidad de la pregunta. ¿Para qué y por qué insistir en la interrogación cuando ésta también se ha vuelto paradójal? . Es posible que para no-querer-decir, en un sin-fin sin fin-alidad y en ausencia de todo pragmatismo utilitario; es posible que porque pensar lo imposible construye un pensamiento “contra la ceguera” (Cf. MARTÍNEZ, 2004: 6). de la dominancia; (nos) construye (en) la posibilidad de hacer realidad lo pensado y empezar todo de nuevo, otra vez, para escribir una historia, sin faltas ni censuras, una historia de la escritura, de las marcas y de los borramientos.

Sin embargo, la pregunta permanece aún sin contestación; ninguna respuesta es posible desde una cierta unilateralidad: la diferencia requiere de la disyunción y de la divergencia. Entonces, tanto la lengua como la identidad, lugares propios, están obligadas a constituir el lugar del extranjero, de ese arribante que imprevistamente llega al umbral de la casa y “hablando una lengua extravagante”

(DERRIDA, 2000: 13) transforma a su dueño en huésped²⁶. El planteo de la pregunta de ese extranjero, no solo refuta la autoridad del logos paterno; además, pone en dudas y hace temblar a la palabra misma del dueño de casa: ¿en qué lengua éste aceptará o refutará 'dar' hospitalidad? ¿Le está dado al dueño de casa el acto mismo de aceptar o de refutar?.

Esta imposibilidad de respuesta, se constituye en condición de posibilidad para el pensamiento, para la experiencia de esa responsabilidad que no debería adecuarse al 'cálculo jurídico' (DERRIDA, 2000: 43) y a la vez, inhabilitada, para configurar el permiso o la interdicción del paso, decida, sin previsiones, hacer de ese hiato, en tanto lugar de una no-relación, un espacio habitable para sí y para el otro.

LENGUA /IDENTIDAD/INSCRIPCIÓN.

La lengua no viene del cielo: forma parte de las relaciones de poder. Por eso los pueblos americanos hablan español y no al revés. El que conquista nombra, el que inventa nombra y vende su invención (KOLESNICOV, 2004).

Cada vez que pensamos nuestra identidad, provocamos ese pensamiento en 'nuestra' lengua. Esta afirmación, sostenida por el hecho fundacional de la conquista, no hace sino instituir una cierta amnesia que opaca y contradice la transparencia de su verdad. Aquello que denominamos 'nuestra' lengua, es la lengua de los vencedores y pensamos la identidad, en el horizonte territorial de los vencidos. Una y otra son productos de ex-propiaciones que nos configuran en la tensión de una herencia y una deuda dobles.

Herederos de una diferencia borrada no hacemos más que andar por los bordes de ese aniquilamiento, por las huellas de esa borradura, a contraluz de las certezas históricas. Ello nos obliga a andar 'a tientas', a entablar un diálogo con lo ausente, con ese gesto constante de oír lo inaudible de la ausencia, y de leer aquello inscripto precisamente porque, ilegible, en el no-saber de la escritura, resiste

²⁶ Al respecto, recordemos que, en francés, 'huésped' y 'anfitrión' son una misma palabra. Si bien ello no ocurre en castellano, el 'dueño de casa' asume ese rol ante 'el extranjero'. Éste, entonces, es quien le permite ser tal, obligándolo a abrir el diálogo.

todo intento de reapropiación. Una mirada ya colonizada y aunque apenas capaz de precarias restituciones, se entretiene en lo desaparecido, en el archivo de lo denegado: allí, la diferencia, juega, incansable, su juego desinteresado de nomologías imposibles, en los gramas artificiosos de la inscripción.

La lengua inscribe, en la escritura, una identidad que “como ítara... designa, a la vez la repetición de lo mismo y su alteración” (DERRIDA, 1997c: 51). La escritura, en tanto inscripción en un espacio sensible, “está fuera de la ley, malformando a todo concepto desde su nacimiento” (DERRIDA, 1997: 224), dispersando tanto el sentido como sus certezas, en las derivas de un texto indetenible.

¿De verdad mueren las lenguas, mueren los pueblos y solo sobreviven los rasgos de la identidad?. ¿Han muerto las ‘denominadas’ lenguas precolombinas o constituyen ese fantasma que, “fuera de la ley” (DERRIDA, 2000: 43) aún hoy, agujerea la uniformidad estructural del crisol de razas que generosamente creemos constituir?. ¿No es este espectro que insiste en volver al lugar de donde se lo ha excluido, una de las formas memoriales que asumen las lenguas obligadas a desaparecer para hablar desde esa alteridad irreductible, que, según G.Vattimo constituye la instancia “de una alteridad de la que no podemos disponer en un sistema...por que nos coloca (en cuanto nos trasciende y nos rige), pero nos disloca además (en cuanto no podemos disponer de ella), como un mensaje o un envío, radicalmente histórico-finito” (VATTIMO, 1992: 184).

Entonces, la muerte de esas lenguas, lejos de significar “una pérdida irreparable para el patrimonio humano universal” (GOLLUSCIO, 2004), dispersan su simiente, constituyéndose en insoslayable raíz matricial de la humanidad. Y mantienen, con ello, el conflicto de la identidad en golosa apertura a sabiendas que ninguna respuesta restañará, en definitiva y de una vez por todas, la interrogación que profiere su silencio ‘inhumano’²⁷, ese silencio ‘animal’ “del que proviene la palabra del hombre y al cual, ... (tal vez), se remita” (VATTIMO, 1990: 147).

²⁷ Este término ‘inhumano’ está aquí utilizado en la asignación del sentido dada a la expresión por J.F.Lyotard quien entiende que ‘lo inhumano’ se formaliza en aquello que se instituye y se controla mediante la ‘coacción’ y el ‘temor’. Cf.. J.F.Lyotard, *Lo inhumano*, Editorial Manantial, Bs.As., 1998, págs. 12 y sgtes.

BIBLIOGRAFÍA

- DERRIDA, J. *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos, 1989.
- . *El otro cabo. La democracia, para otro día*. España: Serbal, 1992.
- . *La diseminación*. 2ª ed. España: Espiral, 1997.
- . *El tiempo de una tesis. Deconstrucción e implicaciones conceptuales*. 2ª ed. Barcelona: Proyecto A, 1997a.
- . *El monolingüismo del otro*. Buenos Aires: Manantial, 1997b.
- . *Resistencia del psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós, 1997c.
- . *La hospitalidad*. Buenos Aires: De la Flor, 2000.
- . *La verdad en pintura*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- . *¡Palabra!-Instantáneas filosóficas*. Madrid: Trotta, 2001a.
- . *Papel Máquina*. Madrid: Trotta, 2003.
- y ROUDINESCO, E. *Y mañana qué...* Argentina: F.C.E., 2003a.
- FOUCAULT, M. *Siete sentencias sobre el séptimo ángel, con ensayo de Ángel Gabilondo*. Madrid: Arena Libros, 1999.
- G.-DELEUZE. *Theatrum Philosophicum-Repetición y diferencia*, Barcelona: Anagrama, 1995.
- HEIDEGGER, M. *Aportes a la filosofía. Acerca del evento*. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- KOLESNICOV, P.. “Gilipollas”, en “Sólo 130 palabras en inglés son de uso corriente en el español”, de Liliana Moreno (incluye entrevista con Prof. Lucía Golluscio, ‘Un idioma que se nutre de pres-tamos’). **In:** *Clarín*. Buenos Aires, 23 de Julio de 2004.
- LYOTARD, J. F. *Lo inhumano*. Buenos Aires: Manantial, 1998.
- MARTÍNEZ, T. E. Los libros por venir, en Fórum 2004, Publicación de *Clarín*, Bs. As., julio de 2004, pág. 6;

MIGNOLO, W.,2001, “La colonización del intelectual porteño”, entrevista de Pilar Ferreyra. *Clarín*, Bs. As., 20 de Agosto de 2001, pág. 9.

VATTIMO,G. *Las aventuras de la diferencia*. Barcelona: Península, 1990.

———. *Ética de la interpretación*. Buenos Aires: Paidós, 1992.

VIRNO., P. *El recuerdo del presente*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

———. *Palabras con palabras*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MOTIVOS BÍBLICOS DA APOLOGIA DE JERÔNIMO CONTRA RUFINO

Luís Carlos Lima Carpinetti (UFJF)

RESUMO

Este trabalho define o que seja motivo literário e apresenta ocorrências de motivos bíblicos na polêmica obra de São Jerônimo, a *Apologia contra Rufino*.

PALAVRAS-CHAVES: motivo literário, Bíblia, estilística.

SOBRE A HISTÓRIA DO AUTOR E DO TEXTO DE QUE NOS OCUPAMOS

Com este artigo, pretendemos abordar a utilização de motivos bíblicos por São Jerônimo no texto de sua *Apologia contra Rufino*. É com este título que a obra é tradicionalmente conhecida. Mas ao adotarmos o título diferenciado da obra que figura no título deste artigo, fazemos isso seguindo a utilização que nos sugere o Prof. Pierre Lardet, editor francês do texto da *Apologia*, e autor de uma obra de comentários sobre o mesmo texto. Tal procedimento exclui a ambigüidade que poderia existir entre os termos “apologia” e “contra”. Ao inserir “Jerônimo” após o termo “apologia”, enunciamos simultaneamente o autor e o objeto desta apologia, e desfaz-se automaticamente a ambigüidade que o título tradicional poderia suscitar.

Sofrônio Eusébio Jerônimo²⁸ nasceu de abastada família cristã, em Estridão, na Dalmácia, por volta de 347. Ainda muito jovem (provavelmente em 354), Jerônimo foi para Roma a fim de estudar gramática, retórica e filosofia; teve por mestre o célebre gramático Donato; Rufino de Aquiléia foi seu condiscípulo e amigo. Jerônimo adquiriu extraordinária familiaridade com os clássicos latinos, familiaridade que jamais perdeu. Há de permanecer, durante a sua vida, um literato clássico, elemento que se pode apreciar em toda a extensão da obra-objeto de nossa análise. Em Roma, Jerônimo sucumbiu às más influências, como confessa, com dor e arrependimento, em alusões posteriores. Pelo fim do período de seus estudos em Roma,

²⁸ As informações dadas nesta seção de capítulo foram recolhidas na obra de Altaner e Stui-ber, intitulada *Patrologia*, citada na bibliografia.

recebeu o batismo. Foi, então, às Gálias, onde, provavelmente, sob a influência dos monges de Tréveros, resolveu levar vida ascética. Passou, então, algum tempo em Aquiléia, integrando um círculo de amigos entregues à vida ascética, dos quais fazia parte Rufino.

De repente, Jerônimo decidiu empreender uma peregrinação a Jerusalém (373-374); grave doença reteve-o, porém, bastante tempo em Antioquia. Aí ouviu os discursos exegéticos de Apolinário, bispo de Laodicéia, e aprendeu, a fundo, a língua grega. Em seguida, viveu, por uns três anos (375-378), como eremita no deserto de Cálcis, a leste de Antioquia, e aprendeu o hebraico com um monge de origem judaica. Partiu, então, para Constantinopla, ouviu os sermões de Gregório Nazianzeno, entusiasmou-se por Orígenes, de quem verteu para o latim alguns escritos. Relações de amizade uniram-no, então, a Gregório de Nissa (381).

Em 382, a convite do papa Dâmaso, participou, juntamente com Paulino e Epifânio de Salamina, de um Sínodo Romano, convocado no intuito de pôr termo ao cisma meleciano²⁹. Jerônimo se tornou secretário e amigo do papa, permanecendo em Roma de 382 a 385. O papa encarregou-o da revisão dos textos latinos da Bíblia, encaminhando-o, assim, para seu trabalho principal, nos anos próximos. Em Roma, Jerônimo veio a ser, outrossim, o centro de um círculo de ascetas, do qual faziam parte, em especial, damas da nobreza romana, como as viúvas Marcela e Paula, e a filha desta última, Eustóquia. Por causa de suas acerbas críticas de abusos no clero romano (ep. 22), foi abertamente combatido, depois da morte de seu protetor (384) e tornou-se alvo de suspeitas por causa das monjas de sua amizade. Quando Blesila, filha de Paula, teve morte prematura, a indignação do povo, que atribuía a morte de Paula a seus jejuns, explodiu francamente contra o “*detestabile genus monachorum*” (ep. 39,6). Jerônimo, que havia acariciado por algum tempo a esperança de se tornar sucessor de Dâmaso, deixou Roma e, passando por Antioquia, se pôs a caminho dos lugares santos da Palestina. Depois viajou para

²⁹ Melécio, bispo de Licópolis (Egito) foi, em 306, deposto por Pedro, patriarca de Alexandria, depois de ter confessado ser herege. Mas ele se recusou a submeter-se e permaneceu em posse de sua sede episcopal. Quando de sua morte, seus fiéis ou *melecianos* elegeram por si mesmos um outro bispo e o cisma persistiu durante cem anos. Por volta de 330 a. D., certo número dentre eles abraçaram o arianismo. O nome de melecianos foi igualmente dado aos fiéis da Igreja de Antioquia, os quais reconheciam por patriarca legítimo São Melécio.

Alexandria, onde esteve trinta dias com Dídimo, o Cego; após uma visita aos monges do deserto da Níttria, foi, em 386, para Belém, onde se estabeleceu para sempre.

Com o auxílio de santa Paula, Jerônimo construiu três mosteiros de mulheres e outro de homens, o qual ele mesmo governou; ainda alguns albergues para peregrinos e uma escola para peregrinos e uma escola ligada ao mosteiro, na qual Jerônimo explicava os clássicos. Dispunha de uma notável biblioteca, que o próprio Jerônimo havia organizado. Os trinta e quatro anos de sua permanência em Belém, não foram, em absoluto, tempos tranquilos. A primeira controvérsia origenista provocou a odiosa contenda com João, bispo de Jerusalém, e a acerba inimizade com Rufino, seu amigo desde a juventude, que esteve até 397 em Jerusalém. Seguiram-se as polêmicas contra Joviniano (393) e Vigilância (404) e, finalmente, também a querela pelagiana³⁰ transplantou-se para a Palestina, pela chegada de Pelágio (415). No decurso desta luta, um grupo de pelagianos incendiou seus mosteiros (416) e o próprio Jerônimo correu perigo de vida. Os horrores da migração dos povos perturbaram, outrossim, a tranquilidade do eremita de Belém, pois hordas dos hunos, dos montanheseis isáuricos e sarracenos saqueadores ameaçaram as circunvizinhanças, obrigando-o à fuga precipitada. Conservou até o fim da vida a penetração de espírito e o ardor combativo. Jerônimo faleceu aos 30 de setembro de 419 ou 420.

O caráter de Jerônimo apresenta um lado muito luminoso e outro de não poucas sombras. Era de temperamento facilmente irritável; enfermidades e severo ascetismo aumentaram ainda mais a sua irascibilidade. Para os outros era agressivo e impetuoso, mordaz, irônico e ferino; em relação a si mesmo era suscetível a elogios, sensível a censuras, ciumento e rancoroso. Entretanto, consideram-se muitas coisas como falhas típicas da retórica e polêmica clássicas, que por isso são julgadas com maior indulgência. É mister, porém, concordar que, não raras vezes, Jerônimo faltou à justiça e à caridade para com amigos e inimigos. A posteridade pôde silenciar tais fra-

³⁰ Dentre os pressupostos principais da doutrina herética de Pelágio, encontramos a da *impeccantia*, segundo a qual o homem pode existir sem o pecado, se assim o desejar, conforme o adágio: "*posse hominem sine peccato esse, si uelit*" (Ep. 133,1). A refutação desta heresia mobilizou-lhe muitos esforços.

quezas ante a importância maior das obras imperecíveis com que a ciência de Jerônimo enriqueceu a Igreja. Sem dúvida alguma, foi o mais erudito dos Padres latinos da Igreja, e legou uma herança insubstituível por muitos séculos ao Ocidente e à Idade Média.

A composição da obra *Apologia contra Rufino*, pelo padre da Igreja latina São Jerônimo, ocupa um lugar importantíssimo na história do cristianismo, pelo fato de documentar o período em que viveram os antagonistas que nela figuram, Jerônimo e Rufino, personalidades importantes no meio eclesiástico do final do século IV; também é importante por testemunhar as relações entre o Ocidente, nela representado por Roma, e o Oriente, nela representado pela Palestina, servindo como lugar de mediação entre os dois pólos entre os quais oscilou o coração de Jerônimo: de um lado, a cultura clássica pagã e, de outro, a herança bíblica judaico-cristã. O texto de Jerônimo acima mencionado medeia as relações entre o ambiente romano que pouco ou quase nada sabia de Orígenes e o ambiente palestino no qual fervilhava, em acesas discussões, a doutrina origenista. Particularmente é o lugar não apenas da mediação entre os pólos culturais citados, mas também o delicado ponto de equilíbrio em que se afirma Jerônimo, diante do círculo de inimizades que seu afã de combater heresias gerou para si. Neste sentido, Jerônimo traça fronteiras entre o seu espaço de crenças e verdades e o das de seu amigo, por meio do texto da *Apologia contra Rufino*, de modo muito similar ao que fizera em outros tratados polêmicos, dirigidos a outras personalidades-alvo.

Torna-se importante, neste momento, apresentar o contexto no qual Jerônimo construiu a sua *Apologia contra Rufino*: a história, os protagonistas Jerônimo e Rufino, a doutrina de Orígenes e sua apresentação na *Apologia*, como se apresentam, neste contexto, o lugar de Roma e o da Palestina na história da controvérsia origenista. Outrossim ver-se-á que, como lugar de mediação, a *Apologia contra Rufino* testemunha um conflito que se instalou entre dois amigos que se conheceram na adolescência, em Roma, em ambiente escolar, em meio a lições dos clássicos, à vida inconseqüente que a capital do império podia lhes proporcionar, à inconsciência dos caminhos que o futuro lhes reservava.

TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DO TERMO MOTIVO

O termo motivo encontra no latim sua origem, no adjetivo *motiuus*, -a, -um, derivado do verbo *moueo*, -es, -ere, *moui*, *motum*, que significa mover, agitar, volver, mexer, remexer, pôr em movimento. O verbo *mouere*, do qual deriva o termo que pretendemos definir, está associado na arte retórica à capacidade ou faculdade de que pode dispor o orador para exercer a influência afetiva sobre o árbitro de uma situação, com a finalidade de nele excitar, favoravelmente ao partido do orador, afetos violentos, assim teoriza Heinrich Lausberg. Neste sentido, o termo *motivo* tem estreita relação com os aspectos estilísticos de determinada obra de arte. O adjetivo *motiuus* significa relativo ao movimento, móvel. Com toda probabilidade, deve ter havido no decorrer do tempo a utilização deste adjetivo com valor de substantivo, de modo semelhante ao que se dá em português, quando é possível fazer o mesmo com o adjetivo *móvel*. Dizemos *ponto móvel*, *coluna móvel* (força militar que não tem ponto designado para operar), *festas móveis* (festas que acontecem em datas diferentes todos os anos, como a Páscoa, Corpus Christi, Pentecostes etc). Mas dizemos também *o móvel do crime*, querendo designar o motivo, a causa do crime. O adjetivo *móvel* também pode vir a caracterizar-se como substantivo quando designa peça de mobiliário. Há outros exemplos no gênero. Entretanto, *móvel* serve-nos como boa tradução para *motiuus* por serem ambos passíveis de sofrer os mesmos processos de utilização como adjetivo e substantivo.

Motiuus, pois, seria, melhor traduzindo, *móvel*, aquilo que move, aquilo que, como causa, movimenta ou leva a algum fim. Filosoficamente falando, o termo *móvel* ou *motivo* designa, de maneira geral, o que move. Pode-se, pois, em psicologia, chamar motivo toda causa de ordem mental que produz ou tende a produzir uma ação voluntária. O termo *motivo* tende a recobrir um estado intelectual; já o termo *móvel* tenderia a recobrir sentimentos e estados afetivos: assim nos instrui a enciclopédia *Larousse du XXe siècle*, no verbete *motif* (convém, pois, indicar esta fonte, já que os dicionários portugueses de que disponho nada dizem a este respeito). Em discussões acerca de problemas como a liberdade, é muito previsível que se considere a influência dos motivos e dos móveis, segundo definição da citada enciclopédia.

O termo *motivo* marca sua presença quando temos que designar, por exemplo, em decoração, a utilização de elementos para compor um conjunto decorativo, e que incidem sobre um tema determinado que reflete o gosto de quem planejou a decoração. Como exemplo, cito o caso de pessoa de minha convivência que elegeu como motivo de decoração de seu apartamento a figura do pato: lá encontramos patos de louça, de gesso, de mármore, recortado em madeira, fotografado e emoldurado, retratado em tela a óleo, enfim, patos em diversas modalidades, a decorar todos os cômodos do apartamento, mas sempre a figura do pato como *motivo*. Exemplos como esses servem talvez para ilustrar a associação do motivo a uma lembrança afetiva intimamente ligada ao motivo escolhido. Alguém que eleja determinadas combinações de cores, como o vermelho e o preto, de modo a evocar o seu time de paixão, também elege o time e as cores que o representam como *motivo*. A decoração do domicílio, com os *motivos* que a compõe, reflete tanto a afetividade, as paixões e a identidade pessoal de seu morador, pois o *motivo* é tudo que alimenta psicologicamente o indivíduo, seja a figura de uma ave, a representação que uma associação de cores traz etc. O *motivo*, nesse caso, alimenta e realimenta a alma, levando o indivíduo a mover-se, a cumprir suas tarefas dentro de determinada perspectiva afetiva.

Em pintura, *motivo* identifica-se com a escolha feita pelo artista de objetos a serem representados. Assim dizemos que Pieter Bruegel retratou a aldeia medieval holandesa, com seu povo, suas festas, seus trajes etc. Isto é um *motivo* que transparece mesmo em trabalhos que têm clara estrutura alegórica como *A parábola dos cegos* e *O triunfo da morte*. O *motivo* citado aparece em emprego pleno, por exemplo, nas obras *O banquete nupcial* e *Dança campestre*. Em Fra Angelico, é com freqüência que encontramos personagens, com formas reconhecidamente humanas, tendo suas cabeças circundadas por douradas auréolas, símbolo que marca a santidade, a divindade ou a “angelicidade” dos personagens que as trazem coroando suas cabeças: tal *motivo* aponta para seu apego e fixação em temas cristãos. Em Salvador Dalí, ao tratar temas clássicos como o de Leda e sua conjunção amorosa com Júpiter metamorfoseado em cisne ou a figura de Nossa Senhora, como nas obras a *Madonna de Port Lligat*, ou *O sonho de Cristóvão Colombo*, é a figura de sua companheira Gala que vemos emprestar seus traços às figuras femininas

das obras citadas: acredito que a companheira Gala seria, pois, um *motivo* constante em sua obra.

Sem que demoremos muito a enumerar exemplos de *motivos* em literatura, já que estamos a tratar dos motivos de origem bíblica na *Apologia de Jerônimo contra Rufino*, seria interessante lembrar alguns casos célebres de outros companheiros de ofício de São Jerônimo. Horácio, tendo vivido do ano 65 ao ano 8 antes de Cristo, toma como *motivo* de suas sátiras situações divertidas ligadas a vícios e defeitos de seus contemporâneos, evitando em suas sátiras o aspecto político, e privilegiando temas como a valorização da frugalidade, a caça aos testamentos, a cobiça etc. Décimo Júnio Juvenal, artífice do mesmo gênero que consagrou Horácio, toma de empréstimo a Horácio e Lucílio a maior parte dos temas que desenvolve. Mas, em contrapartida, enfrentando os perigos de delação, processos de lesa-majestade do regime imperial, efeitos que Horácio e Lucílio como satiristas igualmente receavam como resultantes da recepção de seus textos na sociedade, Juvenal desenvolve, paralelamente às críticas que tinham por *motivo* vícios e defeitos e os indivíduos que destes se tornam culpados, críticas de caráter moral ou social, ao abordar os *motivos* caros à sátira como o luxo dos jantares, a relação entre pobres e ricos, a relação entre os homens e os deuses, problemas de educação etc.

A utilização de motivos bíblicos serve à construção do texto polêmico da *Apologia de Jerônimo contra Rufino*. Ninguém melhor que Jerônimo para fazê-lo, em razão de sua imersão na cultura cristã de língua grega e, condição que lhe rendeu originalidade dentre os padres latinos, a imersão na língua e cultura judaica, podendo abeberar-se nesta fonte cultural, com a capacidade de fazê-lo nos textos originais, ouvindo os sons e decifrando os caracteres hebraicos em que estavam vazados os livros sagrados e poder, assim, realizar a obra que conhecemos como Vulgata, que é a tradução latina da Bíblia a partir dos originais hebraicos.

MOTIVOS BÍBLICOS E SUA UTILIZAÇÃO POR JERÔNIMO

A presença de motivos bíblicos no texto da *Apologia* é evidente. Um primeiro olhar no índice escriturário do texto da edição

francesa Sources Chrétiennes permite-nos avaliar a importância que representa a cultura judaica e cristã que chega até nós pelo texto bíblico e a relevância de considerar a presença dos motivos advindos destas culturas, por meio do texto bíblico, bem como a sua utilização estilística por Jerônimo. Citaremos alguns motivos que colhemos no texto, depois passaremos a fragmentos de textos dos profetas conhecidos como “profetas maiores”: Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel.

Um fragmento³¹ do terceiro parágrafo do terceiro livro da *Apologia* traz-nos o motivo da espada afiada que atinge a garganta, que podemos encontrar em Ezequiel 21, 9-22, trecho de uma profecia na qual a espada afiada, polida e reluzente de Yahweh será posta na mão do matador para executar uma matança em Israel. Este motivo também o encontramos no cântico de Moisés, em Deuteronômio 32, 41, que traz o seguinte texto: “...quando eu afiar minha espada fulgurante e minha mão agarrar o Direito, tomarei vingança do meu adversário, e retribuirei àqueles que me odeiam...”

Ao fim do quarto parágrafo do terceiro livro da *Apologia*, Jerônimo retoma o motivo do ouro ou do dinheiro como fator da corrupção das instituições e costumes, aludindo ao que venceu o recato de Dânae, ou seja, Zeus metamorfoseado em chuva de ouro, para retomar um elemento clássico, e dois elementos bíblicos: a história de Giezi (II Reis 5, 20-27.), que nos traz a história deste personagem que correu ao encalço de Naamã para ganhar algum dinheiro, contrariando a atitude de Eliseu, que havia curado Naamã, sem que este tivesse que lhe dar qualquer coisa em troca; por outro lado, a história muito conhecida entre os cristãos da traição de Judas, que prometeu entregar a Jesus, seu senhor, aos chefes dos sacerdotes, por trinta moedas de prata (Mateus 26, 14-16.).

Jeremias, um dos quatro grandes profetas de Israel, nasceu em Anatoth, na tribo de Benjamin, por volta de 650 a.C., e morreu no Egito, por volta do ano 590 a.C. Ele exerceu seu ministério sob os reinos de Josias, Joacaz, Joaquim e Jeconias. Suas advertências proféticas custaram-lhe severas perseguições. A situação em que se encontra Jerônimo, cercado de inimigos, de situações adversas como

³¹ São Jerônimo, *Apologia*, p. 220: “...et gladios quos defigas in iugulum meum tanto ante tempore exacuis!...”

aquela que o faz escrever uma apologia em causa própria, torna-se solidária da vida e personalidade do profeta Jeremias; vejamos como isto ocorre nos dois exemplos que arrolamos a seguir.

No parágrafo 23 do terceiro livro de sua *Apologia*³², Jerônimo utiliza a imagem que lhe fornece Jeremias, em suas admoestações a Jerusalém que não se converte, no capítulo 13, 23³³, valorizando as anotações naturalistas de Jeremias. O leopardo “com manchas que não se desfazem” aproxima-se do leão, do urso, do lobo que são figuras que encontramos para nomear os demônios no *In Ezechielem* 13, 44, 22s. O leopardo significa os hereges no *In Isaiam* 6, 15, 3³⁴

No parágrafo 24 do segundo livro da *Apologia*, encontramos uma expressão de lamento de Jerônimo³⁵ quanto à recepção que teve sua obra de tradução, como se a mesma representasse uma anulação do valor da edição grega dos Setenta. O versículo de Jeremias citado por Jerônimo ilustra bem a emoção solidária de nosso autor com a vocação de Jeremias, pois em Roma no século IV, o combate sem trégua de Jerônimo às heresias coloca nosso autor na condição de manifestar uma impressão muito semelhante de abandono, descontente solidão e profundo vazio existencial, incompatíveis com a necessidade imperiosa e inadiável da luta: “...Ai de mim, minha mãe, porque tu me geraste homem de disputa e homem de discórdia para toda terra?...” (Jeremias 15,10.)

Isaías, considerado o primeiro dos chamados profetas maiores, foi conselheiro do rei de Israel, Ezequias, e o primeiro dos quatro grandes profetas hebreus. Autor do Livro de Isaías, sua obra é primorosa pelo vigor do estilo palaciano e pelo brilho da poesia. É do texto de Isaías que Jerônimo se serve para agudizar sua irônica pontada em Rufino, no primeiro parágrafo da *Epístola contra Rufino* (Terceiro livro da *Apologia de Jerônimo contra Rufino*), ao nomear como sabedoria a invectiva de Rufino, e louvor da parte de Rufino, o

³² São Jerônimo, *Apologia*, p. 278: “...Et postquam se intellexit casso labore sudare nec par-dum mutare uarietates nec Aethiopem pellem suam...”

³³ *Jeremias* 13, 23: “...Pode um etiope mudar a sua pele? um leopardo as suas pintas?”

³⁴ Estes dados podem ser encontrados em Lardet, P., op. cit. (1993), p. 319, nota 600b.

³⁵ São Jerônimo, *Apologia*, p. 170: “...Heu mihi, mater, ut quid me genuisti, uirum qui iudicer et discernar omni terrae?...”

que provoca em Jerônimo a resposta que conhecemos pelo texto de sua *Apologia*. Ali cita o capítulo 32, 6³⁶, numa clara utilização estilística do texto bíblico para agudizar sua intenção polêmica de desqualificar o adversário Rufino.

Ezequiel, outro grande profeta hebreu, viveu no século VII a.C. Segundo uma tradição, foi morto por ordem de um príncipe judeu, a quem censurou a sua idolatria. O livro de Ezequiel, coleção das suas profecias, inscrito pela Igreja no cânone dos livros inspirados, é notável pela grandeza das visões do profeta. O nosso autor faz uso estilístico do texto profético ao tomá-lo no momento exato em que o profeta aplicava aos falsos profetas a imagem de raposas no meio de ruínas.³⁷ O efeito é de desqualificação.

Daniel, tendo vivido no século VII a.C., foi levado cativo para a Babilônia com outros jovens israelitas. A sua viva inteligência granjeou-lhe o favor de Nabucodonosor e do seu sucessor Evilmerodaque. Cheios de inveja, os magos obtiveram do rei que Daniel fosse lançado na fossa dos leões, onde foi encontrado no dia seguinte são e salvo. Explicou os sonhos de Nabucodonosor, demonstrou a inocência de Susana e decifrou a famosa inscrição do festim de Baltasar. Morreu provavelmente em Susa. No parágrafo 15 do segundo livro da *Apologia*, encontramos a citação³⁸ que retoma uma passagem do livro de Daniel³⁹. Pierre Lardet afirma em seu comentário à *Apologia*⁴⁰ que “Jerônimo escreve para cumular de rivais este profeta que desejava conhecer os mistérios de Deus” e que “para Rufino, Macário é um desses que desejam saber o que seja verdadeiro”. Diante de tudo que Jerônimo expõe a respeito da doutrina origenista, a compa-

³⁶ São Jerônimo, *Apologia*, p. 212: “...Fatuus, inquit, fatua loquetur et cor eius uana intellegit, ut compleat iniquitates et loquatur contra Deum mendacium...”

³⁷ São Jerônimo, *Apologia*, p. 234: “...Vis scire totas argutiaram tuarum strophas et uulpicularum insidias quae habitant in parietinis, de quibus et Hiezechiel loquitur: Quasi uulpes in deserto prophetae tui, Israel?...” O texto citado de Ezequiel se acha no capítulo 13, 4.

³⁸ São Jerônimo, *Apologia*, p. 138: “Illud est quod te, desideriorum uir, Macari, admonitum uolo, ut scias hanc quidem fidei regulam, quam de libris eius supra exposuimus, esse talem quae et amplectenda sit et tenenda...”

³⁹ Daniel 9, 23: “...Desde o começo da tua súplica, uma palavra foi pronunciada e eu vim para comunicá-la a ti, porque és o homem das predições...”

⁴⁰ Lardet, P., op. cit. (1993), p. 186, nota 328.

ração pode ter efeito de ridículo, a partir de um chiste – *desideriorum uir* – que estabelece um jogo entre o caso de Daniel (que é depositário das predileções de Deus) e o outro termo da comparação (que é Macário, destinatário a quem se dirige Rufino, sendo este destinatário aquele que “deseja” saber).

Ainda em contexto veterotestamentário, o texto da *Apologia* é pródigo na utilização de motivos daí advindos.

Do livro do Gênesis, nosso autor traz para seu texto o motivo da astúcia e sabedoria da serpente, a qual supera nessas qualidades a todos os outros animais que Deus criou e colocou no Paraíso. A primeira ocorrência se dá no primeiro livro, a segunda ocorrência, no terceiro livro da *Apologia*. No primeiro livro, a citação aparentemente nada muda ao texto bíblico,⁴¹ se nos ativermos à edição da Vulgata que utilizamos. Jerônimo diz *sapientior* em vez de *callidior*. Já no terceiro livro de sua *Apologia*, Rufino passa a ser assimilado ao motivo da serpente astuta, sob aparente prudência, do qual Jerônimo denuncia o jogo dúbio da advertência confidencial e da simultânea acusação pública. A esta situação, Jerônimo interroga a Rufino se ele considera os leitores desprovidos de inteligência, de modo que não possam perceber a astúcia de Rufino em suas manobras espúrias.⁴²

Ainda no livro do Gênesis, capítulo 41, encontramos a narrativa na qual José dirige-se ao faraó para interpretar-lhe os sonhos que veiculavam imagens relacionadas ao cultivo de cereais e a criação de rebanhos, as setes espigas de trigo granadas e as sete espigas mirradas, as sete vacas gordas e as sete vacas magras. Conta o texto bíblico que José angariou tão grande prestígio junto ao faraó, com a interpretação que este hebreu desprezado e vendido por seus irmãos lhe apresentou, que o faraó promoveu-o a intendente dos seus armazéns, a fim de que administrasse, com a sabedoria que demonstrou possuir, as épocas de escassez com víveres que pudessem ser recolhidos em épocas de abundância, conforme pressagiavam os sonhos do faraó. No texto da *Apologia*, terceiro livro, vemos Jerônimo colo-

⁴¹ Gênesis 3, 1: "...Sed et serpens erat callidior cunctis animantibus terrae quae fecerat Dominus Deus..."

⁴² São Jerônimo, *Apologia*, p. 232: "...Brutos putas esse lectores et omnes non intellegere prudentiam tuam, immo malitiam, qua et serpens prudentior fuit cunctis bestiis in paradiso, ut a me secretam commonitionem flagites quem publica accusatione persequeris? ..."

car-se no papel de um José. Em seu caso, a fome é assimilada a uma heresia que estava por vir, a qual necessitava ser combatida, tal como a fome precisava ser saciada.⁴³

O parágrafo 18 do primeiro livro da *Apologia*, que Pierre Lardet intitula como Orígenes e a mentira, traz um interessante paralelo entre o que afirma Platão sobre a mentira, no terceiro livro de sua *República*, e o que afirma Orígenes em seus *Stromata*⁴⁴: percebemos uma curiosa conformidade, que devia interessar sobretudo a Jerônimo no sentido de demonstrar a filiação do mestre Orígenes a fontes pagãs que são origem de heresia. Em tal parágrafo há utilização do motivo da mentira em três momentos diferentes no Antigo Testamento. Primeiramente os disfarces que a hebréia Judite deu a suas palavras e com os quais conseguiu ludibriar o assírio Holofernes, decapitando-o depois de havê-lo seduzido, tendo-se arrumado toda, acentuando sua feminilidade, tornando-se pronta a ser seduzida por Holofernes, e depois de havê-lo induzido a intensa embriaguez (Cf. *Judite* 11.). Em segundo lugar, o ato de mentir pela omissão prolongada da verdade, como no caso de Ester, que retificou o julgamento de Artaxerxes (Cf. Ester 2, 10.20.). E em terceiro lugar, a mentira de que Jacó se serviu junto ao pai Isaac para obter dele a bênção que cabia ao primogênito Esaú. Tendo já vendido seu direito de primogenitura a Jacó por pão e cozido de lentilhas, Esaú foi preterido por seu irmão Jacó, quando em presença do pai Isaac, Jacó fez Isaac confundir seu braço peludo com o de Esaú. A bênção consumou-se com a caça que Jacó serviu a seu pai. Mentira habilmente “arquitetada”, esta de Jacó, assim a caracteriza Jerônimo (Cf. *Gênesis* 27, 18-30.). No trecho de Orígenes, citado por Jerônimo em sua *Apologia*, ele ressalta a imperiosa necessidade e utilidade da mentira para a vida e sobrevivência dos homens e dos povos, em contraposição à inutilidade da mesma para Deus. Contudo, é importante não abusar deste expediente, observar certas regras.⁴⁵

⁴³ São Jerônimo, *Apologia*, p. 280: “...Non fuit, non fuit, inquam, nostri consilii, sed Dei providentiae, ut, missi ad aliud, contra nascentem haeresim dimicarent et in more Ioseph famem futuram fidei ardore sublearent...”

⁴⁴ Obra que comporta grande número de citações, à semelhança de colchas de retalhos, tratando de temas filosóficos e teológicos.

⁴⁵ São Jerônimo, *Apologia*, p. 52: “...Ne excedat terminos quibus usa est Iudith contra Holofernem, et uicit eum prudenti simulatione uerborum. Imitetur Esther quae Artaxerxis sententiam

O livro do Êxodo tem a nos fornecer o motivo da oferenda como sacrifício ao Deus de Israel (Cf. Êxodo 35, 20-29.), em que todos, homens e mulheres, traziam generosamente a Iahweh ricas oferendas de tudo o que possuíam para agradar-lhe: as mulheres ofereciam púrpura escarlate e violeta que haviam fiado, carmesim e linho fino; os chefes ofereciam pedras de ônix e pedras de engaste para o éfode e o peitoral. Quem não tinha coisa de muito valor a oferecer oferecia o que podia. Em sua *Apologia*, Jerônimo traz à tona o motivo da oferenda como subsídio de defesa do trabalho de tradução a partir dos originais hebraicos. Como os hebreus que ofereciam o que podiam, Jerônimo também o faz, oferecendo ao tabernáculo de Deus a sua contribuição, conforme sua condição.⁴⁶

O livro de Jó, na seqüência do segundo discurso de Iahweh endereçado a Jó, no qual aquele trata do domínio divino sobre as forças do mal, aí encontramos figuras das forças demoníacas. Beemot, que significa “animal”, “gado”, designando a besta por excelência, foi muitas vezes identificado com o elefante ou com o búfalo mítico mencionado pelos textos de Ugarit. Representa aqui o hipopótamo, símbolo da força bruta que Deus domina, mas que o homem não consegue domesticar. O nome Leviatã designa propriamente um monstro do caos primitivo que se pensava viver permanentemente no mar. Aplica-se aqui ao crocodilo e evoca na passagem as potências hostis a Deus. Jerônimo denuncia a tentativa por parte de Rufino de safar-se da suspeita de ser tido como defensor da idéia da inclusão do diabo na obra redentora de Cristo e transcreve um trecho do livro de Jó, atribuído a Deus e direcionado a Jó, sobre o diabo: “...A tua esperança seria ilusória, pois somente o vê-lo atemoriza. Não se torna cruel quando é provocado? Quem lhe resistirá de frente? Quem ousou desafiá-lo e ficou ileso? Ninguém, debaixo do céu...” (*Jó* 40, 28 a 41, 3.)

A literatura sapiencial tem copiosa presença no texto da *Apo-*

diu tacita gentis ueritate, correat; et in primis patriarcham Iacob, quem legimus benedictiones patris artificii impetrasse mendacio...”

⁴⁶ São Jerônimo, *Apologia*, p. 172: “...Periculosum opus certe, obtreptatorum latratibus patens qui me adserunt in Septuaginta interpretum suggillationem noua pro ueteribus cudere, ita ingenium quasi unum probantes, cum ego saepissime testatus sim me pro uirili portione in tabernaculum Dei offerre quae possim, nec opes aliorum alterius paupertate foedari...”

logia. Tomemos primeiramente o quinto versículo do salmo 14, que nos fala da conduta reta e irrepreensível de quem deseja hospedar-se junto a Iahweh. O primeiro salmo já trata da diferença fundamental entre aquele que dirige seus caminhos pela lei do Senhor e os ímpios que da lei se mantêm afastados. Diz o versículo em resposta à pergunta que abre o texto do salmo, sobre quem poderia hospedar-se na tenda de Iahweh: "...quem não empresta dinheiro com usura nem aceita suborno contra o inocente..." A utilização do motivo citado serve a reforçar uma atitude despreziosa contra uma suposta acusação proveniente da parte contrária da controvérsia em que Jerônimo se envolvera.

O texto da *Apologia* termina com numerosas citações do livro dos Provérbios, cada qual encerrando um conteúdo diversificado, correspondendo em grande parte a sentenças de ordem moral, com reflexões de ordem filosófica sobre inúmeras situações existenciais, razões pelas quais o livro dos Provérbios classifica-se como sapiencial. A utilização dos provérbios como motivo literário ocorre como uma espécie de exaltação da sabedoria que responde satisfatoriamente à necessidade de reparar a carência de entendimento e sensatez que se verificou entre os dois amigos, no momento da ruptura das relações de amizade e nos momentos seguintes, marcados por incontáveis agravos.

Passando a motivos relacionados mais propriamente à literatura do Novo Testamento, podemos localizar no segundo livro da *Apologia*, parágrafo 16⁴⁷, momento em que nosso autor tratava da defesa das teses origenistas por Eusébio e Dídimo, a presença de um motivo bíblico, que aí encontramos, ou seja, o da prisão como lugar de revelação, como o que acontece a Pedro que recebe, adormecido, na prisão, a visita de um anjo, conforme nos narra o livro dos Atos dos Apóstolos (*Atos* 12, 16s.).

A imagem do vinho novo que as traduções bíblicas de Jerônimo representavam, em relação às traduções gregas da edição dos Setenta, era mais um motivo da Sagrada Escritura de que Jerônimo

⁴⁷ São Jerônimo, *Apologia*, p. 142: "...Tibi in quo somnio alexandrini carceris reuelatum est ut, quae ille uera profitetur, falsata confingas?..."

se utilizou no segundo livro de sua *Apologia*, parágrafo 25⁴⁸, que remete, por sua vez à narrativa das bodas de Caná, em João 2, 10.

A visão do mundo como lugar de exílio, como lugar de aflição, de peregrinação, de lugar estranho e até mesmo hostil é de origem bíblica.⁴⁹ Os cristãos católicos rezam em saudação à Virgem, rainha mãe de Deus, rogando sua proteção maternal para melhor suportarem, como se pudessem habitar desse modo em um *locus refrigerii*, como se pudessem superar a dura condição da vida “neste vale de lágrimas”. É também assim que Jerônimo caracteriza o mundo em direção ao qual as almas são atiradas⁵⁰

Os exemplos poderiam se multiplicar ao infinito. Nosso intuito, no entanto, é mostrar o funcionamento e a utilização estilística dos motivos bíblicos na construção literária do polêmico na obra que estamos a estudar.

⁴⁸ São Jerônimo, *Apologia*, p. 172: “...Periculosum opus certe, obtreclatorum latratibus patens, qui me adserunt in Septuaginta interpretum suggillationem noua pro ueteribus cudere, ita ingenium quasi uinum probantes, cum ego saepissime testatus sim me pro uirili portione in tabernaculum Dei offerre quae possim, nec opes aliorum alterius paupertate foedari...”

⁴⁹ Consultar, neste sentido, a obra de Christine Mohrmann, citada na bibliografia, tomo II, pp. 81-92, artigo intitulado *Locus refrigerii*.

⁵⁰ São Jerônimo, *Apologia*, p. 60: “...dicit ante uisibiles creaturas, caelum, terram, maria, et omnia quae in eis sunt, fuisse alias inuisibiles creaturas, in quibus et animas, quae ob quasdam causas soli Deo notas deiectae sint deorsum in uallem istam lacrimarum, in locum adfectionis nostrae...”

BIBLIOGRAFIA

- ALTANER, B. e STUIBER, A. *Patrologia*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- BARDY, G. *Faux et fraudes littéraires dans l'Antiquité chrétienne*. Revue d'Histoire Ecclesiastique 32 (1936), p. 275-302.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 2000.
- BIBLIA SACRA IUXTA VULGATAM CLEMENTINAM. Madrid: BAC, 1946.
- DUVAL, Y.-M. *Jérôme entre l'Occident et l'Orient*. XVI centenaire départ de saint Jérôme de Rome et de son installation à Bethléem Paris:Études Augustiniennes, 1988.
- . *Sur les insinuations de Jérôme contre Jean de Jérusalem*. De l'arianisme à l'origénisme. Revue d'Histoire Ecclésiastique 65, 1970, p. 353-374.
- GÊNIOS DA PINTURA. *Bruegel e Fra Angelico*. São Paulo: Abril 1967.
- INGLEBERT, H. *Interpretatio christiana*. Les mutations des savoirs (cosmographie, géographie, ethnographie, histoire) l'Antiquité chrétienne 30 – 630 après J.C.Paris: Études Augustiniennes, 2001.
- JEANJEAN, B. *Saint Jérôme et l'hérésie*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 1999.
- JERÔNIMO. *Apologie contre Rufin*. Introduction, texte critique, trad. et index par Pierre Lardet. Paris: Cerf, 1983.
- . *Commentaire sur Jonas*. Introduction, texte critique, trad. et commentaire par Yves-Marie Duval. Paris: Cerf, 1985.
- . *Commentariorum in Epistolam ad Ephesios libri tres*. IN: MIGNE, J.-P. *PL* 26, col. 467- 624. Paris: Garnier Frères, 1878.
- . *Contra Iohannem Hierosolymitanum*. In: MIGNE, J.-P. *PL* 23 col. 371-412. Paris: Garnier Frères, 1878.
- . *Epistolario*. Edición preparada por Juan Bautista Valero. Madrid: BAC, 1995. 2 vol.

———. *Obras completas*. Tomo I: Obras homiléticas. Traducción, introducción y notas de Mónica Marcos Celestino. Madrid: BAC, 1999.

———. *Obras completas*. Tomo IIIa: Comentarios a los profetas menores. Introd., trad. y notas de A. Domínguez García. Madrid: BAC, 2000.

———. *Prólogos de comentarios exegéticos diversos*. In: MIGNE, J.P. *PL 23 e 28*. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Vivre au désert*. Vies de Paul, Malchus, Hilarion. Trad. latin présenté et annoté par Jean Miniac. Grenoble: Jérôme Millon, 1992.

MOHRMANN, C. *Études sur le latin des chrétiens*. 2 tomes. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1961.

NÉRET, Gilles. *Dalí*. Köln: Taschen, 2000.

ORÍGENES. *Traité des Principes*. Introduction, texte critique de la Version de Rufin Trad. par Henri Crouzel et Manlio Simonetti. Paris: Cerf, 1978.

RUFINO. *Apologia*. Introdução e tradução italiana de M. Simonetti. Alba, 1957.

———. *Apologiae in Sanctum Hieronymum libri duo*. In: MIGNE, J.P. *PL 21 col. 541-624*.

———. *Apologia quam pro se misit Rufinus Presbyter ad Anastasium Romanae Urbis Episcopum*. In: MIGNE, J.-P. *PL 21, col. 623 – 628*. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *De adulteratione librorum Origenis*. In: MIGNE, J.-P. *PL 7 col. 615-632*. Paris: Garnier Frères, 1878.

ZEHNACKER, H. e FREDOUILLE, J.-C. *Littérature latine*. Paris: PUF. 1993.

**OS SEMITISMOS DO EVANGELHO SEGUNDO MARCOS
NO CÓDICE GREGO
DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**

Paulo José Benício (UPM)

RESUMO

O mais antigo manuscrito pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é um códice em pergaminho, escrito com caracteres minúsculos, contendo os quatro Evangelhos e datado do século XII. Foi doado àquela instituição em 1912, por João Pandiá Calógeras, conhecido intelectual e político brasileiro, de ascendência grega. Em 1953, Kurt Aland repertoriou-o, atribuindo-lhe o número 2437. Aqui serão analisados os semitismos do Evangelho segundo Marcos nesse documento.

Palavras-chave: manuscrito; semitismo; Evangelho; tradução; comentário

Na história da tradição manuscrita do Novo Testamento grego, salvo as pesquisas de Kirsopp Lake, com respeito à chamada família 1, e as de William Ferrar, referentes à cognominada família 13, existem ainda muito poucos trabalhos sobre cada um dos manuscritos disponíveis. Mesmo Kurt Aland e Bruce Metzger, duas das mais destacadas autoridades do século passado, no campo da Baixa Crítica Neotestamentária, e também defensores incansáveis do texto alexandrino, admitem a generalidade das classificações atualmente empregadas para as diferentes lições cujos critérios, todavia, somente poderão ser avaliados com precisão através do *estudo individual* dos muitos documentos existentes.⁵¹ Em primeiro lugar, pelo valor material e histórico desses documentos; em segundo, pela importância filológica que venham a possuir, confirmando leituras presentes em outros exemplares ou confrontando variantes. E, por fim, da perspectiva do que hoje se conhece como *crítica genética*: o texto que cada códice traz não deixa de constituir uma lição única – e foi nessa condição que ele esteve nas mãos de sucessivas comunidades como uma leitura autorizada dos evangelhos.

⁵¹ Para uma avaliação dos principais métodos utilizados por editores do Novo Testamento grego na classificação das incontáveis variantes, cf. ALAND / ALAND, 1989: 3-47, METZGER, 1992: 156-185.

Em função disso, pretende-se, nesta porção do trabalho, estudar traços lingüísticos do *Evangelho segundo Marcos* tal qual ele foi transmitido pelo *códice grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, fonte textual ímpar na tradição manuscrita do Novo Testamento; isso tendo em vista tratar-se do mais antigo documento e do único manuscrito em língua grega de cuja existência se tem conhecimento na América Latina.

OS SEMITISMOS

Com a possível exceção de Lucas, é bem provável que todos os autores dos livros que integram o cânon neotestamentário fossem de procedência judaica; logo, pessoas que, embora falando e escrevendo o grego, possuiriam como língua de berço o aramaico, idioma que lhes marcaria o modo natural de expressão, influenciando no seu vocabulário e nas suas categorias básicas do pensar, moldando-lhes também, em vasta medida, o estilo.

Daí, poder-se afirmar, com propriedade, que o Novo Testamento é um livro cuja alma é hebraica, ao mesmo tempo em que o corpo é helênico, ou melhor, um livro em que o corpo semita se exhibe em roupagem grega.

Em se tratando, particularmente, do Evangelho conforme Marcos, não há de se minimizar a base semita no léxico, na fraseologia, no conteúdo, nas formas de expressão e nos modismos lingüísticos. Tais características têm levantado a hipótese de um original aramaico ou pelo menos da existência de fontes aramaicas. De acordo com M. Black, a influência aramaica no grego de Marcos, em particular nas sentenças proferidas por Jesus, chama a atenção para uma coleção aramaica de ditos, coleção essa usada por ele na redação do seu livro (Cf. BLACK, 1967: 271-272). Uma outra opinião bastante difundida é a de que o grego empregado no Segundo Evangelho se caracteriza como um “grego de tradução” / “translation Greek”, uma vez que parece reproduzir uma *kath, chshj* aramaica (Cf. MOULTON / HOWARD, 1929: 413.). Existe ainda a possibilidade de se admitir a influência de Pedro na linguagem de Marcos; isso com base na hipótese de que este, como *tradutor* ou *intérprete* (e`rmhneuth, j) daquele (que fora testemunha ocular da vida e mi-

nistério de Jesus Cristo), haveria redigido um volume com suas *memórias* (*memoirs*), e esse volume teria servido como base para o Evangelho.⁵² Apesar de as inferências dessas posições serem motivo de acirrado debate até hoje, é fato inegável que o grego de Marcos possui um sabor semita inconfundível. Assinalar-se, porquanto, como admissíveis aramaísmos, neste evangelho, constitui o objetivo das próximas linhas.

Os termos e as formas

Significativos são os seguintes: *avbba/*, oriundo do aramaico *aBa*, sempre acompanhado do aposto traducional *o` path*, *r - Pai* (cf. 14, 36); *avmh.n*, partícula interjectiva, simples transliteração da forma adverbial *!mea, de fato, em verdade* (cf., a título de exemplo, 3, 28; 8, 12; 9, 1.41; 11, 23; 14, 9.18.25.30); *Boanhrge*, *j*, tomado do aramaico, *vgr nb*, apelativo outorgado por Jesus aos inflamados discípulos, seguido da cláusula explicativa, *o[evstin ui`oi. bronth/j, o qual é: filhos de trovão* (cf. 3, 17); *Golgaqa/*, forma adaptada do aramaico *aTIGIG*, elucidada pela frase *krani, ou to, poj, calvariae locus* (vd. esta expressão na Vulgata), *lugar do crânio* (cf. 15, 22); *evffaqa, ,* inflexão adaptada do aramaico *xtPta* e traduzida pelo primeiro aoristo passivo imperativo *dianoi, cqhti, abre-te* (cf. 7, 34); *korba/n*, empregado na acepção natural da palavra hebraica *!brq*, que se traduz como *dom, oferta* (cf. 7, 11); *ouvranoi, ,* oriundo da palavra hebraica *~ymV*, *lugar da habitação de Deus, céus* (cf. 1, 10; 11, 25; 12, 25; 13, 25); *pa, sca*, nome originado da forma aramaica *axsp, dispensa, isenção, passagem* (cf. 14, 1.12.14.16); *r`abbi, e r`abboni, ,* originários de *br* e *!Br*, respectivamente, e traduzidos para a língua portuguesa como *rabi, meu grande / meu mestre* e *rabino, meu grande mestre* (cf. 9, 5; 10, 51; 11, 21); *taliqa, kou/m,* forma transliterada da expressão aramaica *mq-atylj, ovelhinha / cordeirinha, levanta-te* (cf. 5, 41); *wvsanna, ou w`sanna,* (com espírito forte, no *códice grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscrito 2437*), transliteração do aramaico *na[vh,* correspondente

⁵² A hipótese tem como fundamento uma afirmação de Irineu (II século), na sua obra *Adversus Haereses*, III, 1, 1 (segundo Eusebius Pamphilus, *The Ecclesiastical History*, V, 8). Cf. CRUSE, 1989: 187-188.

ao hebraico an h[*y*vh, cuja tradução é: *salva-me, (peço-te, por favor), agora* (cf. 11, 9.10).⁵³

Por fim, ressalta-se como advinda da língua aramaica a lancinante pergunta que o *Filho* dirigiu ao *Pai* poucos instantes antes da sua morte na cruz do Calvário:

yntqbV aml yhla yhla, VEIwi<, VEIwi<, lima, sabacqani, ;

Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? (cf. 15, 34).

O uso de euvqu, j⁵⁴:

É bastante provável que o emprego excessivo de *euvqu, j*, *logo (que), imediatamente*, no Segundo Evangelho, dê-se por influência da conjunção aramaica *atcv-hb*, *no momento*. Observem-se os exemplos a seguir:

kai. evxelqo, ntoj auvtou/ evk tou/ ploj, ou evuqe, wj avph, nthsen auvtw/ evk tw/n

mnhmei, wn av, nqrwpoj evn pneu, mati avkaqa, rtw,

E, tendo ele saído do barco, imediatamente, foi-lhe ao encontro, dos sepulcros, um homem com espírito imundo (cf. 5, 2);

kai. evuqe, wj pa/j o` o[cloj ivdw.n auvto.n evxeqambh, qh, kai. prostre, contej

hvspa, zonto auvto.n,

E, logo, toda a multidão, tendo-o visto, ficou espantada, e correndo para ele, saudava-o (cf. 9, 15).⁵⁵

O vav consecutivo

Tanto o hebraico quanto o aramaico se distinguem pela seqüência *avkou, ete ivdou. hvxh/lqen o` spei, rwn to/u spei/rai. kai. evge, neto evn tw/ spei, rein o` me.n ev, pesen para. th.n o` do, n, kai.*

⁵³ O manuscrito D, arquétipo do texto ocidental, diferentemente do códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não registra o termo *wvsanna, / w' sanna*, em Marcos 11, 9.

⁵⁴ O manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro prefere a *evuqe, wj* à forma *euvqu, j*.

⁵⁵ Cf. 1, 10.12.18.20.21.28.29.30.42.43; 2, 8.12; 3, 6; 4, 5.15.17.29; 5, 29.30.42; 6, 25.27.45.50.54; 8, 10; 9, 20.24; 10, 52; 11, 2.3; 14, 43.45; 15, 1.

h=lqen ta. peteina. kai. kate, fagen aucto, . a, vilo de. ev, pesen
 evpi. to. petrw/dej o]pou ouv k ei=ce gh/n pollh, n, kai. euvqe, wj
 evxane, teile dia. to. mh. ev, cein ba, qoj gh/j hvli, ou de. avnatei,
 lantoj evkaumati, sqh kai. dia. to. mh. ev, cein r`i, zan evxhra, nqh.
 kai. av, llo ev, pesen eivj ta.j avka, nqaj, kai. avne, bhsan ai`
 a]kanqai kai. sune, pnixan aucto, , kai. karp.o.n ouv k ev, dwken.
 kai. av, llo ev, pesen epi. th.n gh/n th.n kalh.n kai. evdi, dou kar-
 po.n avnabai, nonta kai. auvxa, nonta kai. ev, feren e]n tria, konta
 kai. e]n e`xh, konta kai. e]n e`kato, n. kai. ev, legen, o` ev, cwn
 w=ta avkou, ein avkoue, tw,

Ouvi: Eis que o semeador saiu a semear. E aconteceu que semeando ele, uma parte da semente caiu ao longo do caminho, e vieram as aves do céu e a devoraram. E outra caiu sobre (solo) pedregoso, onde não havia muita terra, e logo nasceu, porque não havia terra profunda. Mas, saindo o sol, foi queimada; e porque não tinha raiz, ficou seca. E outra caiu entre espinhos e, crescendo os espinhos, sufocaram-na e não deu fruto. E outra caiu em boa terra e deu fruto, que vingou e cresceu, produzindo a trinta, a sessenta e a cem por um. E lhes disse: quem tem ouvidos para ouvir, ouça (cf. 4, 3-9).

Mais um caso dessa espécie de fraseologia pode ser comprovado com Marcos 6, 1:

kai. h=lqen eivj th.n patri, da auctou/, kai. avkolouqou/sin auctw/
 oi` maqhtai. auctou/,

E partiu dali para a sua pátria, e os seus discípulos o acompanharam.

de orações em coordenação, ou melhor: as inflexões sucessivas, postas lado a lado, são ligadas pela conjunção w (vav), e. Esse tipo de construção se reflete, de modo acentuado, na estilística do Evangelho conforme Marcos, pela utilização da conjunção kai., em correspondência exata ao w (vav) hebraico, especialmente, em função aditiva ou copulativa. Um exemplo típico do emprego do “vav consecutivo” em Marcos pode ser apreciado na perícope da *Parábola do Semeador* (cf. 4, 3-9):

O paralelismo

Diferencia-se a poética dos hebreus pela *repetição de idéias ou termos em orações sucessivas* – a esse fenômeno se dá o nome de *paralelismo*. Ele ocorre não apenas em citações do Antigo, mas ainda em expressões diretas dos próprios autores do Novo Testamento;

e, especialmente, do evangelista Marcos. Exemplo de paralelismo, conhecido, no caso, como *sinonímico* (o conteúdo do primeiro membro é repetido com outras palavras no segundo) fornece a citação de Isaías 40, 3 em Marcos 1, 3:

e`toima, sate th.n o`do.n kuri, ou, euvqei, aj poiei/te ta.j tri, bouj auvtou/,

*Aprontai o caminho do Senhor, fazei-lhe retas as veredas.*⁵⁶

Um outro exemplo, desta feita, chamado de *antitético* (o conteúdo do primeiro membro é elucidado por intermédio de uma oposição correspondente no segundo) pode ser visto em Marcos 1, 8:

evgw. me.n u`ma/j evba, ptisa evn u[dati\ auvtou.j de. bapti, sei u`ma/j evn pneu, mati a`gi, w,

Eu, em verdade, batizo-vos com água; ele, porém, vos batizará com o Espírito Santo.

Caracteriza-se também como antiético o paralelismo encontrado em Marcos 15, 29b:

ouva. o` katalu, wn to.n nao.n kai. oivkodomw/n evn trisi.n h`me, rajj,

Ué! Tu que destróis o santuário e que (o) edificas em três dias!

O nexo de continuação

A fórmula de continuação *kai. evge, neto*, muito comum nos trechos narrativos da Septuaginta e representando o hebraico *yhyw* ou *hyhw*, e *aconteceu que / ocorreu*,⁵⁷ é também bastante utilizada no Segundo Evangelho; dela se registram oito casos.

Verifiquem-se dois desses casos no capítulo 1, versículos 9 e 11 respectivamente:

kai, evge, neto evn evkei, najj tai/j h`me, rajj h=lqen vlhsou/j avpo. Nazareq th/j

Galilai, as kai. evbapti, sqh eivj to.n Vlorda, nhn u`po. vlwa, nnou,

⁵⁶ Cf. também 1, 7; 11, 9.10.28; 13, 4.

⁵⁷ Detalhes sobre essa construção podem ser examinados em ZERWICK, 1963: 134 e 154.

E aconteceu que, naqueles dias, veio Jesus de Nazaré da Galiléia e foi batizado

por João no Jordão;

kai. fwnh. evge, neto evk tw/n ouvranw/n· su. ei= o` u`o, j mou o` avgaphto, j, evn soi.

euvdo, khsa,

*E uma voz ocorreu dos céus: Tu és o meu filho amado, em ti me comprazi.*⁵⁸

A oração infinitiva articulada regida de evn

É também abundante a oração temporal constituída da preposição *evn*, temporal, seguida da forma infinitiva articulada, em correspondência exata à similar hebraica integrada pela preposição **B**, prefixada ao infinitivo construto verbal. Adequado exemplo dessa fraseologia dá-o Marcos 4, 4, que é iniciado pela cláusula pretérita *kai. evge, neto - e foi / aconteceu que -*, seguida da infinitiva temporal *evn tw/ spei, rein - no semear / quando semeou*, correspondendo aquela a *yhyw* e esta a *!crzb*. Um outro exemplo dessa espécie de construção pode ser examinado em Marcos 6, 48:

kai. ei=den au.tou.j basanizome, nouj evn tw/ evlau, nein,

E, tendo-os visto atormentados no remar / quando remavam.

A oração aposiopésica

No desejo de expressar deprecação solene, promessa peremptória e negação incisiva, a forma de escrever hebréia lança mão de orações condicionais em que a apódose consta de declaração tal como: *Assim me [rei sírio Ben-Hadad] façam os deuses como lhes aprouver* (cf. I Reis 20, 10a), e a prótase começa pela conjunção *~a - se -*, contendo a condição invocada: *Se o pó de Samaria bastar para encher as mãos de todo o povo que me [rei sírio Ben-Hadad] segue* (cf. I Reis 20, 10b). Em se tratando da língua grega, esse modelo de construção truncada, com a conjunção *eiv* no lugar de *~a*, aparece,

⁵⁸ Cf. ainda 2, 23; 4, 4; 9, 3.7.26; 11, 19. Nos versículos citados, o manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro afasta-se de B; este maiúsculo, em geral, mostra a leitura *evge, neto*.

por exemplo, nas palavras (enfaticamente negativas) de Cristo, em harmonia com Marcos 8, 12:

eiv doqh, setai th/ genea/ tau, th shmei/on,

Se será dado um sinal a esta geração!

Constata-se tal ocorrência nas diversas tradições manuscritas do Novo Testamento grego, excetuando-se o *códice grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (manuscrito 2437)*. O copista responsável por este documento redigiu a oração da seguinte maneira:

ouv doqh, setai th/ genea/ tau, th shmei/on,

*Não será dado um sinal a esta geração.*⁵⁹

O pronome redundante

Aparecem sentenças no Evangelho de acordo com Marcos em que, usada a forma do pronome relativo, segue-se-lhe a inflexão de *auvto*, *j*, tautológica, em exata correspondência à fraseologia hebraica semelhante em que a partícula relativa indeclinável *rva* - *que* - vem completada do vocábulo provido do sufixo pronominal conveniente ao sentido. Observa-se esse modismo, por exemplo, em 7, 25, na oração: *h-j ei=cen to. quga, trion*⁶⁰ *auvth/j pneu/ma avka, qarton*, literalmente: *da qual tinha a filhinha dela um espírito imundo*, onde ao relativo *h-j* - *da qual* - apende-se, repetitivo, o pronome pessoal *auvth/j* - *dela* -, à maneira da construção aramaica paralela. Um outro exemplo se faz presente em Marcos 1, 7b:

ou[ouvk eivmi. i`kano.j lu/sai to.n i`ma, nta tw/h u`podhma, twn auvtou/,

Do qual não sou digno de desatar as correias das suas alparcas.

⁵⁹ Aqui a Vulgata concorda com o código grego da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Non dabitur generationi istí signum.*

⁶⁰ Cf. o comentário da nota 9.

O pronome proléptico

A exemplo do aramaico, às vezes, por questão de ênfase, um pronome vem colocado antecipadamente nas orações. Lê-se esse emprego, por exemplo, nos trechos abaixo:

auvtw/ tw/ daimonizwme, nw,

A ele, ao endemoninhado (cf. 5, 16);

evn th/ do, xh tou/ patro.j auvtou/ meta. tw/n avgge, lwn tw/n a`gi, wn,

Na glória do Pai dele (do seu Pai) e dos santos anjos (cf. 8, 38).

O verbo e o complemento cognato

O modelo de construção, raro no aramaico e usado em Marcos, particularmente, nas sentenças proferidas por Jesus (talvez por influência da Septuaginta), é aquele em que a inflexão verbal aparece modificada por termo cognato ou afim. Atente-se para tais casos em:

4, 12 - i[na ble, pontej ble, pwsin kai. mh. iv, dwsin, kai. avkou, ontej avkou, wsin kai. mh.

suniw/sin,

Para que, olhando, olhem e não vejam; e ouvindo, ouçam e não entendam;

4, 41 - kai. evfobh, qhsan fo, bon me, gan,

E temeram com grande temor;

5, 42 - kai. evxe, sthsan euvqe, wj evksta, sei mega, lh,

E ficaram, de pronto, profundamente assombrados.

O distributivo repeticional

Típica da fraseologia hebraico-aramaica a refletir-se na Septuaginta e a ocorrer, por vezes, em textos neotestamentários, é a repetição do substantivo ou numeral, por vezes, preposicionados (avna, ou kata,) em acepção distributiva.

Vê-se tal distributivo repeticional nos textos de Marcos que seguem: *du, o du, o - de dois em dois* (cf. 6, 7), *sumpo, sia sumpo, sai - de grupos em grupos de convivas* (cf. 6, 39), *prasiai. prasiai. - aos blocos, em magotes* (cf. 6, 40) e *ei-j kata. (kaq v) ei-j - um a um* (cf. 14, 19).

Diante do que se expôs, conclui-se: ainda que os debates sobre um original aramaico do Evangelho segundo Marcos perdurem até nossos dias, mostram-se incontestáveis as evidências de que suas sentenças e muitas de suas narrativas, na pior das hipóteses, moveram-se num ambiente de tradição semita. Essa é uma dedução de importância capital porquanto aponta para o inestimável valor histórico do livro. Aqui se deve também chamar a atenção para a inegável importância da *Crítica Textual do Novo Testamento Grego* no estudo e nas pesquisas desses aramaísmos / semitismos.

BIBLIOGRAFIA

ALAND, K., ALAND, B. *Der Text des Neuen Testaments – Einführung in die wissenschaftlichen Ausgaben sowie in Theorie und Praxis der modernen Textkritik*. 2. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1989.

——— *et al.* (Hg.). *Novum Testamentum Graece et Latine*. 27. Aufl. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1993. (**Nestle-Aland**²⁷).

BACHMANN, H., SLABY, W. A. *Konkordanz zum Novum Testamentum Graece*. 3. Aufl. Berlin: Walter de Gruyter, 1987.

BAUER, W., ALAND, K., ALAND, B. (Hg.). *Griechisch-deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der frühlichen Literatur*. 6. Aufl. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1988.

BLACK, M. *An Aramaic Approach to the Gospels and Acts*. 3. ed. Peabody: Hendrickson, 1967.

BLASS, F., DEBRUNNER, A., REHKOPF, F. *Grammatik des neutestamentlichen Griechisch*. 17. Aufl. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1990.

LAGRANGE, M-J. *Évangile selon Saint Marc*. 5^e ed. Paris: J. Gabalda et C^{ie} Éditeurs, 1947.

LETTINGA, J. P. *Grammaire de l'Hébreu Biblique*. Leiden: E. J. Brill, 1980.

METZGER, B. M. *The Text of the New Testament - Its Transmission, Corruption, and Restoration*. 3. ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.

MOULTON J. H. & HOWARD, W. F. *A Grammar of New Testament Greek*. 3. ed. v. 2. Edinburgh: T & T Clark, 1929.

PAMPHILUS, E. *The Ecclesiastical History*. Transl. Christian Frederick Cruse. Grand Rapids: Baker Book House, 1989.

ROSENTHAL, F. *A Grammar of Biblical Aramaic*. Wiesbaden: Harrassowitz, 1983.

SWETE, H. B. *The Gospel according to St. Mark*. 3. ed. London: Macmillan, 1927.

ZERWICK, M. *Biblical Greek Illustrated by Examples*. Roma: Editrice Pontificio Istituto Biblico, 1963.

A REPETIÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Carlos Alberto Gonçalves Lopes (UNEB)

RESUMO

Este ensaio consiste numa sistematização e discussão dos mecanismos de repetição encontrados na língua portuguesa a partir da análise do “Sermão da Primeira Sexta-feira da Quaresma” do Padre Antônio Vieira e parte do pressuposto de que a repetição, longe de ser um defeito de expressão, é um recurso lingüístico riquíssimo e muito útil para a expressão não só dos nossos pensamentos como também dos nossos sentimentos.

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa; estilística; semântica.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa constitui-se num trabalho teórico e prático que tem por propósito examinar o fenômeno da repetição na língua portuguesa, tomando como *corpus* o *Sermão da Primeira Sexta-feira da Quaresma* do Padre Antônio Vieira, além de propor uma sistematização teórica desse importante mecanismo lingüístico, seguindo de perto as recentes pesquisas realizadas por eminentes estudiosos da língua portuguesa.

Motivaram-na o estudo que realizamos de Lingüística Textual no curso homônimo ministrado pela Profª Ingedore V. Koch no módulo I, da disciplina SEMINÁRIOS AVANÇADOS II, do Curso de Doutorado em Letras da UFBA, através do qual constatamos que muitos casos de repetição nada mais são do que intensificadores por extensão do tipo construções sintagmáticas enfáticas.

Para a fixação do *corpus* utilizado na aplicação dos pressupostos teóricos desenvolvidos nos três primeiros capítulos deste trabalho monográfico, optamos pelo sermão supracitado inserido no volume dois da coleção *Obras Completas*, do Padre Antônio Vieira, editada pela Lello & Irmão, por considerarmos uma boa edição em termos de fidedignidade textual; e, para uma melhor apreciação, fizemos uma atualização ortográfica dos textos transcritos, de forma que, nas citações, nos limitaremos apenas a informar a página da qual foi extraído o texto citado.

Inicialmente, faremos uma breve exposição teórica sobre os mecanismos repetitivos para, no final, aplicarmos, a teoria exposta, no *corpus*.

É claro que não desejamos, aqui, esgotar o tema, por se tratar de um trabalho de fim de curso. Sendo assim, o que se almeja, *a priori*, é realizar apenas um modesto ensaio e, quem sabe, ensaiando os primeiros passos, projetar para o futuro uma investigação mais arrojada e abrangente acerca desse palpitante tema.

Como se constatará, o mérito desta monografia não está no tema inusitado mas principalmente em ousar oferecer uma modesta contribuição ao estudo da repetição em português.

Finalmente, esclarecemos que, para evitar sobrecarregar a página com notas de rodapé, optamos pela solução prática de indicar a fonte das citações no próprio corpo do ensaio, mediante o recurso da transcrição, entre parênteses, do sobrenome do autor em caixa alta (que remete para a bibliografia) seguido do ano de publicação da obra e da página onde se encontra o trecho transcrito, salvo exceções.

A REPETIÇÃO

Por repetição pode-se entender desde uma simples tautologia até uma reiteração fonológica. Daí a importância da definição desse termo como pré-requisito para os estudos que serão feitos posteriormente.

MURCUSCHI (1992: 6), tratando deste assunto, define a repetição dizendo ser ela a "produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito do um mesmo evento comunicativo", não importando aí o tamanho do segmento repetido ou se o que se repete é o mesmo conteúdo, a mesma forma ou ambos.

Convém, todavia, observar para o fato de que a posição de MARCUSCHI (1992) sobre a noção de repetição aplica-se à conversação, embora não fique excluída sua validade, *mutatis mutandis*, pare a modalidade escrita da língua. Outrossim, delimitando aquilo que se pode considerar como sendo repetição, ele exclui do rol das repetições a reiteração de elementos funcionais isolados tais como pro-

nomes, posições, conjunções, artigos ou verbos de ligação, assim como as hesitações, os marcadores conversacionais frequentes na conservação e alguns casos de paráfrase que seriam, mais propriamente, estratégias de reformulação textual, considerações estas a respeito das quais não partilhamos, porque, dessa forma, teríamos que excluir o polissíndeto da relação das variedades reiterativas, quando se sabe muito bem que a repetição da conjunção aditiva pode resultar em efeito retórico incontestável, como se pode constatar no seguinte exemplo: "*E sobe e desce e torna a subir e torna a descer e se estrebucha no chão*".

Em síntese, pelo que pudemos aprender a respeito, reconhecemos que a repetição nada mais é do que a recorrência intencional, com ou sem variações, de unidades lingüísticas formais, ou semânticas, num determinado enunciado.

Por conseguinte, podemos dizer, então, que a identidade da repetição está na natureza do elemento repetido e na intencionalidade de quem repete, assuntos estes que serão desenvolvidos nos próximos capítulos.

CLASSIFICAÇÃO DA REPETIÇÃO

Sobre a classificação da repetição há divergências e convergências. Aqui, limitar-nos-emos em dar uma sucinta visão panorâmica da teoria exposta por alguns estudiosos do assunto, para concluir apresentando a nossa proposta.

Começemos com RAMOS (1933), que não apresenta uma classificação formal por se limitar a mencionar apenas tipos de funções, já que opta por desenvolver uma tipologia repetitiva centrada na função comunicativa preocupada com a facilitação da compreensão do destinatário.

Bessa neto (1991) oferece uma classificação formal da repetição semelhante a de MARCUSCHI (1992), mas o seu trabalho se concentrou na repetição lexical, apenas.

MARCUSCHI (1992) opta por uma classificação que consideramos ser a melhor dentre as mencionadas neste estudo, apesar de ter restringido um critério que julgamos importante exatamente por

ser o responsável por variados efeitos estilísticos, dentre outros, que é o da distribuição dos elementos repetidos no enunciado.

Distribucionalmente falando, ele se refere apenas à repetição por *contigüidade*, *proximidade* e *distância*, enquanto a Retórica se esmera numa classificação muito detalhada. Outrossim, o mesmo autor inclui no seu quadro classificatório a *auto-repetição* (em que a matriz e a repetição são produzidas pelo mesmo falante) e a *heteror-repetição* (em que a matriz e a repetição são produzidas por falantes diversos), detalhe este peculiar à conversação, ou melhor, à língua falada.

Seguindo de perto a tradição e as experiências recentes de uns e de outros, sem a pretensão de dar a última palavra a respeito deste assunto, apresentamos o seguinte quadro classificatório da repetição, que servirá de base para os estudos subseqüentes.

REPETIÇÃO FONOLÓGICA

Monofonemática

- a) *Sibilância* (consoante /s/ aleatoriamente): *asfaltos vastos*.
- b) *Aliteração* (consoante inicial ou não): *o rato roeu a roupa*.
- c) *Assonância* (vogal em sílaba tônica): *casa de prata*.

Plurifonemática

- a) *Amplificação* (juntos e depois separados): *prata partida*.
- b) *Redução* (separados e depois juntos): *diários dramáticos*.
- c) *Quiasmo* (duas consoantes em X): *refém teu rancor*. (r - t / t - r)
- d) *Acróstico* (várias consoantes invertidas): *d - r - s / s - r - d*.
- e) *Coliteração* (consoantes homorgânicas): *morreu de tristeza*.

REPETIÇÃO MORFOLÓGICA:

- a) *Homeoteleuto* (final de palavras próximas): *capitão Salomão*.
- b) *Rima* (final de palavras simetricamente dispostas).
- c) *Parequema* (fim e início de palavras contíguas): *roupa parda*.

REPETIÇÃO LEXICAL/SINTAGMÁTICA (literal ou com variação)

***Monolexical* (ou *monossintagmática*) *intra-oracional*:**

- a) *Reduplicação* (repetição contígua).
- b) *Derivação* (repetição contígua com variação).
- c) *Diácope* (repetição com intercalação de uma palavra).
- d) *Epanalepse* (repetição da lexia inicial da oração no fim dela).

***Monolexical* (ou *monossintagmática*) *transoracional*:**

- a) *Anáfora* (repetição no início de cada oração).
- b) *Epístrofe* (repetição no fim de cada oração).
- c) *Mesodiplose* (repetição no meio de cada oração).
- d) *Anadiplose* (repetição da lexia final de uma oração no início da oração seguinte).
- e) *Epanadiplose* (repetição da lexia inicial de uma oração no fim da oração seguinte).
- f) *Ploce* (repetição da lexia medial de uma oração no início ou fim da oração seguinte).
- g) *Epímone* (repetição aleatória).
- h) *Polissíndeto* (repetição conjuncional).

***Plurilexical* (ou *plurissintagmática*) *trnsoracional*:**

a) *Símiploce* (lexia inicial e final de uma oração, repetida na mesma ordem nas demais orações).

b) *Antimetábole* (lexia inicial e final de uma oração, repetidas em sentido inverso na oração seguinte).

c) *Concatenação* (lexia final de cada oração, repetida no início da oração seguinte, em cadeia).

d) *Epânodo* (duas lexias contíguas, A e B, de uma oração, repetidas nas seguintes; a A, na 2ª oração e a B, na 3ª oração).

REPETIÇÃO ORACIONAL

(literal ou com variação):

a) *Palilogia* (repetição integral sem intercalação).

b) *Ritornelo* (repetição integral com intercalação).

c) *Epanástrofe* (repetição integral com inversão da ordem das palavras)

REPETIÇÃO ESTRUTURAL

a) Paralelismo (repetição de estruturas oracionais preenchidas com itens lexicais diferentes).

REPETIÇÃO SEMÂNTICA

a) *Sinonímia* (repetição do mesmo sentido com palavras formalmente diferentes).

b) *Parassinonímia* (repetição de sentido aproximado com palavras formalmente diferentes).

c) *Paráfrase* (repetição do mesmo sentido com textos formalmente diferentes).

d) *Pleonasmo* (repetição tautológica da significação de vocábulos ou termos oracionais com propósito retórico).

FUNÇÕES DA REPETIÇÃO

Refletindo sobre as funções da repetição, notamos, a princípio, que, muito mais do que o resultado de uma simples hesitação ou uma indesejável disfluência, ela pode funcionar como um notável recurso poético, razão pela qual foi literariamente valorizada.

Por meio da repetição, os vocábulos adquirem um forte efeito sugestivo e são carregados de uma força emocional, estimulativa e semântica bem acentuada, porque ela resulta na multiplicação, ou melhor, na amplificação do signo lingüístico.

Na criação da linguagem poética a repetição tem uma importância que não passou despercebida a renomados escritores, dentre os quais destacamos João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Rui Barbosa e o Pe. Antônio Vieira; este último, de forma magistral, a ponto de, apenas no sermão objeto de análise neste ensaio, termos encontrado mais de sessenta repetições e dezessete variações delas. É que, através da repetição, conforme muito bem notou GUERRA DA CAL (1969: 244), "podemos ver as mais cotidianas e simples palavras da língua ganharem uma intensa carga poética e converterem-se de imediato em focos de irradiação lírica, em agentes de poetização do estilo".

Aristóteles foi, talvez, o primeiro estudioso a tratar da repetição. Para ele, a repetição nada mais era do que um recurso oratório. Por outro lado, consultando CÍCERON (1930: 85-86), constatamos que ele reconhece serem as figuras de palavra (dentre as quais inclui a repetição) uma arma útil pela sua ameaça, por seus golpes, e agrada em consequência da maneira particular pela qual é manejada. Para ele,

la répétition d'un mot a parfois de la force, ailleurs du charme; de même rapprocher des mots qui offrent entre eux de légères différences dans les lettres ou dans la flexion; reprendre plusieurs fois à la fin de membres de phrases; user du retour vif et animé mêmes mots; rattacher à un seul mot plusieurs fois le même mot avec ce que j'appellerai des nuances de sens différentes; placer le même mot à la fin d'un membre de phrase et au début du suivant; employer soit des termes qui ont même désinence casuelle ou même terminaison, soit des membres de phrases symétriques ou de même longueur.

Na literatura portuguesa, é no Trovadorismo que vamos encontrar a repetição como uma característica peculiar à poesia trovadoresca medieval, mediante o recurso do *paralelismo*, artifício ex-

pressivo caracterizado por um refinado sistema de repetições. A poesia moderna, por sua vez, encontrou na repetição uma força dinamizadora do discurso, assim como um meio para dizer o indizível. Já, nos cânticos cívicos e sacros, a repetição de versos e estrofes é algo muito comum e tem um efeito expressivo muito grande, por imprimir na mente do indivíduo o conteúdo da mensagem que expressa.

Estudando a repetição, pode-se observar facilmente que o seu objetivo é o de ativar a imaginação, sustentar uma idéia ou pensamento por um determinado tempo, imprimir uma imagem na mente mediante o martelar constante de determinadas palavras ou frases e até, conforme o caso, persuadir o receptor da mensagem, envolvendo-o emocionalmente.

É importante observar ainda que a repetição não é inócua, isto é, a palavra que se repete não é exatamente igual à primeira palavra da série reiterativa. Não fosse assim, a repetição num discurso político, por exemplo, não seria uma fórmula patética, não comoveria ninguém. O certo é que a segunda palavra repetida tem uma carga afetiva que contribui inclusive para modificar a prosódia do vocábulo, sendo pronunciada com mais altura e ênfase. Seguindo essa linha de pensamento, BOUSOÑO (1956: 120-121), tomando como exemplo a frase "Antônio é *pobre, pobre, pobre, pobre*", diz que o último enunciado do vocábulo *pobre* não tem o mesmo significado do primeiro, pois, "al repetirse, la significación asciende hasta un grado rigurosamente superlativo, cuya intensidad desdobra a la del propio calificativo *pobrísim*o". E explica que assim se verifica porque o primeiro adjetivo destila, no segundo, boa parte de seu conteúdo; e este, já enriquecido, golpeia, por sua vez, com todo o seu volume aumentado, o terceiro, ao qual insufla mais ainda o seu caudal de qualificação. Assim, "al terminar la serie, el adjetivo postrero se halla denso, pletórico de sustancia heredada". Acrescenta depois que "lo que acabamos de mostrar para el adjetivo vale para toda palabra", pois se alguém diz que, do alto, vê *flores, flores, flores, flores*, o sintagma já nao se refere vagamente a *flores*, "sino concretamente a una gran cantidad de ellas, a un inmenso *jardin*. Llegaremos a deducir de este modo, que toda reiteración posee virtudes intensificadoras del significado".

Em outro ponto, BOUSOÑO (1956: 206) volta a tratar da reiteração dizendo que a intensificação obtida ao se repetir a palavra é

individualizadora, isto é, tem a particularidade de modificar a língua, dando-lhe fins poéticos. Para ele, a repetição gera um substituinte, ou seja, o elemento que vai atuar na modificação da língua, pois "sin *sustituición*, no hay poesía, aunque a veces los procedimientos se disimulan de muy variadas formas y parezcan no existir”.

Pelo exposto, portanto, não há dúvida de que não são exatamente idênticos os significantes e os significados de uma cadeia repetitiva. Do contrário, a reiteração perderia sua função poética e deixaria de ser expressiva para se tornar num mero vício tautológico. Se digo, por exemplo, “O menino *rola rola rola*”, o primeiro vocábulo da série reiterativa comunica normalmente o ato de rolar, isto é, dar voltas em torno de si; o segundo vocábulo, dito noutra entoação e movimento, acrescenta logo ao primeiro uma carga afetiva bem mais intensa; por último, no terceiro vocábulo, tanto a informação lingüística quanto o traço afetivo são levados ao máximo na cadeia, quase superlativo, traduzindo intensamente a ação de quem está girando em torno de si num movimento ininterrupto e muito rápido, marcado pela ausência de vírgula entre os elementos da série reiterativa.

Mais recentemente, pesquisando acerca da repetição, RAMOS (1983) destaca a função de *auxílio à compreensão* como sendo a principal função repetitiva; BESSA NETO (1991), por sua vez, destaca o *fator de conexão* como o preponderante nas repetições por ela analisadas; e MARCUSCHI (1992: 113), diz que, no texto, a repetição tem *função coesiva* (por seqüenciação e/ou referenciação) e *formativa* (por reconstrução de estrutura, correção, expansão, parentização ou retomada, enquadramento ou destaque), enquanto que, no discurso, tem *função de auxílio à compreensão* (por intensificação, reforço, esclarecimento), *de organização do tópico discursivo* (por amarração intermitente, reintrodução de tópico, delimitação de episódios, atualização de cena), *de argumentação* (por reafirmação, contraste, contestação), e *de promoção da interação* (por monitoração da tomada de turno, ratificação do papel de ouvinte, criação de humor/ironia, incorporação e responsividade).

Quanto à classificação de MARCUSCHI (1992: 113), discordamos de sua proposta de inserção da intensificação e do reforço dentre as funções de auxílio à compreensão, por serem a intensificação e o auxílio à compreensão (esclarecimento) realidades semânti-

cas distintas, além do fato de, ao se intensificar uma noção, não se visar, necessariamente, esclarecer, como é o caso das intensificações resultantes do estado emotivo do emissor. Portanto, o melhor seria desdobrar a função de auxílio à compreensão nas funções de intensificação (dentro da qual se poderia inserir o reforço) e de elucidação (ou esclarecimento). Por outro lado, preferimos a nomenclatura *função persuasiva* no lugar de *função argumentativa*, uma vez que a argumentação é o meio e não o fim, isto é, argumenta-se para persuadir e não vice-versa.

Por último, KOCH (1997) diz que a repetição se destaca por sua natureza retórica, tendo em vista a sua função proeminentemente persuasiva. Outrossim, acrescenta que a repetição serve também para se ganhar tempo no processamento da mensagem falada (quando se gagueja repetindo ou se repete gaguejando).

Enfim, aproveitando contribuições diversas a com base na exposição que acabamos de fazer, podemos afirmar que as funções da repetição, resumidamente, seriam as seguintes:

1 FUNÇÃO TEXTUAL

- a) coesiva.
- b) formulativa.

2 FUNÇÃO DISCURSIVA

- a) intensiva.
- b) elucidativa.
- c) persuasiva.
- d) poética.
- e) interacional.
- f) organizadora do tópico discursivo.

A REPETIÇÃO
NO *SERMÃO DA 1ª SEXTA-FEIRA DA QUARESMA*.

Vários são os processos lingüísticos empregados pelo emissor para expressar a emoção e atuar persuasivamente sobre o receptor. A escolha que se faz de algumas dentre as várias opções cabíveis é o que vai determinar o estilo do autor e até mesmo o estilo de época, em se tratando de uma obra literária.

Importa-nos fazer uma aplicação da teoria, exposta nesta monografia, no *Sermão da 1ª Sexta-feira da Quaresma*, com o objetivo de mostrar como a repetição serve para estabelecer a coesão textual, intensificar o discurso e, principalmente, persuadir.

Não há, no sermão mencionado, todos os casos de repetição vistos na classificação dada anteriormente, de forma que, nesta parte do trabalho, serão analisados e interpretados apenas os tipos de repetição encontrados nele.

Começando pela REPETIÇÃO LEXICAL/SINTAGMÁTICA MONOLEXICAL (ou MONOSSINTAGMÁTICA) INTRARACIONAL, constatamos a existência dos seguintes casos:

- (1) “Mas com estarem tão declaradas, e porventura encarecidas, eu espero *mostrar* e *demonstrar*, que não só não é tão dificultoso como parece, o amor aos inimigos, senão muito fácil e natural ao homem, e tanto mais, quanto for mais homem.” (p. 315)
- (2) “Se o ter inimigos é *tentação*, antes é *tentação* de vaidade, que de vingança.” (p. 315)

No exemplo (1), temos derivação, com função intensiva, ao amplificar a noção semântica expressa no verbo *mostrar*, enquanto que, em (2), temos diácope, com função coesiva do tipo seqüencição, por retomar o termo *tentação* expresso anteriormente, sendo que ambos os casos, embora distintos, não deixam de desempenhar também a função persuasiva.

Prosseguindo, façamos agora uma apreciação das REPETIÇÕES LÉXICAIS/ SINTAGMÁTICAS MONOLEXICAS (ou MONOSSINTAGMÁTICAS) TRANSORACIONAIS encontradas, dentre as quais se destacam as anáforas, por serem, juntamente com o paralelismo, o tipo de repetição mais encontrado no sermão do Pe. Antônio Vieira, a ponto de, sozinhas, responderem por um terço das

repetições fichadas:

- (3) “Negar ou desprezar a dificuldade, *não é arte, nem valor, nem razão.*” (p. 311)
- (4) “*Difícultoso* preceito! *Difícultoso* motivo! *Difícultoso* exemplo!” (p. 311)
- (5) “Temos posto em campo contra a verdade e a equidade deste famoso preceito, divididos em três esquadrões, porém unidos no mesmo parecer, *debaixo* da bandeira da lei da natureza, os gentios; *debaixo* das Táboas da lei escrita, os judeus; *debaixo* da cruz e lei da graça, os cristãos; em suma, o gênero humano todo.” (p. 313)
- (6) “Acende e provoca esta batalha a trombeta da fama dizendo e brandando, que é honra: põe-se da parte do ódio e da vingança o mundo todo, *que assim* o manda, *que assim* o julga, *que assim* o aplaude, *que assim* o tem estabelecido por lei.” (p. 314)
- (7) “E que faz a mesma natureza toda movida e governada pelo mesmo Deus? *Vingam-se* por instinto natural as feras na terra; *vingam-se* as aves no ar; *vingam-se* os peixes no mar; *vinga-se* a mansidão dos animais domésticos; *vinga-se* e cabe ira em uma formiga, para que *neles* ofendida se doa, *neles* agravada morda, *neles* tomem satisfação da sua injúria.” (p. 315)
- (8) “O primeiro inimigo que houve neste mundo foi Lúcifer. *Ele o primeiro* traidor que se revestiu da serpente, *ele o primeiro* falsário que enganou a Eva, *ele o primeiro* ladrão e homicida, que não só roubou a Adão quanto possuía, mas até o despojou da mesma imortalidade.” (p. 316)
- (9) “E a insolência de todos estes, armados do ódio que têm ao supremo e eterno Deus, está sempre subindo e fazendo guerra ao céu, à escala vista, *com as suas* ingratidões, *com as suas* injúrias, *com as suas* afrontas, *com as suas* blasfêmias de pensamento, de palavra, de obra.” (p. 339)
- (10) “Os amigos são muito poucos, e os que se conservam sempre em sua amizade e graça, sem cair em seu ódio, raríssimos. Pelo contrário, os inimigos de Deus, e os que vivem perpetuamente em seu ódio, não têm número. *Estes* são os hereges e os cismáticos, *estes* os maometanos e os judeus, *estes* os gentios e os ateus, *estes* os apóstolos e os maus cristãos.” (p. 339)
- (11) “É verdade que Deus tem ódio a seus inimigos, mas *é um ódio que dá* largas vidas, *é um ódio que dá* imensas riquezas, *é um ódio que dá* cetros e coroas aos que não ama.” (p. 342)
- (12) “...Lázaro era aquele pobre coberto de chagas, que jazia à sua porta, morto de fome, a quem o rico avarento tantas vezes ofendia todos os dias, *quantas* se assentava à mesa, sem lhe permitir as migalhas que dela caíam, *quantas* saía ou entrava pela sua porta, *quantas* via as su-

as chagas, *quantas* ouvia os seus gemidos, e *quantas* sabia que os seus cães lhe lambiam as feridas.” (p. 345)

O que caracteriza as anáforas transcritas acima é a repetição periódica, no início de cada segmento, de uma palavra ou sintagma geradores de uma isotopia intensiva que contamina o texto todo, de modo a produzir um efeito extraordinário de persuasão e, por que não dizer, de comoção, sobre o receptor da mensagem sermonística, efeito este acentuado em virtude de haver também, simultaneamente, repetição estrutural (paralelismo) reforçadora da intensificação. Outrossim, os elementos repetidos desempenham a função coesiva seqüencial e, no caso dos exemplos (6), (7), (8), (10) e (11), também referencial. De fato; no (6), o pronome *o* nos remete para *o mundo todo*; no (7), *neles* nos remete para *átomos*; no (8), *ele* nos remete para *Lúcifer*; no (10), *estes* nos remete para *inimigos de Deus*; e no (11), *um ódio que dá*, nos remete para *o ódio que Deus tem*. Isso tudo evidencia que, ao promover a coesão, a repetição contribui não só para a amarração do texto como também para clarificá-lo.

Notamos ainda, nos mecanismos anafóricos analisados, o desempenho da função formulativa, na medida em que a repetição favorece a expansão do texto e, dessa forma, não deixa de servir também para a amplificação de uma noção semântica anteriormente expressa, como é o caso do exemplo (3) em que, após dizer que “Negar ou desprezar a dificuldade não é arte”, se acrescenta “*nem valor, nem razão*”, num desdobramento que, teoricamente, poderia se expandir indefinidamente.

Prosseguindo a análise, vejamos agora três tipos de repetição lexical monolexical transoracional, encontrados numa frequência muito baixa no sermão do Pe. Antônio Vieira, os quais, seguindo a ordem de transcrição abaixo, seriam a epístrofe, a mesodiplose e a epímone:

- (13) “A vista diz que vê *pão*, o olfato que cheira *pão*, o gosto que gosta *pão*, o tato que apalpa *pão*, e até o ouvido quando se parte a hóstia, que ouve *pão*; e eu rindo-me dos meus próprios sentidos, e do testemunho conteste de todos cinco, creio que ali não há substância de *pão*, (...)” (p. 330)
- (14) “É possível (diz a razão revestida em cada um de nós nela), é possível que haja eu de amar a *quem* me aborrece; desejar bem a *quem* me faz todo o mal que pode; honrar a *quem* me calunia; interceder por *quem* me persegue; e não me desafrontar de *quem* afronta?” (p. 314)

- (15) “ (...) porque para amar basta a vontade, para fazer *bem*, é necessário ter com que o fazer. E se eu acaso for tão pobre e miserável que não tenha *bem* algum; como posso fazer *bem* a meus inimigos? Enganai-vos. Ninguém tem inimigos, que lhes não possa fazer *bem*; porque quem não tem *bens*, não tem inimigos. Tendes inimigos? Pois algum *bem* tendes vós, porque eles vos querem mal. E porque esta suposição universalmente é certa, por isso Cristo manda a todos os que tiverem inimigos, que não só os amem, senão que lhes façam *bem*: (...). Quem tem *bens*, assim como é certo que há de ter inimigos, assim é certo que pode fazer *bem*.” (p. 316)

Nota-se nos exemplos supracitados a recorrência dos itens lexicais (*pão*, *quem*, *bem/bens*) promotores da coesão textual, sendo que, no item (14), além da mesodiplose, temos anáfora de “é possível”, que desempenha uma função formulativa (por parentetização).

A diferença entre eles ocorre, sobretudo, no fato de, em (13), termos uma repetição do substantivo *pão*, no fim dos segmentos, com efeito persuasivo de insistência, de reafirmação; em (14) há insistência também, do pronome *quem*, responsável pela coesão referencial, com destaque para o objeto do amor; e, em (15), há repetição aleatória de *bem/bens* que, em virtude de se tratar de um vocábulo polissêmico (podendo significar tanto “caridade” quanto “posses” e de possuir um plural heterossêmico, Vieira consegue, através desse jogo contrastivo/opositivo, não só argumentar com eficácia como também obter um excelente efeito estético.

Voltando-nos agora para a apreciação da repetição LEXICAL / SINTAGMÁTICA PLURILEXICAL (ou PLURISSINTAGMÁTICA) TRANSORACIONAL, vejamos os dois casos encontrados; sendo, o primeiro, uma símploce; e, o segundo, uma antimetábole:

- (16) “*Creio que o Padre é Deus, creio que o Filho é Deus, creio que o Espírito Santo é Deus*, e crendo juntamente que estas três pessoas são realmente distintas, creio outra vez, e mil vezes, que a Pessoa do Padre Deus, e a Pessoa do Filho Deus, e a Pessoa do Espírito Santo Deus, não são três Deuses, senão um só Deus.” (p. 329)
- (17) “*A imitação* há de ser tão parecida ao *exemplo*, e o *exemplo* tão semelhante à *imitação*, como a idéia e o ideado, o original e a cópia, a representação e a coisa representada.” (p. 334)

Como se pode notar, aqui a repetição está a serviço da coesão seqüencial reforçada pelo paralelismo sintático, diferindo a símploce da antimetábole pelo fato de que, enquanto na símploce se destaca a

insistência do elemento repetido numa mesma ordem (*creio que*, no início, e *é Deus*, no final de cada oração) com objetivos persuasivos; na antimetábole o que chama a atenção é o contraste, também com objetivos persuasivos, pela disposição em X dos elementos repetidos (*a imitação – o exemplo / o exemplo – a imitação*) intensificados pela repetição semântica, já que a segunda oração é uma paráfrase da primeira.

Vejamos a seguir os três tipos de REPETIÇÃO ORACIONAL encontrados no *Sermão da 1ª Quarta-feira da Quaresma*, os quais são por ordem de entrada, a palilogia, o ritornelo e a epanástrofe:

- (18) “Não havia céu; disse Deus: *Faça-se o céu; e fez-se o céu*; não havia terra; disse Deus: *Faça-se a terra; e fez-se a terra*; estava tudo às escuras; disse Deus: *Faça-se a luz; e fez-se a luz*.” (p. 326)
- (19) “*Ama a teu inimigo*; porque amando a ele, me amas a mim; e se ele te não merece que o ames, mereço-te eu que me ames nele. *Ama a teu inimigo*; porque se ele te ofende com o seu ódio, mais te ofendes tu com o teu: o teu te mete no inferno, e o seu não. *Ama o teu inimigo*; porque amigos já os não há, e se não amares os inimigos, estará ociosa a tua vontade, que é a mais nobre potência, e privarás o teu coração do exercício mais natural, mais doce e mais suave, que é o amor. *Ama a teu inimigo*; porque o não ajudes contra ti, e tenhas dois inimigos, um que te queira mal, e outro que te faça o maior de todos. *Ama a teu inimigo*; porque se ele o faz com razão, deves emendar-te; e se contra razão, emendá-lo. *Ama a teu inimigo*; porque se o seu ódio vil é filho da inveja, mostre o teu amor generoso, que por isso não é digno de vingança, senão de compaixão. *Ama a teu inimigo*; porque ou ele é executor da Divina Justiça para castigar a tua soberba, ou ministro da sua Providência, para exercitar a tua paciência, e coroar a tua constância. *Ama a teu inimigo*; porque Deus perdoa a quem perdoa, e mais nos perdoa ele na menor ofensa, do que nós ao ódio de todo o mundo nos maiores agravos. *Ama a teu inimigo*; porque as setas do seu ódio, se as recebes com outro ódio, são de ferro, e se lhes respondes com amor são de ouro. *Ama a teu inimigo*; porque melhor é a paz que a guerra; e nesta guerra a vitória é fraqueza, e o ficar vencido, triunfo. *Ama a teu inimigo*; porque ele em te querer mal imita o demônio; e tu em lhe querer bem pareces-te com Deus. *Ama a teu inimigo*; porque esse mesmo inimigo, se bem o consideras, é mais verdadeiro amigo teu, que os teus amigos: ele estranha e condena os teus defeitos, e eles os adulam, e lisongeiam. *Ama a teu inimigo*; porque se o não queres amar porque é inimigo, deve-lo amar, porque é homem. *Ama a teu inimigo*; porque se ele te parece mal, amando-o tu, não serás como ele. *Ama a teu inimigo*; porque as maiores inimizades cura-as o tempo, e melhor é que seja o médico a razão, que o esquecimento. *Ama a teu inimigo*; porque os mais empenhados

inimigos dão-se as mãos, se o manda o rei; e o que se faz sem descrédito, porque o manda o rei, porque se não fará, porque o manda Deus? Finalmente, sem subir tão alto, *ama a teu inimigo*; porque ou ele é mais poderoso que tu, ou menos: se é menos poderoso, perdoa-lhe a ele, se é mais poderoso, perdoa-te a ti.” (p. 324)

- (20) “Mudou-se Deus? Mudou-se Moisés? Ou *são os mesmos? Os mesmos são*, não se mudaram: mas estes são os ódios de Deus, e estes os amores dos homens.” (p. 337)

Em (18) há repetição com variação flexional das orações “Faça-se o céu” e “Faça-se a terra”, com força retórica resultante dessas reafirmações (“e fez-se o céu”, “e fez-se a terra”) acentuada pelo paralelismo sintático com função coesiva seqüencial.

Em (19), algo semelhante ocorre, só que aqui o refrão "*Ama a teu inimigo*", repetido dezessete vezes, num martelar constante, intercalado pela inserção de orações causais veiculadoras de poderosos recursos persuasivos, resulta num efeito retórico ímpar, além de responder pela coesão seqüencial que amarra os elementos constituintes do texto.

Em (20), todavia, a repetição em X tem função contrastiva, de destaque e de intensificação, por reafirmar a noção expressa na oração “*São os mesmos*”, repetindo-a invertendo os seus termos (“*Os mesmos são*”).

Quanto à REPETIÇÃO ESTRUTURAL manifestada através do paralelismo sintático, este é um recurso reiterativo preponderante no sermão estudado, vindo quase sempre associado com outros tipos de repetição, como pudemos verificar nos casos comentados até aqui, aos quais acrescentamos os seguintes:

- (21) “Salta o coração, bate o peito, murcham-se as cores, chamejam os olhos, desfazem-se os dentes, escuma a boca, morde-se a língua, arde a cólera, ferve o sangue, fumegam os espíritos; os pés, as mãos, os braços, tudo é ira, tudo fogo, tudo veneno.” (p. 314)
- (22) “Nem Saul havia de aborrecer a Davi se não fora mais valente; nem Abimaleque a Isaque, se não fora mais rico; nem os Sátrapas a Daniel, se não fora mais sábio.” (p. 317)
- (23) “Se nasce o seu sol, para todos nasce; se desce a sua chuva, para todos desce.” (p. 338)

Em (21), o paralelismo resultante da recorrência da mesma estrutura sintática das dez orações iniciais (*Salta o coração, bate o pei-*

to, *murcham-se as cores, chamejam os olhos, desfazem-se os dentes, escuma a boca, morde-se a língua, arde a cólera, ferve o sangue, fumegam os espíritos*) preenchidas com itens lexicais diferentes seguido de outro paralelismo resultante do desdobramento de um termo da última oração da série (*fumegam os espíritos; os pés; as mãos; os braços*) e do paralelismo das três orações finais do período (*tudo é ira, tudo fogo, tudo veneno*), responde pela coesão e pela expansão do texto, *ad infinitum*, teoricamente falando, sem falar na força argumentativa sem igual que tal recurso proporciona. Outrossim, a dinamicidade expressa pelos verbos das orações paralelas, reforçada pelo paralelismo sintático, resulta numa extraordinária construção poética.

Quanto aos outros casos, ressaltamos o efeito contrastivo em (22) e a intensificação pela insistência da mesma noção, além da repetição de itens lexicais (*nasce, desce*), em (23).

Vale observar que o abuso do paralelismo em Vieira pode dar a impressão de um certo artificialismo retórico mas, segundo MARTINS (1989: 181), "não se pode negar que ele constitui um processo de ordenação harmonioso, elegante e claro das idéias".

Finalmente, voltando as nossas atenções para a REPETIÇÃO SEMÂNTICA, vejamos como ela acontece, respectivamente, na parassinonímia e na paráfrase:

- (24) "Infinitas são as razões e motivos que o Senhor pudera dar para persuadir o que mandava. Ama a teu inimigo (pudera dizer) para que ele também te ame; porque não há *modo*, nem *meio*, nem *diligência*, nem *feitiço* mais eficaz para ser amado, que amar." (p. 324)
- (25) "Que melhor é para os homens, e mais útil, *Deus irado, que o homem propício; Deus com ódio; que o homem com amor.*" (p. 337)

Em (24) há recorrência de sentido mediante itens lexicais distintos (*modo, meio, diligência, feitiço*) mas veiculadores de conteúdos semânticos análogos com efeito intensivo e persuasivo, resultante da reafirmação de uma mesma noção com o propósito de se fixar, na mente do receptor da mensagem evangélica, um princípio para ser seguido pelos fiéis; enquanto que, em (25), algo semelhante acontece, com destaque para o efeito contrastivo da paráfrase (*Deus com ódio; que o homem com amor*).

CONCLUSÃO

Do exposto, não resta dúvida de que a repetição é um recurso lingüístico riquíssimo e muito útil para a expressão não só dos nossos pensamentos como também dos nossos sentimentos, não se constituindo, portanto, num defeito de expressão oral ou escrita, como pode parecer para alguns desavisados usuários da língua, se devidamente empregada.

Textualmente falando, ficou patente através dos vários mecanismos repetitivos estudados que, além da função formulativa, a repetição tem função coesiva incontestável, em termos de facilitar a decodificação da mensagem implícita num texto ao amarrar os elementos lingüísticos presentes na superfície textual, conforme verificamos no sermão do Pe. Antônio Vieira.

Por outro lado, discursivamente falando, a repetição vai se revelar como um recurso bastante eficaz para, comovendo e emocionando, persuadir, mediante efeitos variadíssimos conseguidos com o emprego de inúmeros processos repetitivos, alguns deles bastante eficazes na configuração de isotopias intensivas. É nesse ponto que a repetição se conflui com a intensificação, se considerarmos que em muitos casos a repetição funciona como recurso amplificador, reforçador, intensificador e modulador da linguagem, que vai variar a depender do estado emotivo do emissor, da sua intenção, e, até mesmo, do seu estilo, o que nos leva a concluir que a repetição tem mais a ver com o estilo ou com a subjetividade dos falantes do que com a gramática, com a Lógica e com a língua como uma realidade abstrata, independente dos seus usuários.

Também não podemos deixar de reconhecer que Vieira, ao usar a repetição, soube colocá-la a serviço de um gênio literário para o qual a argumentação é de fundamental importância, e saiu-se muito bem, não só por ter sido original, ao realizar construções de notável beleza artística; mas, principalmente, por ter descoberto na repetição uma estratégia lingüística poderosíssima para a fixação da mensagem salvífica do Evangelho no coração dos seus ouvintes, uma vez que o martelar constante de uma idéia, conceito ou noção, tem o efeito de penetrar fundo em nossas almas a ponto de, mesmo após ter ouvido a mensagem sermônica, as palavras do pregador continuarem ecoando em nossas consciências.

Em razão do que acabamos de afirmar é que se pode entender a preferência de Vieira pela anáfora (e pelo paralelismo como recurso reforçador da repetição anafórica) em que primeiro se lança um conceito e depois repete-o, cadenciadamente, após intervalos regulares, de forma a que esse conceito cale fundo na alma dos ouvintes, reverberando como um eco.

Finalmente, a pesquisa realizada nos conduziu ainda à certeza de que a repetição é muito mais abrangente do que se possa imaginar em termos de não se limitar apenas à reiteração de itens lexicais, por haver também repetições semânticas e estruturais, dentre outras modalidades de repetição, além de nos ter levado a reconhecer a existência de uma variada gama de funções repetitivas.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1964.

BARANOW, Ulf Gregor (Coord.) *Bibliografia indexada de dissertações e teses em Letras e Linguística defendidas em universidades brasileiras*. Recife: ANPOLL, 1990, v. 1.

BESSA NETO, Regina. *A repetição lexical em textos narrativos orais e escritos*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

BOUSOÑO, Carlos. *Teoría de la expresión poética*. Madrid: Gredos, 1956.

CASADO VELARDE, Manuel. *Introducción a la gramática del texto del español*. 2ª ed. Madrid: Arco Libros, 1995.

CÍCERON. *De L'orateur*, livre troisième. Paris: Les Belles Lettres, 1930.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

———. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.

FÁVERO, Leonor Lopes (1990). Docente da USP. *Curso de Linguística Textual*. (Anotações de Aula).

- . *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- . (). Docente do Departamento de Lingüística do IEL /UNICAMP. *Curso de Lingüística Textual*. (Anotações de Aula), 1997.
- LOPES, Carlos Alberto Gonçalves. *A Intensificação no português; o itensificador e sua expressão*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. "A repetição na língua falada e sua correlação com o tópico discursivo." Recife: UFPe, 1990 (Mimeo).
- . *A repetição na língua falada; formas e funções*. Tese para concurso de Professor Titular. Recife, UFPe, 1992.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística; a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz / Edusp, 1989.
- PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- RAMOS, Jânia Martins. *Hipótese para uma taxonomia das repetições no estilo falado*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1983.
- REHFELDT, Gládis Knak. *Monografia e tese: guia prático*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- SPINA, Segismundo. *Normas gerais para os trabalhos de grau: um brevíário para os estudantes de pós-graduação*. São Paulo: Ática, 1984.
- TAVARES, Hênio Último da Cunha. *Teoria literária*. 4ª ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1969.
- VIEIRA, Pe. Antônio. Sermão da primeira sexta-feira da Quaresma. *Sermões. In: Obras completas do Pe. Antônio Vieira*. Lello & Irmão, eds. Lisboa, Ailaud & Lellos, 1951, v. 2, p. 311-346.

TRADUÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS

Maria Aparecida Andrade Salgueiro (UERJ)

RESUMO

Enquanto que, em alguns casos, a tradução ajuda a projetar uma literatura que aos poucos, porém solidamente, vai se estruturando, em outros casos, ao projetar em língua estrangeira autoras ainda pouco conhecidas em sua língua materna, a tradução contribui também de forma marcante para colaborar com uma mais rápida revisão do cânone no país de origem das autoras. O presente trabalho pretende apresentar etapa de Pesquisa que busca contribuir com este tipo de abordagem para ampliar a discussão de temas cada vez mais recorrentes na cultura e na literatura. Aborda a recente movimentação dos estudos de Tradução em direção à área dos Estudos Culturais que se deu a partir da percepção nos últimos anos, por parte dos pesquisadores dos Estudos Culturais, dos paralelos significativos e da superposição entre esses dois campos.

Palavras Chave: Tradução; Estudos Culturais; Interdisciplinaridade

Enquanto que, em alguns casos, a tradução ajuda a projetar uma literatura que aos poucos, porém solidamente, vai se estruturando, como foi / é o caso da literatura afro-americana feminina contemporânea, que aumentou seu espaço de projeção após o Nobel de Literatura, recebido por Toni Morrison em 1993, em outros casos, ao projetar em língua estrangeira autoras ainda pouco conhecidas em sua língua materna, como é o caso das afro-brasileiras, a tradução contribui também de forma marcante para colaborar com uma mais rápida revisão do cânone no país de origem das autoras. O presente trabalho pretende apresentar etapa de Pesquisa que busca contribuir com este tipo de abordagem para ampliar a discussão de temas cada vez mais recorrentes na cultura e na literatura.

Obras como a informativa e já traduzida *Os Tradutores na História*, (DELISLE, J. e WOODSWORTH, J., 1998), de muitos autores, originários dos vários continentes, vêm contribuindo para que se dissemine a imagem dos tradutores, ao levantar algumas de suas diferentes realizações ao longo da história da civilização, muitas delas emocionantes e decisivas, tais como o desenvolvimento das línguas e literaturas nacionais, a disseminação do saber, a mediação entre povos e culturas, conquistadores e conquistados. Nesse sentido também, não podemos deixar de lembrar da obra *Gender in Transla-*

tion (SIMON, 1996), em que a autora, em trabalho extremamente original, discute preceitos feministas na teoria e na prática da Tradução. Mostra as mulheres, fundamentalmente como ativistas literárias, criadoras de novas linhas de transmissão e comunicação e como contribuintes decisivas para o debate cultural.

Na visão de teóricos contemporâneos, os textos, a leitura e a tradução se constroem de acordo com as circunstâncias, ou seja, os significados se atribuem em uma rede de diferenças e os valores se constituem como uma função produzida pelo sujeito de acordo com as convenções de uma comunidade sociocultural e assim, conseqüentemente, os textos não podem manter entre si, uma relação de oposição (original vs. tradução) nem de equivalência (original = tradução), mantendo então os textos uma relação de mútua dependência entre si.

Além disso, pesquisas e estudos das últimas décadas têm mostrado que a tradução não é apenas um processo inter-lingual, mas fundamentalmente, uma atividade inter-cultural. Tradução e Estudos Culturais seguem cada vez mais próximos nos últimos tempos. Nas representações transculturais de um tipo ou outro, a mediação é executada por tradutores e, algumas vezes, por intérpretes. Os problemas daí gerados variam de acordo com o grau de distância entre as diferenças culturais envolvidas. No que diz respeito à Afro-América, nosso objeto de estudo junto com o Afro-Brasil, no momento dos movimentos modernistas do início do século XX, mais particularmente por ocasião do movimento do Harlem Renaissance, assim como à época dos movimentos de descolonização, os tradutores foram fundamentais para a transferência e circulação de idéias da Negritude entre África, Europa e Estados Unidos, para a atividade mediadora entre o Ocidente e as línguas e as culturas africanas. Como exemplo, de formas múltiplas, no que diz respeito às populações afro-americanas, teve papel decisivo na incorporação de idéias dos intelectuais franceses nos Estados Unidos, a figura particularmente expressiva de Léon Gontran Damas. É bom lembrar que, dialeticamente, ao mesmo tempo em que a tradução provoca mudanças e possibilidades de integração, ela também possui de forma inerente um enorme potencial de promoção de conflitos sócio-culturais, ideológicos e políticos.

Dentro da vertente Tradução e Estudos Culturais, cabe lem-

brar o papel decisivo exercido hoje pelo *Centre for Translation and Comparative Cultural Studies* (CTCCS) da University of Warwick, na Inglaterra. Tendo atingido graus de excelência nas últimas avaliações da Grã-Bretanha, o Centro recebe anualmente alunos de Pós-graduação, que, com espírito crítico e fundamentação teórica, sob a supervisão de pesquisadores de ponta e de renome internacional, se disponham a investigar e avançar a investigação na área dos Estudos de Tradução, dos Estudos Comparatistas Literários e Culturais e da Literatura Colonial e Pós-Colonial de Língua Inglesa. A abordagem dada pelo Centro aos Estudos Comparatistas e de Tradução enfoca primordialmente a transferência cultural na tradução, através de estudos interdisciplinares e inter-culturais que trabalham principalmente a habilidade do tradutor em “negociar” dentro de um escopo considerável de abordagens teóricas e críticas, a agudeza de compreensão da especificidade das culturas e de suas diferenças, através de uma atenção escrupulosa a textos e exemplos variados.

È este o enfoque que queremos aqui discutir. Dentro do mundo globalizado, a velocidade de chegada e o volume de troca de informações que ocorrem a cada dia fazem com que as redes de informação transnacionais e a circulação mundial de informações, em um nível jamais visto anteriormente na História, sejam traços constituintes da modernidade global. Metáforas que enfatizam a velocidade da comunicação tais como as noções de “fluxos globais” e de uma “super estrada da informação” são hoje lugares comuns. No entanto elas tendem a tornar obscuras e mascarar as reais relações de produção e de comunicação da informação através das quais as distâncias espaciais e culturais são vencidas. Cabe sempre lembrar que a informação global se dá em um mundo que é caracterizado pela diversidade social lingüística. A tradução neste ponto é um fator crucial, que age como pré-condição para a circulação transnacional de textos e ainda para a formatação da natureza da comunicação inter-cultural. Com a consolidação das redes de informação globais, a importância e o significado da tradução aumentaram dramaticamente. No entanto, seu papel sempre foi e continua a ser bastante negligenciado, assim como a negociação da diferença lingüística ignorada.

No caso específico dos exemplos em tela, o das traduções de obras africanas e da diáspora africana, assim como das obras de afro-brasileiros, à margem das questões que envolvem hegemonia, rela-

ções de poder e conseqüente exclusão, há outras questões fundamentais a serem colocadas: O que se entende por tradução? De que maneira ela formata a produção literária e a transposição cultural? Por que a tradução é ainda tão invisível no campo dos Estudos Culturais e Literários? De que forma a memória cultural oficial contribui para a formatação da tradução?

Destas e de outras investigações interdisciplinares afins tem participado a pesquisadora britânica Susan Bassnett, muito claramente apresentadas em sua obra *Post-Colonial Translation: Theory & Practice* (BASSNETT: 1998), em que a tradução de textos pós-coloniais, ao trabalhar vozes silenciadas - margem e centro - é abordada a partir de enfoques inovadores, reunindo a teoria pós-colonial e os Estudos de Tradução. Os ensaios no livro examinam as relações entre língua e poder ao longo das fronteiras culturais e revela o papel vital da tradução na redefinição dos significados de cultura e identidade étnica.

A partir da consideração de alguns autores de que “traduzir implica traduzir culturas não línguas” (IVIR: 1991, p. 35), a posição de um autor pós-colonial chega a ser comparada com a de um tradutor em que a cultura ou a tradição descrita pelo autor pós-colonial funciona como um meta texto, que é re-escrito, explícita ou implicitamente, no ato da criação literária.

Desta forma, a recente movimentação dos estudos de Tradução em direção à área dos Estudos Culturais se deu a partir da percepção nos últimos anos, por parte dos pesquisadores dos Estudos Culturais, dos paralelos significativos e da superposição entre esses dois campos interdisciplinares, o que os levou a dar um passo que se convencionou chamar em Inglês, “the translation turn”, com expectativas de que tal passo transforme e revigore o campo dos Estudos Culturais – Estudos Comparatistas Culturais (Comparative Cultural Studies). Em tal contexto, as contribuições advindas da antropologia e da filosofia seriam extremamente bem-vindas.

Neste sentido passemos agora à realidade de nossas autoras abordando alguns dos pontos mencionados, a saber: relações de poder que interferem na escolha de textos a serem traduzidos; como diferentes culturas constroem a imagem de escritores, textos e culturas a partir das traduções; o papel das traduções na construção dos câno-

nes literários; como certos textos se tornam fundamentais para a compreensão cultural a partir das fronteiras lingüísticas; o papel desenvolvido pela tradução nos processos de construção identitária colonial e pós-colonial.

Tal nos leva a pensar sobre o papel da tradução como estratégia primária da representação cultural no mundo globalizado de hoje, abordando, a partir daí questões como a imagem do outro através da tradução; a hegemonia cultural e a globalização; a tradução e a perda e / ou a emergência de cânones literários; a diversidade cultural e as ditas minorias. Nesse contexto, começemos pela questão do cânone literário, para o qual contribuem tantas vezes as traduções e que é ditado sempre, é claro, pelas redes de poder vigentes no local e na época, mas também, em alguns momentos burlado pela simpatia ao excluído. Hoje, no caso das narrativas de origem afro – mais especificamente as afro-americanas e as afro-brasileiras - diferentes pontos de reflexão se apresentam, seja pela interseção, seja pelo distanciamento. Por que só agora surgem, ou melhor, são visíveis tais narrativas? Para discutir a problemática do estabelecimento de cânones buscaremos trabalhar sempre com uma perspectiva interdisciplinar.

Nos Estados Unidos, nas últimas décadas do século XX, dentro do quadro de realidade específico daquele país, editoras paralelas, impulsionadas pela facilidade trazida pelos editores de textos aos computadores domésticos, começaram a organizar e publicar textos de grupos atuantes no Movimento dos Direitos Cívicos, de pessoas que, impulsionadas pelo próprio Movimento organizado, tiveram acesso a locais com visibilidade, tais como as universidades, de onde puderam falar e ser ouvidas, publicar mais, passar a editoras conhecidas e até chegar a um Prêmio Nobel de Literatura, tal como foi o caso de Toni Morrison. Além é claro de autoras do porte de Alice Walker ou Maya Angelou.

Principalmente após a concessão do Prêmio Nobel a Toni Morrison, a situação com referência ao cânone no mercado editorial se inverteu de forma significativa, com a busca por parte dos grandes e médios editores mundiais por outros autores e autoras, cujos textos pudessem vir a revelar valor literário e ser traduzidos imediatamente. Uma breve visita às livrarias e uma análise mais detalhada dos catálogos das editoras demonstra que já temos no Brasil vários títulos

traduzidos tanto de Toni Morrison, como de Alice Walker. Resenhas sobre a última tradução de Toni Morrison encheram as páginas literárias dos principais jornais e revistas do país no ano passado.

No Brasil, autoras como Sonia Fátima da Conceição, Geni Guimarães e Conceição Evaristo são cada vez mais requisitadas a apresentar sua produção literária e têm seus textos traduzidos no exterior. Elisa Lucinda, com espetáculos iniciados no Rio de Janeiro, vai aos poucos ganhando o Brasil e o mundo. E aí encontra-se um aspecto interessante dessa produção feminina afro-brasileira: escritoras que se sentem muito mais reconhecidas no exterior, ao serem constantemente convidadas a falar no exterior e a assinar contratos de tradução de suas obras.

Cabe mencionar, ainda, Miriam Alves que se destaca por sua poesia e ainda por seu belo trabalho de apresentação, coletânea e divulgação na bela antologia poética bilíngüe *Enfim nós/Finally us: Escritoras Negras Brasileiras Contemporâneas*. Suas obras apresentam elementos significativos para a compreensão de traços fundamentais de cultura, contribuindo em suas traduções para uma perspectiva contemporânea de compreensão étnica.

Entre as traduções de textos afro-brasileiros no exterior não poderíamos deixar de mencionar as ilustrativas e importantes obras de Carole Boyce Davies, *Black Women, writing and identity: migrations of the subject* e os dois volumes de *Moving beyond boundaries: volume 1: International Dimensions of Black Women's Writing* (com a participação de OGUNDIPE-LESLIE, 'M.) e volume 2: *Black Women's Diasporas*, onde localizam-se poemas de autoras afro-brasileiras traduzidos para o inglês. E ainda o volume 18 da revista *Callaloo*, onde encontramos o conto *Maria* de Conceição Evaristo.

Entre as traduções para o português, destacamos *O olho mais azul* de Toni Morrison em que apesar da preocupação do tradutor muito do potencial cultural e poético do título se perdeu; *De amor e desespero* e *O Templo de meus familiares* (tradução acrescida de lista de quatro revisores) de Alice Walker; além da bela e cuidada tradução (com introdução e relevantes notas) de Heloisa Toller Gomes de *As almas da gente negra* de W. E. B. DuBois.

Sendo assim, no nosso entendimento, não podemos falar de

África e da diáspora africana, sem mencionar o papel decisivo que a tradução tem nesta realidade, seja pela visibilidade ou pela invisibilidade. O fundamental é ter clareza das redes de poder aí, mais do que nunca, envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. (Ed.) *Enfim ... Nós / Finally ... Us: Escritoras Negras Brasileiras Contemporâneas / Contemporary Black Brazilian Women Writers: Dual Brazilian-English Poetry Anthology*. Trad. C. R. Durham. Colorado Springs: Three Continents Press, 1995. Original português.

APPIAH, K. A. & GATES, Jr., H. L. *AFRICANA – The Encyclopedia of the African and African American Experience*. New York: Basic Civitas Books, 1999.

BASSNETT, S. and TRIVEDI, H. *Post-Colonial Translation: Theory & Practice*. London: Routledge, 1998.

BHABHA, H. K. *Nation and Narration*. London: Routledge, 1993.

———. *The location of Culture*. London: Routledge, 1994.

CALLALOO, vol. 18, n.4. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

CESAR, A. C. *Crítica e Tradução*. São Paulo: Ática, 1999.

DAVIES, C. B. *Black Women, writing and identity: migrations of the subject*. London: Routledge, 1994.

———. (Ed. and Intr.) *Moving beyond boundaries: volume 2: Black Women's Diasporas*. London: Pluto Press, 1995.

——— and OGUNDIPE-LESLIE, 'M. (Ed. and Intr.) *Moving beyond boundaries: volume 1: International Dimensions of Black Women's Writing*. London: Pluto Press, 1995.

DELISLE, J. e WOODSWORTH, J. (Eds.) *Translators through History*. Philadelphia: John Benjamins, 1995.

———. *Os Tradutores na História*. São Paulo: Ática, 1998.

- DU BOIS, W. E. B. *As almas da Gente Negra*. Trad. de Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1990.
- FANON, F. *Les damnés de la terre*. Paris: Éditions La Découverte, 1968.
- . *Peau noire, masques blancs*. Paris: Du Seuil, 1975.
- FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora*. Campinas: Pontes, 2000.
- GATES Jr., H. L. *Figures in black: words, signs, and the “racial” self*. New York: Oxford University Press, 1989.
- . *Loose Canons: Notes on the Culture Wars*. New York: Oxford University Press, 1993.
- HALL, S. and DuGAY, P. (Eds.) *Questions of Cultural Identity*. London: Sage Publications, 2002.
- IVIR, V. & KALOGJERA, D. *Languages in Contact and Contrast: Essays in Contact Linguistics (Trends in Linguistics Studies and Monographs, No 54)*. New York: De Gruyter, 1991.
- MORRISON, T. *Playing in the Dark : Whiteness and the literary imagination*. New York: Vintage Books, (1992) 1993.
- . *The bluest eye*. New York: Plume, (1970) 1994.
- . *O olho mais azul*. Trad. de Manoel Paulo Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- OTTONI, P. (Org.) *Tradução – a prática da diferença*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. D. Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- SARTRE, J. P. Orphée noir. In: SENGHOR, L. S. *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française*. Paris: Quadrige / PUF, 1948. Prefácio, p. IX-XLIV.

SIMON, S. *Gender in Translation – Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London: Routledge, 1996.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. New York: Routledge, 1995.

WALKER, A. *In love & trouble: stories of black women*. San Diego: Harcourt Brace & Company, (1973) [s/d.].

———. *The Color Purple*. New York: Pocket Books, (1982) 1985.

———. *Meridian*. New York: Pocket Books, (1976) 1986.

———. *The third life of Grange Copeland*. New York: Pocket Books, (1970) 1988.

———. *O templo dos meus familiares*. Trad. de Paulo Azevedo. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

———. *De amor e desespero*. Trad. de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ENTREVISTA COM HELÊNIO FONSECA DE OLIVEIRA

por *Vito Manzolillo* (UNESA)

O entrevistado deste volume é o professor Helênio Fonseca de Oliveira. Ex-aluno do Colégio Pedro II, onde teve oportunidade de estudar com Rocha Lima, Othon Moacyr Garcia e Domício Proença Filho, graduou-se em Português-Inglês pela UFRJ. Nessa ocasião, foi aluno de Mattoso Câmara Jr., Gladstone Chaves de Melo e Celso Cunha. Na mesma instituição, cursou Mestrado e Doutorado em Língua Portuguesa e, desta feita, conviveu com mestres do porte de Antenor Nascentes, Bernard Pottier e Maria Helena Mira Mateus. Tem vários trabalhos publicados, a maior parte dos quais na área dos estudos discursivos. Lecionou Língua Portuguesa durante vários anos na UFRJ e hoje é professor da UERJ, também de Língua Portuguesa. É membro da Academia Brasileira de Filologia e *Maitre de Conférence* da Universidade Paris III (*Sorbonne-Nouvelle*).

Vito Manzolillo – Para começar, poderia nos dizer a que projetos o senhor se dedica atualmente?

Helênio Fonseca de Oliveira – A temática das pesquisas que tenho feito está ligada aos estudos discursivos (Análise do Discurso e Lingüística do Texto), bem como à questão da norma lingüística, tudo isso convergindo para o ensino do Português. No momento me dedico ao projeto *Diagnóstico de problemas redacionais de estudantes universitários*, que trata especificamente da questão da impropriedade vocabular.

VM – Todos sabemos ser o senhor um dos maiores especialistas brasileiros no campo da Análise do Discurso. Que tipo de estudos realizam os profissionais da área?

HFO – A Análise do Discurso é o estudo do texto dentro de uma situação comunicativa. Um estudo limitado à frase, mesmo quando sensível à enunciação, não é Análise do Discurso e, mesmo trabalhando com textos, ainda não estaremos fazendo AD, se esses textos estiverem descontextualizados, ou seja, se não levarmos em conta a situação descomunicativa concreta em que são produzidos e interpretados. O estudo do sistema da língua é útil à AD, na medida em que é necessário à interpretação de textos dentro da metodologia

proposta pela AD (ou das metodologias, já que existem diferentes correntes teóricas em AD) e, por outro lado, a AD é útil ao estudo do sistema da língua, porque ajuda a repensar a descrição desse sistema de um ponto de vista “discursivo”. Um exemplo expressivo disso é a conhecida *Grammaire du sens et de l'expression*, de Patrick Charaudeau.

VM – Análise do Discurso, Lingüística Textual, Gramática Textual, que diferenças existem entre esses termos?

HFO – Existe uma diferença entre *competência textual* e *competência discursivo-situacional*. A primeira é objeto da Lingüística do Texto, e a segunda, da Análise do Discurso. A competência textual inclui habilidades como a de promover a coesão textual, a de fazer resumos, colocar títulos em textos, identificar, produzir e interpretar textos em “obediência” às convenções dos diversos gêneros textuais e dentro dos modos de organização do texto, a saber, o narrativo, o descritivo, o argumentativo etc. (a lista desses modos varia, mas não muito, de um teórico para outro) e assim por diante. Já a competência discursivo-situacional inclui capacidades como a de perceber o perfil do emissor e do receptor, a existência ou não de uma relação hierárquica entre eles, de identificar e saber usar canais de comunicação como a Internet, o telefone, o correio, a oralidade convencional etc., bem como de identificar o momento político, o tema etc., e ainda de manipular discursos que circulam na sociedade (intertextualidade). Para quem faz diferença entre Lingüística do Texto e Gramática do Texto, essa diferença consiste em que a Gramática do Texto, em voga nas décadas de 60 e 70, influenciada pela Lingüística Gerativa, era uma busca das regras gramaticais **transfrásticas** (ou **transfrasais**), isto é, era uma tentativa de lidar com o nível textual formulando regras do tipo formulado para o nível frasal, ao passo que a Lingüística do Texto, menos preocupada, por não se ligar à Lingüística Gerativa, em estender ao texto a teoria da frase, vem-se dedicando aos estudos de coesão e coerência, à descrição dos modos de organização do texto, ao estudo dos conectores etc.

VM – De alguns anos a esta parte, os termos *coesão* e *coerência* têm sido bastante valorizados no âmbito dos estudos linguísticos. Como o senhor os definiria?

HFO – Os mecanismos de coesão textual estabelecem elos coesivos entre constituintes de sentenças vizinhas no texto. Quando você diz “*Unte o tabuleiro. Coloque-o no forno.*” – o pronome “o” “*une*” de certo modo a segunda frase à primeira, na medida em que se refere ao sintagma “*o tabuleiro*” da primeira. Quando você diz “*Investi muito na casa, mas lucrei pouco com a venda dela, porque o mercado está em baixa*”, as conjunções **mas** e **porque** unem as três orações, estabelecendo entre elas certas relações semânticas. Como diz Ingedore, enquanto a coesão fica na fronteira entre a sintaxe e a semântica, a coerência fica na da semântica com o conhecimento do mundo. Aproveitando um exemplo que dei certa vez num trabalho que escrevi sobre isso, entre “Peguei **um táxi** até o escritório; **o motorista** me disse que na Zona Sul estava chovendo” e “Peguei **um táxi** até o escritório; **o soprano** me disse que na Zona Sul estava chovendo”, a primeira seqüência é mais “forte” candidata a pertencer a um texto coerente. O que dá essa impressão não é apenas nosso conhecimento da língua portuguesa, e sim uma associação desse conhecimento com o do próprio mundo. Nossa experiência nos diz que é mais “natural” associar *táxi* com *motorista*, do que com *soprano*. É claro que com alguma criatividade é possível “legitimar” a segunda, mas isso é outra coisa. É que uma assertiva aparentemente inconsistente pode tornar-se textualmente coerente, desde que devidamente contextualizada, ou seja, desde que se crie um universo textual que a legitime.

VM – Na sua opinião, por que para tantos alunos dos ensinos fundamental e médio, a tarefa de redigir um texto de boa qualidade é tão difícil e penosa?

HFO – As causas são muitas. Mas há uma da qual os estudos discursivos dão conta, a saber, grande parte da dificuldade do aluno com redação decorre de o professor propor a ele temas descontextualizados, ou seja, o ensino tradicional não é sensível às especificidades dos gêneros textuais nem das situações comunicativas em que eles surgem e funcionam.

VM – E sobre a relação entre leitura e escrita? É verdadeiro o fato de que quem lê mais escreve melhor?

HFO – Eu diria que ler bastante é condição necessária, mas não suficiente, para se redigir bem, porque, como diz Charaudeau, a operação de codificação e a de descodificação não são imagem especular uma da outra, ao contrário do que acreditavam Jakobson e a Teoria da Comunicação nas décadas de 60 e 70.

VM – Mudando um pouco de assunto, um tema bastante discutido na esfera dos estudos lingüísticos na atualidade é a questão dos *estrangueirismos*. O que o senhor teria a nos dizer a respeito?

HFO – Isso é uma questão de política da língua e como tal depende da vontade política das pessoas e instituições envolvidas. É possível em princípio um purismo saudável, como é possível também uma saudável abertura para a influência estrangeira. No caso do Brasil, refreá-la radicalmente é nadar contra a correnteza da cultura nacional, sempre disposta a dar boas-vindas ao que vem de fora.

VM – E essa história de regular os usos lingüísticos por meio de decreto, como pretendeu o então deputado federal Aldo Rebelo em 1999? No seu modo de ver, isso é viável?

HFO – No caso específico do deputado Aldo Rebelo, acho que ele nadou contra a correnteza, mas o planejamento lingüístico é possível, e há exemplos históricos de planejamentos desse tipo bem-sucedidos. É o caso da Noruega e de Israel, por exemplo. Só há um problema: a viabilidade do planejamento lingüístico é diretamente proporcional ao nível médio de escolaridade do povo.

VM – Há alguns meses, a chamada *cartilha politicamente correta*, proposta pelo governo federal, ganhou as manchetes, gerando acalorados debates e discussões. Sobre essa polêmica, o que o senhor teria a nos falar?

HFO – Não há nada de absurdo na idéia em si, inclusive o fato de uma cartilha desse tipo surgir é um saudável sintoma de que a opinião pública e as autoridades estão mais sensíveis aos direitos civis e ao combate aos preconceitos. Apenas algumas das proibições dessa cartilha revelam ignorância de semântica por parte de quem a produziu, que viu preconceito em expressões inofensivas. Por exemplo, não há qualquer manifestação de racismo na expressão *a coisa está preta*, em que o adjetivo *preta* está utilizado por seu efeito de sentido ligado ao medo arquetípico da escuridão, nada tendo a ver com a cor da pele das pessoas.

VM – **O senhor é um profissional que já vem atuando na área há bastante tempo. Dentre todas as atividades ligadas ao seu trabalho (ensino, pesquisa, orientação de alunos, participação em congressos etc.), qual aquela que lhe proporciona maior satisfação?**

HFO – Não sou só professor, nem só pesquisador, nem pesquisador-professor. Na verdade, sou professor-pesquisador. Confesso que minha grande paixão é o magistério, mas não consigo concebê-lo sem uma **atitude de pesquisador**, que valorizo mais inclusive que a própria pesquisa sistemática. Não nego o valor desse tipo de pesquisa, mas falo de motivação. Da minha motivação.

VM – **Para finalizar, o que o senhor achou da inclusão de entrevistas na revista *Philologus*, que anteriormente contava apenas com artigos e resenhas?**

HFO – Acho que foi uma boa medida. Creio que estas entrevistas se mostrarão muito úteis ao leitor, uma vez que foram conduzidas num sentido bastante didático, dando ênfase ao que é relevante para um leitor da área de Letras. E aproveito a oportunidade para agradecer a você e à direção da revista por me terem escolhido para ser o entrevistado deste número.

O FENÔMENO DO DIALOGISMO ESTUDOS DA DIMENSÃO INTERATIVA DA LINGUAGEM

Gil Roberto Costa Negreiros
(PUC-SP, UNIVERSITAS, FASAMA)

PRETI, Dino (Org.). *Diálogos na fala e na escrita.* São Paulo: Humanitas, 2005, 343 p.

(nurc@edu.usp.br)

A obra *Diálogos na Fala e na Escrita*, organizada pelo Grupo de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (NURC-SP), vem completar uma lacuna nas pesquisas lingüísticas brasileiras. Ao tratar do dialogismo no âmbito da oralidade e da escrita, a referida coletânea estuda a língua portuguesa dentro de uma dimensão profundamente interativa da linguagem, tanto oral quanto escrita.

Organizado pelo lingüista Dino Preti, o sétimo volume da coleção *Projetos Paralelos*, em suas 343 páginas, é composto por doze artigos, escritos por pesquisadores de diversas áreas dos estudos lingüísticos. Esses lingüistas tratam do fenômeno dialógico, na citada obra, por meio de *corpora* textuais orais e escritos, bem como referenciais teóricos de diversos segmentos científico-lingüísticos.

Os dois primeiros artigos de *Diálogos na Fala e na Escrita* tratam do texto oral produzido na aula expositiva. No primeiro, *O diálogo professor/aluno na aula expositiva*, Luiz Antônio Silva busca “estudar aspectos do diálogo que se estabelece entre professor e alunos na sala de aula, mais especificamente as interrupções que os alunos fazem no discurso do professor” (p. 19). Como problematização motivadora da pesquisa, Silva postula que seu estudo foi orientado pelos seguintes questionamentos: “Quais são as implicações [da aula expositiva]? Há prejuízos no desenvolvimento da aula? De fato, as interrupções constituem uma manifestação de poder?” (p. 19).

Por seu turno, Luiz Antônio Marcuschi, no segundo trabalho, intitulado de *O diálogo no contexto da aula expositiva*, visa a investigar, em exemplos discursivos de aulas expositivas universitárias, a natureza da interação entre professor e aluno. Desta maneira, Mar-

cuschi, para estudar tal fenômeno, concentra suas observações nos momentos do diálogo entre esses sujeitos do discurso. Além disso, o autor busca identificar o formato das aulas expositivas universitárias “quanto ao tipo de relação dialógica estabelecido nas iniciativas de perguntas e respostas na troca de turno” (p. 46). Segundo o pesquisador, o diálogo entre professor e aluno, produzido nesse tipo de contexto situacional, pode ser visto como uma das possíveis estratégias de interação.

Continuando a linha de análise de *corpora* retirados de textos conversacionais transcritos, Marli Quadros Leite, em *O diálogo no diálogo: a dupla expressão do discurso do outro*, aborda como os falantes “constroem os sentidos de seus enunciados, por meio da citação de outros discursos, isto é, de enunciações encaixadas, que tanto podem ser de terceiros como dos próprios falantes” (p. 85). Entretanto, ao contrário de Silva e Marcuschi, que seguem a linha teórica da Análise da Conversação, Leite parte de teorias relacionadas à Análise do Discurso e à Pragmática Lingüística, mas especificamente dos estudos de Bakhtin, Authier-Revuz e Ducrot. Apoiada neste referencial teórico, a autora comenta o efeito de sentido que se forma por meio de uma enunciação em outra, observando, assim, a natureza das enunciações e das vozes citadas (cf. p. 86).

Como metodologia de análise bem definida e epígrafe instigante, José Gaston Hilgert abre o quarto capítulo com *Entendendo os mal-entendidos em diálogos*. Hilgert aborda a natureza e a noção dos mal-entendidos em textos falados, produzidos, segundo o autor, em contextos e situações variadas. Dessa forma, o pesquisador descreve como os interlocutores conduzem a solução de alguns problemas compreensivo-interacionais.

Ieda Maria Alves, em *O emprego da metalinguagem em diálogos jornalísticos*, busca analisar, em *corpus* estabelecido por meio de entrevistas veiculadas pelas revistas *Veja* e *Istoé*, “os aspectos metalingüísticos de caráter reformados de uma unidade lexical, sua definição ou sua explicitação”. Assim, Alves estuda a metalinguagem, apresentada de forma mais explícita, por meio da qual a unidade lexical é enfatizada, destacada entre as demais.

Também na seara de textos midiáticos, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino observa a interação entre os participantes de um debate

televisivo, transmitido pela *TV Câmara*, no programa *Câmara Agora Especial*. Em *Diálogos da mídia – o debate televisivo*, a autora, baseada nos princípios teóricos sócio-interacionistas, mais precisamente nos trabalhos de Tannen, Goffman, Gumperz e Orecchioni, investiga a linguagem em seu papel constitutivo do contexto e das relações entre os interlocutores. Segundo Aquino, “as análises permitiram compreender, de certo modo, como funcionam os mecanismos de linguagem em um evento específico de discurso, qual seja, o debate televisivo” (p. 191).

Fora do prisma do texto conversacional “real”, Hudinilson Urbano, por meio de *O diálogo teatral na perspectiva da Análise da Conversação*, analisa um trecho do script de uma peça teatral (*Pérola*, de Mauro Rasi), comparando-a com sua dramatização ou, nos dizeres do autor, com sua oralização.

O autor apresenta, como hipóteses, duas premissas, a saber: (1) a passagem da fala idealizada, do contexto escrito para o falado, é moldada por recriações e mudanças de várias espécies; (2) “o autor teatral dá um texto escrito ao ator, mas este retribui, dando um texto oralizado [...] ao texto daquele” (p. 195-6). Tais Hipóteses são confirmadas no decorrer do estudo. Assim, por meio de levantamentos estatísticos precisos, Urbano localiza as inúmeras alterações encontradas na comparação entre texto escrito (script) e texto falado (texto encenado).

Sob o ponto de vista das teorias do discurso, em particular a Semiótica Discursiva de linha francesa, Diana Luz Pessoa de Barros examina as estratégias do discurso, empregadas por cada interlocutor, para “seduzir” o outro, levando-o, assim, a acreditar em certos valores e, sobretudo, fazendo-o agir de acordo com o que o “sedutor” dele espera. Para tanto, a autora escolheu, como *corpus* de análise, texto falado conversacional, fato que, segundo a pesquisadora, é considerável, haja vista que as teorias do discurso ainda “não se dedicaram, com raras exceções, ao exame dos textos de língua falada e, sobretudo, aos conversacionais” (p. 226).

Barros divide *A sedução nos diálogos* em duas partes. Na primeira, propõe algumas reflexões sobre os conceitos de “polidez” e de “sedução”. Na segunda, a pesquisadora classifica alguns excertos de acordo com procedimentos de intensificação e de atenuação dis-

cursiva. Segundo a autora, mesmo em diálogos mais distensos do ponto de vista interacional, o uso de estratégias de sedução é bastante acentuado.

O organizador de *Diálogos na Fala e na Escrita* dá sua contribuição no nono capítulo, intitulado de *O diálogo num confessionário*. Nele, Preti postula que o diálogo ficcional na literatura (ou a “conversação literária”) pode ser enquadrado na perspectiva do dialogismo.

Desta forma, o pesquisador propõe analisar um texto literário (*Confissão*, de Luiz Vilela), sob o ponto de vista teórico da Análise da Conversação e da Sociolinguística Interacional. Sugere o autor duas abordagens metodológicas, por ele definidas como “microanálise” e “macroanálise do texto”. Na primeira abordagem, observar-se-á o contexto histórico ou geográfico em que o diálogo se instaura, bem como as principais características das personagens da conversação literária. Por sua vez, na microanálise, o examinador pode observar (1) a situação de interação, (2) as estratégias conversacionais e (3) as “marcas” da oralidade, como as hesitações e as metamensagens.

Percebe-se que Preti não apenas analisa um diálogo literário, como também explicita uma nova abordagem metodológica, a ser seguida por pesquisadores que desejarem trabalhar com aspectos sócio-interacionais no texto literário.

Paulo de Tarso Galembeck, por sua vez, discute os procedimentos mais comuns de expansão do tópico discursivo na interação simétrica. Para isso, o autor, primeiramente, conceitua “tópico” e expõe as propriedades desse item. Em seguida, analisa, tendo como *corpus* diálogos entre dois informantes, “os três procedimentos mais frequentes de explicação do tópico: a explicação, a exemplificação (ou analogia), as relações causais” (p. 277).

Segundo Galembeck, o desenvolvimento do processo interacional é constituído pelo tópico discursivo, uma vez que os interlocutores empregam-no com uma finalidade interacional, ou seja, fazem com que o assunto discutido se torne importante, além de ser inserido no universo cognitivo e conceitual dos interlocutores.

Em *As crônicas de Carlos Heitor Cony e a manutenção de um diálogo com o leitor*, Maria Lúcia da Cunha Andrade faz uma re-

flexão sobre o papel social que a crônica exerce no jornal em que é publicada. Além disto, propõe a autora uma análise da interação entre cronista e leitor. Assim, Andrade observa “a dialogicidade estabelecida na crônica, buscando investigar as condições de produção e as estratégias empregadas pelo enunciador para recriar o cotidiano” (p. 300).

Por sua vez, em *A crônica em Lima Barreto: dialogismo fala/escrita*, Leonor Lopes Fávero fecha a obra, examinando, à luz da Análise da Conversação, da Sociolinguística Interacional e da História Cultural, crônicas de Lima Barreto, produzidas no início do séc. XX. Fávero postula, em seu trabalho, que há, na crônica, um diálogo entre as personagens, o cronista-narrador e o hipotético leitor.

Percebe-se que os doze artigos foram organizados, em *Diálogos*, de acordo com os respectivos temas. Contudo, em futuras edições, tal organização poderá, talvez, ser repensada. Uma seqüência mais bem definida com relação aos *corpora* escolhidos (agrupando, em partes, os artigos que tratam do dialogismo em textos conversacionais “reais”, em textos midiáticos e em textos literários) pode ser um item facilitador para o leitor-pesquisador.

Em síntese, *Diálogos na fala e na escrita*, ao buscar discutir a dimensão interativa da linguagem, traz importantes contribuições não só para a linguística, mas também para vários campos das ciências humanas, uma vez que, segundo Marcuschi, “por alguma razão, talvez para a sobrevivência da espécie humana, somos seres irredutivelmente interativos” (p. 45).

CANTIGAS DE AMOR E POESIA SENTENCIOSA DA ÉPOCA DOS STAUFER

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der altdeutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte.* Wien: Edition Praesens, 2002. 271 Seiten. Band 8, Teil III: Minnesang und Sangspruchdichtung der Stauferzeit.

A partir dos anos 90 do século XX, principalmente devido ao fato do fechamento de vários cursos **stricto sensu** de Filologia Românica em diversas universidades brasileiras, empreendeu-se, paralelamente, um processo de revitalização dos estudos diacrônicos da língua portuguesa e das línguas românicas, que pode ser sentido na quantidade e qualidade de trabalhos de conclusão de curso, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado em nosso país. Além disso, eventos e publicações várias, alguns de periodicidade anual, congregam os últimos resultados de pesquisa na área filológica. Se, por um lado, a ciência de Ateius Praetextatus, que teve como grandes mestres nomes como Friedrich Diez, Wilhelm Meyer Lübke, Hugo Schuhradt, dentre outros, volta a ganhar espaço acadêmico, nota-se um vazio quase total de artigos e comentários críticos acerca de obras ligadas à Filologia Germânica. Talvez isso seja oriundo da dificuldade de acesso a textos, em grande parte em alemão, se nos ativermos a uma definição mais restritiva da ciência, **i.e.**, aquela que estuda a produção cultural escrita em língua alemã. Mais ainda, trabalhos que versem sobre temáticas medievais em alemão são bem mais raros, ou seja, estudos de **Medievística Germanística**, a **episteme** que soma os esforços de lingüistas, teóricos de literatura, historiadores do medievo, dentre outros, são quase que inexistentes por estas bandas do Atlântico. Portanto é hora de se mencionar uma importante contribuição, em nosso ver, ao estudioso universitário brasileiro, no tocante à história da literatura alemã durante a época medieval.

Helmut Birkhan, catedrático da Universidade de Viena, germanista, celtólogo e medievalista, um dos mais conceituados pesquisadores europeus e mundiais, compila desde 2002 para a Edition Praesens, de Viena, uma série de livros de iniciação ao estudo uni-

versitário – **Studienbücher** -, cuja característica principal é tornar acessível ao próprio estudante europeu germanófono ou conhecedor da língua de Goethe elementos lingüístico-filológicos e históricos sobre o fazer literário a partir do século V d.C. Os títulos dos volumes já demonstram o ideal de abrangência da obra completa: parte I – *Literatura em antigo-alto-alemão e em antigo-saxão*; parte II – *Literatura em médio-alto-alemão pré-palaciana e em seus primórdios cortesês*; parte III – *Trovadorismo e poesia sentenciosa da época dos Stauffer*; parte IV – *Literatura romanesca da época dos Stauffer*; parte V – *Romances pós-clássicos e “novelas” cortesês*; parte VI – *Épica heróica da época dos Stauffer e no início dos Habsburgos*; parte VII – *Trovadorismo, poesia sentenciosa e contos versificados da última fase dos Stauffer e dos primeiros Habsburgos*.⁶¹

O autor inicia o volume por nós estudado sem preâmbulos, apenas com uma pequena introdução explicativa, partindo diretamente para uma conceituação histórica acerca da afirmação das cortes e da cavalaria como modelos ideais de vida:

Com o deslocamento dos interesses literários e de outros artísticos dos mosteiros e escolas catedralícias para a corte, esta torna-se a medida de todas as coisas. O conceito de “corte” e “educado”⁶² fora previamente impregnado pelo românico, porque a nova e moderna cultura secularizada estava domiciliada exatamente na România e em especial na França. (p. 10)

Trabalhar com textos, tão distantes de nossa contemporaneidade, necessita de uma abordagem que privilegie o contexto simultaneamente com o texto. Há capítulos, cujos títulos, *As cantigas de amor na România* (p. 21-26), *A “vida dos trovadores”* e *a “realidade social” do amor* (p. 27-38) remetem a uma área interdisciplinar de estudos. Preocupação filológica é dada no capítulo *A transmissão das cantigas de amor. Os manuscritos* (p. 18-20).

Após o início de cunho historicizante, Birkhan trata nas últimas sub-divisões do livro eminentemente dos textos literários, nomeando os principais representantes, classificando-os como trovadores do período inicial palaciano (p. 39-57), do ápice do modelo cor-

⁶¹ - A parte VIII ainda não foi publicada.

⁶² - “Hof” e “höfisch”, no original. O segundo termo, atualmente “educado”, significava originalmente “educado à moda da corte”.

tes (p. 58-165) e do período tardio (p. 165-254). O entremear de aspectos históricos com características e critérios de análise literários confere à obra um lugar seguro dentro dos estudos de Medievalística Germanística e de Filologia Germânica.

À guisa de uma melhor exemplificação e integração do leitor com o mundo medieval, o estudioso austríaco apensa ao fim do texto Anexos, nos quais insere desde quadros genealógicos das dinastias otôniana, sália e dos Staufer, reproduções das famosas iluminuras do **Codex Manesse**, contrafraturas de algumas composições dos trovadores medievais de língua alemã, fotografias de representações contemporâneas de festa medievais até um **cartoon** moderno com temática medieval!

Fato que chama a atenção do leitor é o grau de erudição de Birkhan. Ao citar, **e.g.**, um tipo especial de cantigas dançantes, **Tanzleichen**, argumenta o autor sobre a etimologia do termo:

O termo em antigo-alto-alemão *leihh*, em médio-alto-alemão **leich** pertence ao gótico *laiks* 'dança'... e caracteriza um grande gênero e uma forma especialmente faustosa no trovadorismo. (p. 191)

Outro aspecto que confere à obra um iniciar mais seguro dentro da literatura medieval em alemão é a observância à cronologia, pois Birkhan afirma tratar dos mais importantes e representativos trovadores entre 1170 e 1250 (p. 254). Cabe ressaltar, que o plano geral da série pretende, **grosso modo**, acompanhar a evolução artística e cronológica dos textos em antigo, médio-alto-alemão e na primeira fase do alemão moderno, o que efetivamente o autor cumpre. Preocupações com o conteúdo (p. 56 **et alii**), com particularidades lingüísticas, métricas e estilísticas dos testemunhos literários analisados (p. 108 **et alii**) e paráfrases dos textos (p. 43-44 **et alii**) são encontradas em toda a obra.

Como primeira sugestão nossa, já expressa anteriormente⁶³, pensamos ser necessária uma versão completa de todos os textos e fragmentos para o **Neuhochdeutsch**, moderno-alto-alemão. A com-

⁶³ - Cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Resenha de BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der althochdeutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 Seiten. Teil I: **Althochdeutsche und altsächsische Literatur**. In: KESTLER, IZABELA (Org.) Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. Volume IX (no prelo).

pilação de um glossário com os termos em alemão dos séculos XII e XIII e seus correspondentes atuais facilitaria muito o trabalho de pesquisadores estrangeiros com este rico material.

Uma segunda proposta, que, pensamos, deveria ser aclarada, prende-se aos critérios utilizados pelo catedrático para selecionar e indexar determinados textos em detrimento de outros? A tradição canônica, aliada à prática e experiência de anos de magistério de Birkhan, leva-nos a crer que estes tenham sido os fatores decisivos para a escolha. Em caso de uma segunda edição da obra, contudo, acreditamos serem indispensáveis algumas palavras a respeito.

Em suma, *História da antiga literatura em alemão à luz de textos escolhidos – parte III: cantigas de amor e poesia sentenciosa da época dos Stauffer* é uma obra escrita para estudantes e estudiosos de Germanística, Filologia Germânica e Medievalística, em linguagem clara e com excelente fundamentação filológica, tratando-se de uma excelente contribuição aos estudos do mundo medieval em alemão, que nos leva ao desafio expresso pelo provérbio

Quidquid homo nescit, vix discit, quando senescit.

O que o homem desconhece, dificilmente aprende quando envelhece!

LITERATURA ROMANESCA DA ÉPOCA DOS STAUFER

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der altdeutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte.* Wien: Edition Praesens, 2003. 277 Seiten. Band 9, Teil IV: Romanliteratur der Stauferzeit.

Dando continuidade à série por nós comentada na resenha anterior, Helmut Birkhan prossegue em seu intento de fornecer aos estudiosos uma visão geral, porém factual e prática sobre as principais obras que compuseram a Idade Média alemã, por mais que saibamos da não existência de um estado alemão até 1871. O volume que ora comentamos talvez seja um dos mais importantes dentro do plano da obra completa, pois trata da produção romanesca em médio-alto-alemão, ápice do trovadorismo em língua alemã, que se dá nos séculos XII e XIII.

No comentário da última capa do volume lê-se:

A leitura não exige conhecimentos prévios especiais, os textos são oferecidos em médio-alto-alemão e em versão. O objetivo é apresentar o surgimento do romance, seu enraizamento na ideologia amorosa cavaleiresca e seu desenvolvimento para o modelo de Demanda (no romance do Graal e em Lancelote).

Tal postulado para a composição do texto é extremamente útil ao estudioso, normalmente com poucas informações a respeito da produção medieval em língua alemã. Ao se estudar o trabalho de Birkhan, nota-se que a fusão dos conhecimentos de germanista, filólogo, lingüista, especialista em literatura medieval, em suma, medievalista, conferem ao **Studienbuch** – livro de iniciação ao estudo universitário – não um caráter simplista, porém extremamente didático e possuidor do grau de academicismo desejado.

Como introdução, Birkhan apresenta o pano de fundo histórico (p. 9-11), dedicando duas páginas à discussão sobre os conceitos de cavalaria e da ideologia cavaleiresca, (co)-formadoras de um ideal comportamental muitíssimo difundido pelos trovadores e incorporado pelas grandes cortes dos senhores feudais.

O autor comenta, e.g., de forma tabelar, a procedência das principais temáticas recorrentes nos romances medievais em médio-alto-alemão; “*matéria da Bretanha 40%, matéria de Roma (mais corretamente ‘romances antigos’) 25%, matéria de França 14%, épica heróica germânica 11%*”, sendo os restantes 10% oriundos de romances orientais, sem a presença dos personagens Artur e Tristão (BIRKHAN, *op. cit.*, p. 9.). Em seguida (p. 14-17), ao tratar da literatura da corte e sua forma, são abordados aspectos do mundo ideal idealizado nos romances, mostrados como legitimadores da forma de vida da nobreza e dos cavaleiros. Do mesmo modo discute-se sobre a versificação de tais romances, em sua grande maioria, pares de versos finais e sobre o vocabulário empregado nas **aventüire**.

A segunda parte da obra (p. 18-250) é dedicada ao romance cortes, onde o estudioso de Viena discorre sobre o romance antigo, a matéria da Bretanha com as obras arturianas e outras de temática similar. Nesse momento, talvez seja importante elencar o capítulo e os sub-capítulos teóricos, a fim de se perceber a tentativa de organização do mesmo com vistas ao estabelecimento de um quadro totalizante da produção romanesca das cortes à época dos Stauffer:

B. O romance cortês

I. O romance antigo (matéria de Roma)

II. A matéria da Bretanha

1 O Artur histórico

2 O Artur da saga

3 O reino arturiano na Literatura

4 A matéria da Bretanha nas artes plásticas e **happening**

5 O romance arturiano

6 O complexo da tradição em Tristan e Isolda

a A estória e o desenvolvimento da saga de Tristão

b Thomas da Bretanha

c Gottfried von Strassburg e sua reelaboração posterior

d Tradições paralelas ao tema de Tristão

O simples arrolar dos títulos acima demonstra a intenção de Birkhan em cobrir, de maneira mais ampla possível, o espaço cronológico dos séculos XII e XIII, onde aquele tipo de literatura era o mais prestigiado em grande parte do continente europeu ocidental, fundamentando-o com a inserção de dados historiográficos e de história da literatura.

Como principais cuidados nos romances analisados têm-se uma paráfrase ou exegese dos principais versos (p. 29 **et alii**),⁶⁴ explicações sobre o plano das obras (p. 76 **et alii**) e sobre o conteúdo (p. 86 **et alii**). De grande utilidade é o quadro sinótico da análise dos motivos dos textos mais antigas de Tristão, p. 160-163, onde a compilação das variantes, labor essencialmente filológico, é priorizada.

Fato comum na série organizada pelo catedrático da Universidade de Viena é a colocação, no final de cada volume, de Anexos, da mais variada ordem, que servem para ilustrar visualmente seu texto. O conteúdo dos Anexos versa desde a genealogia dos otônidas, sális e Staufer, já presente na parte 8, reproduções de iluminuras acerca dos personagens dos romances citados no livro, algumas bem posteriores à época medieval (p. 268), folhas de manuscritos (p. 270 e 275), um burgo medieval (p. 272), a genealogia de Artur e do Graal (p. 273) até o “Acorde de Tristão” no início e fim da ópera *Tristão e Isolda*, de Richard Wagner (p. 277). Pelo exposto, o mundo medieval é levado ao leitor contemporâneo em sus diversas formas e apropriações.

Por fim, sugeriríamos a versão completa de todos os textos e fragmentos para o **Neuhochdeutsch**, moderno-alto-alemão. Cremos que um leitor com formação deficiente em língua alemã se beneficiaria muito com a organização de um glossário com os termos em alemão dos séculos XII e XIII e seus correspondentes lexicais atuais, pois o acesso às fontes tornar-se-ia facilitado.

Uma segunda proposta, já expressa anteriormente⁶⁵, relaciona-se com os critérios de seleção e indexação dos testemunhos literários constantes do volume. Aventamos a hipótese de que a tradição canônica, aliada à prática e experiência de pesquisa de Birkhan, tenha justificado as normas condutoras do processo.

História da antiga literatura em alemão à luz de textos escolhidos – parte IV: literatura romanesca da época dos Staufer, mes-

⁶⁴ - Convém lembrar, que a forma “romance”, na Idade Média, era apresentada sob forma de verso.

⁶⁵ - Cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. Resenha de BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2002. 217 Seiten. Teil I: **Althochdeutsche und altsächsische Literatur**. In: KESTLER, IZABELA (Org.) Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. Volume IX (no prelo).

mo com a finalidade precípua de ser uma obra de introdução aos estudos de Mediévística Germanística e Filologia Germânica é uma obra cuidadosamente preparada, com linguagem simples, porém normativa, e que instiga ao estudioso perseguir o **motto** do provérbio em latim medieval

Quidquid homo nescit, vix discit, quando senescit.

O que o homem desconhece, dificilmente aprende quando envelhece!

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Lingüística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chave e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS
A/C de José Pereira da Silva
Rua Visconde de Niterói, 512/97
20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@uerj.br ou pereira@infolink.com.br, pelo telefone **(0XX21) 2569-0276**, ou através da home page www.filologia.org.br/revista/